



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CENTRO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS  
(UFPA/MUSEU GOELDI/EMBRAPA)

**ELIDA MOURA FIGUEIREDO**

**UMA ESTRADA NA RESERVA: IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS  
DA PA-136 EM MÃE GRANDE, CURUÇÁ (PA)**

Belém  
2007

**ELIDA MOURA FIGUEIREDO**

**UMA ESTRADA NA RESERVA: IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS  
DA PA-136 EM MÃE GRANDE, CURUÇÁ (PA)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, da Universidade Federal do Pará, Convênio com Museu Paraense Emílio Goeldi e Embrapa, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências Ambientais, sob a orientação das professoras Dras. Edna Maria Ramos de Castro/UFPA e Lourdes Gonçalves Furtado/MPEG.

Belém  
2007

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação(CIP)  
Biblioteca Geól. Rdº Montenegro G. de Montalvão

---

Figueiredo, Elida Moura

F475e      Uma estrada na reserva : impactos sócio-ambientais da PA-136 em Mãe Grande, Curuçá (PA) / Elida Moura Figueiredo. – Belém, 2007.

133 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) Curso de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará/Museu Paraense Emilio Goeldi/Embrapa, Belém, 2007.

Orientadora, Edna Maria Ramos de Castro ; Co-orientadora, Lourdes Gonçalves Furtado.

1. Estradas - Unidades de Conservação - Amazônia. 2. Estrada PA-136 - Impactos Sócio-ambientais – Abade (Curuçá, PA). 3. Reserva Extrativista Marinha "Mãe Grande", Curuçá (PA). I. Castro, Edna Maria Ramos de. II. Furtado, Lourdes Gonçalves. III. Título.

CDD 20ª ed. 388.109811

---

**ELIDA MOURA FIGUEIREDO**

**UMA ESTRADA NA RESERVA: IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS  
DA PA-136 EM MÃE GRANDE, CURUÇÁ (PA)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, da Universidade Federal do Pará, Convênio com Museu Paraense Emílio Goeldi e Embrapa, como requisito para a obtenção do Grau de Mestre em Ciências Ambientais, sob a orientação das professoras Dras. Edna Maria Ramos de Castro/UFPA e Lourdes Gonçalves Furtado/MPEG.

Data da Apresentação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Edna Maria Ramos de Castro, D. Sc.  
Orientadora  
Doutora em Ciências Sociais  
UFPA/NAEA

---

Lourdes Gonçalves Furtado, D. Sc.  
Co-Orientadora  
Doutora em Antropologia  
Pesquisador MCT/MPEG/CCH – PPGCS

---

Mario Augusto Gonçalves Jardim, D. Sc.  
Doutor em Ciências Biológicas  
Pesquisador MCT/MPEG/CBO

---

Maria Luiza Videira Marceliano, D. Sc.  
Doutora em Ciências Biológicas  
Pesquisador Titular MCT/MPEG/CZO

---

Denize Genuína da Silva Adrião, D. Sc.  
Doutora em Ciências Sociais  
FIBRA-Pesquisador Associado RENAS/MPEG/CCH

*À Maria Izabel,  
mãe e enfermeira dedicada.*

*(Em memória)*

## AGRADECIMENTOS

Aos moradores, em especial aos pescadores da comunidade de São João do Abade, município de Curuçá, nordeste do Estado do Pará, meus agradecimentos especiais.

Aos amigos do Museu Goeldi: Lourdes, Alice, Maria José, Ivete, Adriana, Edna, Geiva e Graça da Coordenação de Ciências Humanas; e Gilda, Berenice, Melque e Telma da Coordenação de Informação e Documentação, meu agradecimento particular.

Ao Projeto *Populações Tradicionais Haliêuticas-Impactos Antrópicos, Uso e Gestão da Biodiversidade em Comunidades Ribeirinhas e Costeiras da Amazônia Brasileira (RENAS)*, desenvolvido da Coordenação de Ciências Humanas do Museu Paraense Emílio Goeldi, na pessoa da sua coordenadora e orientadora deste trabalho, Lourdes Gonçalves Furtado, pelo acolhimento e apoio recebidos em todas as etapas da pesquisa. Obrigada!

A minha orientadora na UFPA, Edna Castro, pelo estímulo e atenção na orientação deste trabalho. Obrigada!

À minha segunda orientadora Lourdes Gonçalves Furtado, à quem devo grande parte da minha formação acadêmica, desde a graduação, e que na qualidade de Coordenadora do Projeto RENAS/Museu Goeldi, nos mostrou os caminhos e a importância dos estudos sobre populações pesqueiras na Amazônia. Na orientação, sempre deu especial atenção e estímulo ao nosso trabalho. Meu carinho e minha gratidão sincera e eterna.

Ao Projeto *Cidades, Povoados e Aldeias: construindo uma tipologia de aglomerados urbanos na Amazônia*, Desenvolvido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), coordenado pela Profa. Dra. Edna Castro (UFPA/NAEA), pelo apoio financeiro para a última viagem de campo.

Á todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Pará, principalmente aqueles que foram nossos professores, e com os quais tivemos maior contato.

Aos meus colegas do Curso, com os quais tive um ano de convivência e aprendizado (Flérida, Silvana, Andressa, Capela, Williams, Jean, Cléo, Josivan).

As Secretárias do PPGCA, Márcia e Gladys, sempre atenciosas e carinhosas em nos atender.

Á minha família, minha mãe Maria Izabel (em memória), meu pai Luiz, meus irmãos Claudia e Aldrin, minha cunhada Magda, meus sobrinhos lindos Ariádne, Matheus, Heitor e Talita, e minha amiga quase irmã Girlane. Sou muito grata, pelas muitas vezes que me aturaram e ouviram minhas rabugices, mas com quem sempre pude contar em todos os momentos da minha trajetória. Á todos vocês, meu carinho e minha gratidão eternos!

*“O manejo e a exploração das florestas pelo homem precisam ser baseados numa relação sustentada e equilibrada. A floresta não é um gigantesco depósito nem uma despensa à nossa disposição e não podemos nos comportar como usurpadores diante desse ecossistema, devastando ou degradando suas áreas. Podemos tirar dele nossas fontes de sobrevivência, mas com a consciência de que temos o dever de conservá-la e, em alguns casos, preservá-la para a nossa geração e para as outras que ainda virão”.*

*Antonio Carlos Teixeira*

*(Jornalista, Presidente do Instituto TerraGaia de Comunicação e Educação Ambiental)*

## RESUMO

As alterações ambientais na Amazônia perpassam por uma série de fatores e atores sociais demonstrando uma complexidade de interesses que vão desde a substituição da floresta por pastagens e pela agroindústria, até a super-exploração dos recursos pesqueiros, e pela construção de hidrelétricas e exploração de minérios, entre outros. Apesar da continuada criação de Unidades de Conservação no sentido de manter a integridade de parte da floresta, percebe-se que a devastação segue, com números alarmantes, a cada novo ano que entra. Neste cenário, as estradas têm papel fundamental. O surgimento e expansão das estradas na Amazônia vêm sendo um dos grandes vetores dessas mudanças, gerando além da devastação, alterações sociais, ambientais, econômicas e culturais, permeadas por conflitos e tensões variados. Neste sentido, este trabalho identifica e analisa através da pesquisa de campo na comunidade de São João do Abade, os impactos sócio ambientais da PA-136 na Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá, área reconhecida legalmente como RESEX desde 2002. A referida estrada, liga o município de Castanhal a Curuçá, na Zona do Saldado, região costeira do estado do Pará.

**Palavras Chave:** Estradas, Impactos Sócio-Ambientais, Comunidades Pesqueiras, Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande, Conflitos

## **ABSTRACT**

The ambient changes of the Amazonia, are going along a certain series of factors and performances who demonstrate certain complexity of interests who go since any substitution from the forest to pasture and for agroindustry, until a superexploration of the fishing resources, the construction of hydroelectrical units and exploration of minerals, among others. Despite an continued criticism of Conservation Units for the sense to maintain integrity as a part of the forest, it's perceivable that the devastation continued with alarmant numbers in each new year who comes along. This canary, as roads have a fundamental paper. The arise and expansion of roads in Amazonia are a great vectors of these changes, originating farther devastation, social changes, ambiental, economic and cultural, allowing conflicts and various tensions. On this matter, this work identifies and analyses the social-ambiental impacts of the PA-136, road who connect the municipality as Castanhal to the community São João do Abade, area moun legally since 2000 as Extrativism Reserve Marina Mãe Grande, of the municipality Curuçá, northeast of Para Stat.

**Key-Words:** Roads, Social and Ambient Impacts, Fishing Communities, Reserve Extrativism Marine Mãe Grande, Conflicts

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- FIGURAS 01 e 02: Imagens do mangue na maré seca e do rio Curuçá, na comunidade de Pinheiro (p. 29);
- FIGURAS 03 e 04: Imagens da Frente do rio Muriá, em frente à comunidade do Abade (p.29);
- FIGURA 05: Mapa da área que delimita a Reserva Extrativista Marinha "Mãe Grande" de Curuçá-PA. A área pontilhada representa toda a extensão da RESEX Mãe Grande (p.39);
- FIGURA 06: Município de Curuçá, Zona do Salgado Paraense (p.40)
- FIGURA 07: Litoral Nordeste do Pará e Suas Rodovias – Trecho da PA 136 abordado no trabalho (p.40)
- FIGURA 08: Mapa do Município de Curuçá mostrando a região de Ilhas, rio e furos (p.47)
- FIGURA 09: Croqui da comunidade do Abade, Curuçá-PA (p.49);
- FIGURAS 10 e 11: Imagens da PA-136 na área do Abade, mostrando os caminhões frigoríficos (carros baús) chegando e saindo com parte da produção pesqueira local (p.53);
- FIGURAS 12 e 13: Imagens dos carros baús sendo abastecidos de pescado no porto Jenipapo, no Abade (p.53);
- FIGURA 14: Imagem da frente do Abade, com barcos vindos de várias localidades da região (p.55);
- FIGURA 15: Canoa a remo transportando dois pescadores voltando da pesca no rio Curuçá, próximo a vila de Pinheiro (p.55);
- FIGURA 16: Embarcação no rio Muriá em frente ao Abade, saindo para a pesca (p.55);
- FIGURA 17: Imagem do Portinho em Frente a vila do Abade com embarcações comercializando a produção do dia de peixes (p.55);
- FIGURAS 18 e 19: Imagens da comercialização de pescado no Porto do Mercado na frente do Abade (p.55);
- FIGURA 20: Imagens dos Pescadores Chico e Gordo, no quintal indo organizar as redes para saírem para a pesca a noite(p.59);
- FIGURA 21: Pescador Sr. Pifó, no seu quintal, consertando sua rede de plástico (p.59);
- FIGURA 22: Seu Soiá e Dona Francisca, casal de pescadores aposentados da vila do Abade (p.59);
- FIGURA 23: Molecada que brinca próximo as casas, no bairro Bragantino, que se encontra na área do mangue em Abade, onde uma parte já está aterrado (p.59);
- FIGURA 24: Pescador voltando levando peixe para o almoço na sua residência (p.59);
- FIGURA 25: Dona Maria, em Curuçá, apreciando o movimento na praça da Igreja de São Sebastião (p.59);
- FIGURAS 26 e 27: Trechos da PA-136, revelando a ocupação em quase todo o seu trajeto (p.62);
- FIGURAS 28, 29 e 30: Imagens de uma ocupação identificada na comunidade por Bigolândia (p.27);
- FIGURAS 31, 32, 33 e 34: Imagens de uma área de onde é retirada areia para a construção civil próxima ao manguezal e a ocupação identificada na comunidade por Invasão Bigolândia (p.71);
- FIGURAS 35, 36, 37, 38 e 39: Casas de pescadores que migraram para o Abade, vindos de Bragança, formando o bairro Bragantino em Abade (p.72);

FIGURAS 40, 41 e 42: Imagens da fábrica de beneficiamento de camarão “CAMPASA – Camarões do Pará”, localizada na PA-136, trecho dentro da vila de São João do Abade (p.86);

FIGURA 43: Desenho do Porto “Terminal do Espadarte” divulgado pela CDP (p.88)

FIGURA 44: Canoas sendo feitas num estaleiro montado na casa do pescador em Abade (p.92);

FIGURA 45: Redes de pesca penduradas em uma árvore no Abade (p.92);

FIGURA 46: Casa de morador do Abade construída em alvenaria com recurso do Projeto RESEX (p.92);

FIGURA 47: Casa de morador em Pinheiro, construída em alvenaria com recursos do Projeto RESEX (p.92);

FIGURA 48: Embarcação feita pelo projeto RESEX para ser entregue aos pescadores moradores da comunidade de Abade (p.92);

FIGURAS 49 e 50: Placa com identificação do Projeto da casa do Pescador, desenvolvido pelo Projeto RESEX em Curuçá, e Casa do Pescador no dia da sua inauguração (p.93).

## LISTA DE SIGLAS

ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
AIDS	<i>Acquired Immune Deficiency Syndrome</i>
AUREMAG	Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande
CABANOS	Associação Solidária Cabanos
CAMPASA	Indústria de Processamento de Camarão
CDP	Companhia das Docas do Pará
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional de Seringueiros
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CP	Colônia de Pescadores
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EMATER	Instituto Paraense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INL	Instituto Nacional do Livro
IPAM	Instituto de Pesquisas da Amazônia
MAC	Projeto Manejo Alternativo dos Conflitos
MCRN	Manejo Comunitário dos Recursos Naturais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPEG	Museu Paraense Emilio Goeldi
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSAL	Observatório Social de América Latina
IPCC	Intergovernamental Panel on Climate Change
RENAS	Projeto Populações Tradicionais Haliêuticas: Impactos Antrópicos, Uso e Gestão da Biodiversidade em Comunidades Ribeirinhas e Costeiras da Amazônia Brasileira
RESEX	Reserva Extrativista
RESEX-MAR	Reservas Extrativistas Marinhas
SECTAM	Secretaria de Tecnologia e Meio Ambiente
SECULT	Secretaria de Estado de Cultura
SMM	Serviço à Mulher Marginalizada
SETRAN	Secretaria de Estado de Transportes
SIF	Serviço de Inspeção Federal
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará
UINC	União Internacional para a Conservação da Natureza

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>O PROBLEMA DA PESQUISA.....</b>	<b>17</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA - OS PROCEDIMENTOS EM CAMPO.....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>21</b>
4.1	AS ESTRADAS NA AMAZÔNIA.....	21
4.2	O AMBIENTE E O TERRITÓRIO.....	26
4.3	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA.....	32
4.3.1	Reserva Extrativista Marinha.....	37
4.3.2	A Reserva Extrativista Marinha “Mãe Grande” de Curuçá.....	38
<b>5</b>	<b>A ÁREA DA PESQUISA.....</b>	<b>40</b>
5.1	ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DA ÁREA DA PESQUISA.....	41
5.2	ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ.....	43
5.3	O DISTRITO DE SÃO JOÃO DO ABADE.....	49
5.4	A RELAÇÃO ENTRE MEIO AMBIENTE E ECONOMIA EM CURUÇÁ.....	53
5.5	A GENTE DE SÃO JOÃO DO ABADE.....	56
<b>6</b>	<b>O ACESSO: PA-136.....</b>	<b>60</b>
<b>7</b>	<b>OS IMPACTOS SÓCIO AMBIENTAIS EM CURUÇÁ.....</b>	<b>63</b>
<b>8</b>	<b>OS CONFLITOS SOCIAIS E AMBIENTAIS NO ABADE.....</b>	<b>95</b>
<b>9</b>	<b>CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>10</b>	<b>ALGUMAS SUGESTÕES.....</b>	<b>113</b>
	<b>REFERERENCIAS.....</b>	<b>117</b>

**APÊNDICE A:** Roteiro de entrevista para a pesquisa “Uma estrada na reserva: impactos sócioambientais da PA-136 em Mãe Grande, Curuçá (PA)”.

**ANEXO A:** Decreto de 13 de Dezembro de 2002, que Cria a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, no Município de Curuçá, no Estado do Pará, e dá outras providências.

## 1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

O bioma amazônico abrange no Brasil uma área de 4.871.000 Km<sup>2</sup>, ocupando mais da metade do território brasileiro. Suas funções para o clima e a diversidade biológica do mundo o colocam em estado de alerta, diante das taxas de desmatamento da floresta, que a cada ano, superam os quilômetros quadrados de área já devastada (FERREIRA, 2003).

As ações que levam aos altos índices de devastação da floresta, na sua maioria são resultados, segundo Furtado (1997), de ações desenvolvimentistas inadequadas, excludentes e perversas, que são causadoras das alterações ambientais e sociais, e diante disso, as comunidades tradicionais são as que mais sofrem, tanto ambiental, bem como social e economicamente.

Apesar de sua grande dimensão, da riqueza de espécies e diversidade de habitats, as necessidades no conhecimento da flora, fauna e processos ecológicos na Amazônia são enormes, tornando o processo de escolha de área para conservação da biodiversidade um desafio diante da idéia de que a Floresta Amazônica é uma reserva de recursos naturais necessários à continuidade da dinâmica econômica e social local, regional e global.

Segundo Vieira (1993), atualmente é consenso que os diferentes usos da terra, os quais envolvam a derrubada de novas áreas de floresta são inviáveis economicamente, pois são consideradas destrutivas do ponto de vista da ecologia.

Nesse sentido, discute-se mundialmente o cenário de ações e políticas de desenvolvimento que priorizam a supremacia de interesses econômicos em relação aos fundamentos da sustentabilidade social e ecológica, os quais vêm contribuindo para a aceleração da degradação ambiental na região amazônica, como é o caso da entrada de atividades não costumeiras em áreas de floresta, de rios, lagos e outros ambientes do bioma amazônico sem estudo e planejamento adequados, onde espécies são introduzidas sem a devida preocupação com as espécies nativas e as especificidades ambientais, populacionais e sociais locais. Exemplos dessas atividades são as inúmeras tentativas de cultivo de espécies exóticas que são introduzidas na região, onde as mesmas concorrem com espécies nativas, e muitas vezes, no processo de adaptação tornam-se predadoras devastando

espécies nativas da região. Esse discurso está na fala de Silvia Ziller<sup>1</sup> ao afirmar que “Infelizmente, as espécies exóticas invasoras são a segunda grande causa de perda da biodiversidade, juntamente com o aquecimento global [...] A primeira causa é a perda de habitats naturais causada diretamente pelo homem.” (CAMPOS, 2007). Outro exemplo não tão discutido, mas de igual importância, é a construção, alargamento e asfaltamento de estradas em áreas consideradas de alto interesse para a conservação da biodiversidade, como é o caso do município de Curuçá no Nordeste Paraense, que integra desde 2002, a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande, e por onde a PA-136 tem seu final de linha, e para onde leva vários impactos analisados nesta pesquisa.

Com isso, o estudo enfoca as mudanças identificadas principalmente na última década, a partir do surgimento da PA-136, levando-se em conta o período de estrada não oficial, ou seja, na fase de estrada de terra em que grande parte do transporte de pessoas e produtos era feito em carroças, onde se supõe ter baixo impacto na área; e o período de rodovia, antes e depois, da última pavimentação onde obteve status de rodovia de primeira linha. Na pesquisa, buscaram-se informações sobre as transformações nos ecossistemas locais, principalmente aquelas que têm ligação com a estrada e o modo de vida da população local, e estando relacionadas à ocupação nas áreas de manguezal e a diminuição dos estoques pesqueiros na região.

Este estudo é um subprojeto do *Projeto Populações Tradicionais Haliêuticas- Impactos Antrópicos, Uso e Gestão da Biodiversidade em Comunidades Ribeirinhas e Costeiras da Amazônia Brasileira (RENAS)*<sup>2</sup>.

Com os resultados desta pesquisa, pretende-se contribuir com a geração de indicadores que apontem alterações sócio ambientais na área da RESEX Mãe Grande, a partir de informações levantadas entre os moradores da comunidade de São João do Abade em Curuçá, que são os principais afetados com os problemas na área. Os temas abordados são aqueles que tenham ligação com impactos surgidos a partir da estrada PA-136,

---

<sup>1</sup> Coordenadora do Programa de Espécies Exóticas Invasoras para a América do Sul da The Nature Conservancy (TNC)

<sup>2</sup> O Projeto RENAS é desenvolvido na área de antropologia, na Coordenação de Ciências Humanas (CCH) do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), e encontra-se na sua Fase III de atuação, fazendo estudos antropológicos sobre populações haliêuticas da Amazônia, no litoral, estuário e águas interiores do estado do

buscando auxiliar no manejo alternativo destas áreas, e buscar em conjunto com as comunidades e o poder público, mecanismos que contribuam em auxiliem na superação de problemas relacionados ao ambiente, ao homem e as organizações sociais destas áreas. Para tanto, o objetivo principal deste trabalho foi investigar os impactos sócio-ambientais percebidos nas últimas décadas, no município de Curuçá, principalmente no Distrito do Abade, atualmente área da Reserva Extrativista Marinha “Mãe Grande”, buscando identificar e auxiliar na solução de possíveis impactos desencadeadores de transformações no ambiente e no modo de vida local. E como objetivos específicos: (1) Identificar, descrever e analisar, a partir de pesquisas e/ou ações já realizadas ou em andamento (MPEG, EMBRAPA, UFRA, UFPA, IPAM, SETRAN, EMATER), os impactos sócio-ambientais evidentes que a comunidade do Abade, município de Curuçá, vem recebendo a partir da criação, alongamento e recente pavimentação da Rodovia PA-136, área que desde 2000, integra a Reserva Extrativista Marinha “Mãe Grande”; (2) Identificar as manifestações relacionadas ao homem e ao ambiente locais e as influências externas decisivas que vêm interferindo nessa relação, buscando identificar possíveis áreas degradadas e suas influências nessa relação e no modo de viver da comunidade do Abade, principalmente na parcela da população que vive dos recursos naturais; (3) Produzir, a partir da pesquisa de campo e com a participação local, um croqui da área central do Distrito do Abade, apontando as áreas principais com ocorrências de impactos sócio-ambientais, ao município de Curuçá e ao Estado do Pará, enfatizando as possíveis ocorrências de alterações sócio-ambientais, principalmente as mais próximas à Rodovia PA-136; (4) Elaborar e repassar as comunidades científica e local os conhecimentos gerados na pesquisa através da produção de um documento direcionado a cada um dos segmentos envolvidos neste processo (artigo, *paper*, texto didático, etc.). Estes documentos deverão conter informações sociais e ambientais da área, para serem divulgados e utilizados pelas comunidades local e científica, além de conter informações que poderão servir como indicadores para subsidiar a elaboração de políticas públicas de gestão local para a região. Estes documentos serão elaborados no Contexto do Projeto RENAS, a partir da

---

Pará. Atualmente seus trabalhos se concentram na comunidade de Curuçá, município localizado na zona do salgado paraense.

participação no sub-projeto *Oficinas de capacitação por uma gestão solidária*<sup>3</sup>, que será desenvolvido em Curuçá, nas comunidades da Reserva Extrativista marinha Mãe Grande.

## **2 O PROBLEMA DA PESQUISA**

As décadas de 1960 e 1970 são reconhecidas historicamente, como um período de grandes mudanças que atingiram vários setores da Amazônia. Alterações diversas no cenário da região chegaram com a “modernidade” (AVIZ, 2005). Ações como: implantação de estradas, implantação de indústrias de pesca, criação de Unidades de Conservação, expansão dos meios de comunicação, expansão dos meios de transporte, atingindo as comunidades tradicionais e outros setores da região que foram incorporados à economia capitalista, num processo desencadeado por políticas de incentivos fiscais, que o Estado através de órgãos que atuavam nesse setor, como a antiga Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), atualmente Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), com um discurso que busca tirar a Amazônia do “atraso” econômico promovendo o seu desenvolvimento. Esta ideologia de progresso a qualquer custo, provocou a abertura da região aos mercados nacional e internacional, que foram atraídos por vantagens que esta política apresentava à acumulação capitalista. Como ocorre em várias outras regiões do Brasil, nas comunidades pesqueiras do litoral Norte do Pará essa situação não se concretiza de forma harmoniosa, eclodindo a partir de processos desencadeados por problemas sociais e ambientais de vários aspectos entre diferentes segmentos da sociedade regional (AVIZ, 2005).

Nesse processo, as estradas que surgem com o intuito de dar acesso às áreas isoladas da Amazônia impulsionam os ciclos viciosos de empobrecimento dos ecossistemas na região. O acesso facilita o aumento da oferta de terras em áreas de floresta, em geral áreas vendidas de forma ilegal, vem contribuindo de forma significativa para a expansão da fronteira de degradação. Esta relação é percebida facilmente em imagens de satélite quando

---

<sup>3</sup> Este projeto vem sendo desenvolvido pelo Grupo de Pesquisas Estudos de Populações Haliêuticas-RENAS, e atualmente aguarda repasse de recursos, que foram aprovados no Edital 026/2006, do CNPq. Entre os recursos, foram aprovadas 4 bolsas, sendo duas para apoio técnico para dois estudantes de ensino médio das comunidades de Curuçá.

se avalia a distribuição de áreas desmatadas na Amazônia, onde boa parte do desmatamento ocorre em áreas próximas e ao longo das rodovias, sejam elas pavimentadas ou não na região.

Esta relação entre as estradas e desmatamento é histórica e permite estabelecer projeções de impactos da pavimentação dessas estradas previstas em Programas do Governo Federal e Estadual, como é o caso do Avança Brasil<sup>4</sup>, desde 2001, e atualmente o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>5</sup>, que prevê entre outras coisas, investimentos em infra-estrutura de transportes, e implantação de terminais hidroviários na Amazônia até 2010.

Nesse contexto, a PA-136 é um desses exemplos de estradas que são construídas, alongadas e asfaltadas com a finalidade de facilitar o acesso às áreas distantes dos centros urbanos, nesse caso, ligando Castanhal ao Distrito do Abade, localizado no município de Curuçá, litoral do Nordeste paraense. Assim, a partir da pesquisa proposta, pretende-se levantar informações sobre os processos que foram desencadeados pela pavimentação da PA-136 na área de Curuçá, que desde 2000 é legalmente a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande. É possível prever ciclos de empobrecimento ou melhoria na qualidade social e ambiental desencadeados por esta obra? Que impactos essa estrada trouxe para a região? Que transformações no uso do solo e dos recursos pesqueiros podem ser verificados em tecnologias novas possivelmente implementadas, tanto na agricultura quanto nos instrumentos de pesca?

Ao ignorar questões que estão intimamente associadas ao ambiente e à abertura de estradas na região, torna-se arriscado sob pena de transformar a Amazônia em uma área permanentemente periférica, com perpetuação da cultura de extração de recursos naturais beneficiando poucos e penalizando a maioria.

---

<sup>4</sup> Programa do Governo Federal de investimentos para implantação de infra-estrutura e outras atividades em todo o Brasil, o qual prevê a aplicação de cerca de 43 bilhões de dólares na Amazônia Legal no período de 2000-2007. Do total deste valor, 20 bilhões de dólares estão previstos para serem aplicados em obras com impactos diretos no ambiente (FEARNSIDE ; LAURENCE, 2002, p.60).

<sup>5</sup> Segundo o *site* do Ministério da Fazenda ([www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br)) o PAC é um Programa criado pelo atual Governo Federal, considerado o principal instrumento da estratégia do desenvolvimento, assegurando um crescimento sustentável em médio e longo prazos. Seus principais objetivos são: aumento do investimento público e privado; afirmação de um novo modelo de crescimento; capacitação para enfrentar os desafios da globalização “sinocêntrica”; resgate da visão e do planejamento de longo prazo.

Assim, esta proposta torna-se relevante, pois pretende através de levantamentos, pesquisa e sistematização de informação/conhecimentos já gerados, e outros em fase de construção, analisar os impactos sociais e ambientais no município de Curuçá, principalmente focando o Distrito do Abade. Este município tem sua área dentro da Reserva Extrativista Marinha “Mãe Grande”. Com a pesquisa, pretende-se compreender a relação homem-natureza e as influências externas decisivas que interferem nessa relação, a partir dos impactos da PA-136 na área.

Partindo-se do princípio de que os impactos, tanto sociais, quanto ambientais, surgem da capacidade humana de intervir na natureza. O homem observa e estuda o ambiente, não só para conhecer e apreciar, mas para modificar e “corrigir” o seu curso, acomodando-o ou dobrando-o aos próprios intentos das suas leis (BERNARDI, 1978, p.22). Para analisar os impactos dessa intervenção e o real benefício para as populações humanas já fixadas na região é necessário fazer a distinção entre estradas boas e más para a Amazônia, principalmente, se for levado em conta que a pavimentação destas estradas, muitas vezes, é motivada principalmente pelas demandas dos produtores agro-industriais, que podem reduzir seus custos de transporte, e raramente pelo interesse real em desenvolver a região que atravessam. Em grande parte dos casos, ao invés de gerar prosperidade, o asfaltamento dessas estradas leva à diluição da capacidade de ação do Estado e dos centros urbanos da região, na medida em que o maior acesso a esta fronteira estimula a extração predatória de recursos ambientais e a especulação com a terra.

### **3 METODOLOGIA - OS PROCEDIMENTOS EM CAMPO**

O estudo teve como base o trabalho de campo *in situ* na comunidade de São João do Abade em Curuçá-PA, onde se utilizou uma metodologia básica, a partir da observação sistemática direta através do trabalho de campo com abordagem interdisciplinar para cruzamentos de dados sobre as transformações percebidas pelos moradores na comunidade a partir de impactos surgidos com a estrada. Foram quatro idas à campo, totalizando aproximadamente vinte dias, entre novembro/2006 e maio/2007, e uma última viagem em novembro/2007. Nas idas à campo, foram visitadas 50 residências, na sua maioria casas de pescadores e donos de comércios na localidade, onde foram entrevistados os chefes de

famílias em São João do Abade e Curuçá sede, área que integra a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande.

Os principais temas abordados nas entrevistas foram relacionados questões ambientais e sociais, como ocupação de áreas de manguezal, surgimento de ciclos de empobrecimento ou melhoria na qualidade de vida da população local, políticas públicas direcionadas para a infra-estrutura no município, conflitos locais, drogas, violência familiar e no trabalho e prostituição), entre outras. Na pesquisa buscou-se também, apreender os aspectos relacionados à vida da comunidade local, as relações sociais existentes antes e depois da inserção da PA-136 na área, e os impactos sócio-ambientais causados pelo acesso facilitado e irrestrito ao local.

O universo da pesquisa centrou-se em informantes chefes de famílias de pescadores artesanais, comerciantes, lideranças comunitárias e grupos locais (coordenadores de associações, centros comunitários, professores, entre outros) que exercem suas atividades na área com a finalidade de alcançar os objetivos propostos. Em função da particularidade do estudo, foi necessário realizar as entrevistas em suas residências, locais de trabalho, na Colônia de Pescadores Z-5, com o presidente da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Mãe Grande (AUREMAG) e do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), Instituto Paraense de Assistência Técnica e Rural (EMATER) de Curuçá, Museu Goeldi, Embrapa, Secretaria de Transporte do Estado do Pará (SETRAN), Associação Solidária Cabanos (CABANOS), entre outros segmentos envolvidos na questão pesqueira, que realizaram e/ou vem realizando atividades naquela área. Os informantes foram escolhidos levando-se em consideração sua influência e seus conhecimentos sobre a área em questão.

Foram levantadas informações a partir de relatos orais, histórias de vida contadas em entrevistas abertas, seguindo-se roteiro previamente elaborado em conjunto com a orientadora da pesquisa. Nas entrevistas foi utilizado gravador para o registro de dados, quando possível. Além da observação, a fotografia complementou a visualização das questões abordadas no estudo.

## 4 REFERENCIAL TEÓRICO

### 4.1 AS ESTRADAS NA AMAZÔNIA

Segundo Bittencourt (1958, p.25), a história da locomoção e dos transportes terrestres é vasta, complexa e curiosa. A partir do dia em que o homem procurou domesticar animais de maior porte e resistência à marcha, sob diversas e penosas condições, para servi-lo, complementando ou substituindo a sua locomoção natural, começaram também a surgir os primeiros caminhos utilizados para se locomoverem e fazerem o transporte de materiais.

Na Amazônia, a história dos transportes de pessoas e cargas está diretamente ligada aos rios da região, que são considerados os primeiros caminhos do homem amazônico. A maior parte das comunidades ribeirinhas da região em questão, vivem em comunidades localizadas às margens dos rios. Para essa gente o rio é a estrada, a lavanderia e, principalmente, o sustento das famílias. Eles sobrevivem da pesca, de pequenos roçados, e da produção da farinha de mandioca, alimento muito consumido em toda a região. Além do artesanato, que complementa a renda familiar em grande parte dessas comunidades, onde a vida e a economia estão intimamente ligadas a rede hidroviária. As principais cidades da Amazônia estão localizadas às margens dos rios, e por onde há uma circulação intensa de pessoas e mercadorias.

As estradas de terra firme surgem diante de todo esse cenário, vindo a se expandir no último século com finalidades bem delimitadas, tendo como principal delas, facilitar o acesso a regiões distantes, retirando comunidades do isolamento, contribuindo com a ocupação de áreas para atividades, que em geral são vetores da devastação da floresta, a exemplo, os projetos de ocupação de áreas “vazias”, grandes projetos de mineração, a agroindústria, a agropecuária, entre outras.

Mesmo nos dias atuais, as estradas que predominam na região são as não-oficiais. No Pará, imagens de satélite de várias regiões do estado revelam essas estradas, que em 1990 já somavam 5.042km, e em 2001 mais de 20 mil quilômetros. A presença de estradas

na Amazônia configura um assunto pouco estudado na região, sua cobertura cria um dilema que merece exame atento por parte do poder público e dos pesquisadores que investigam os problemas sócio-ambientais da região. Acredita-se por um lado, que a abertura dessas estradas, gere impactos sociais e ambientais, mas por outro lado, elas ajudam a reduzir o isolamento em que vivem os habitantes das áreas rurais e a melhorar a qualidade de vida dessas populações. Esses aspectos ambivalentes sem dúvida tornam crucial a questão da governança que a construção dessas vias implica. Esse fato se for ignorado, pode pôr em risco o futuro do ambiente e dos moradores e da região (PERZ ; SOUZA, 2005).

Para Coutinho (2007), no ranking de pragas da Amazônia, as estradas estão em terceiro lugar entre os sete maiores vetores da destruição da floresta, só ficando atrás do fogo e das madeiras. Segundo este autor, mais de 80% das queimadas acontece perto das rodovias. A colonização se dá ao longo de 100.000 quilômetros de estradas clandestinas.

O surgimento destas estradas está diretamente ligado às taxas de desmatamento na região, o que vêm atraindo a atenção nacional e internacional diante dos possíveis impactos no aquecimento do planeta e na diminuição da biodiversidade local. Correntes acadêmicas diferentes apontam causas diferentes para este problema. Estudos recentes apontam o desmatamento, como o fator mais estimulado pelas políticas governamentais de desenvolvimento, principalmente quando se trata da construção de estradas. (PERZ ; SOUZA, 2005)

No Pará, as estradas oficiais, ou seja, as Rodovias Federais e Estaduais são distribuídas conforme a tabela a seguir:

Tabela 01: **Rodovias do Estado do Pará**

Rodovia	Mesorregião	Principal Ligação	Extensão (valores aproximados)
BR 153	Sudeste	Marabá - São Geraldo do Araguaia	154,00 km
BR 158	Sudeste	Rendenção - Santana do Araguaia	317,00 km
BR 163	Noroeste	Santarém - Cuiabá	1100,00 km*
BR 222	Sudeste	Marabá - Dom Eliseu	221,00 km
PA 124	Nordeste	Capanema - Sta. Luzia	35,00 km
PA 127	Nordeste	Igarapé-Açú - Maracanã	47,80 km
PA 136	Nordeste	Castanhal - Abade	64,00 km

PA 140	Nordeste	São Caetano de Odivelas - Tomé-Açú	217,00 km
PA 150	Sudeste	Moju – Redenção	762,00 km
PA 151	Nordeste	Barcarena – Baião	179,00 km
PA 154	Marajó	Cachoeira do Arari - Soure	89,00 km
PA 238	Nordeste	PA-140 – Colares	93,9 km
PA 242	Nordeste	Capanema – Bragança	55,00 km
PA 252	Nordeste	Abaetetuba - Mãe do Rio	211,00 km
PA 253	Nordeste	Irituia - Capitão Poço (Rod. da Laranja)	55,00 km
PA 254	Noroeste	Oriximiná – Prainha	288,00 km
PA 255/423	Noroeste	Santarém - Monte Alegre	47,00 km
PA 257	Noroeste	Santarém – Juruti	150,00 km
PA 263	Sudeste	Tucuruí – Goianésia	72,00 km
PA 275	Sudeste	Eldorado dos Carajás - Parauapebas	70,00 km
PA 279	Sudeste	São Félix do Xingu - Xinguara	260,00 km
PA 318	Nordeste	PA-136 – Marapanim	37,00 km
PA 370	Noroeste	Santarém - Curuá-Uma	70,00 km
PA 391	Nordeste	Benevides – Mosqueiro	38,50 km
PA 403/409	Nordeste	Acesso à praia de Beja (Abaetetuba)	40,00 km
PA 415	Sudoeste	Altamira – Vitória	49,00 km
PA 427	Noroeste	Alenquer - PA-54 (Povoado de São João)	24,00 km
PA 457	Noroeste	Santarém - Vila de Alter do chão	28,00 km
PA 481	Nordeste	Barcarena - Vila do Conde	12,27 km

FONTE: SETRANS, 2007.

\* Extensão total somente no lado paraense.

Neste trabalho foi estudada a PA-136, Rodovia Estadual que tem fundamental importância para escoar a produção pesqueira dos portos do Abade em Curuçá, além de servir como principal acesso para o transporte de passageiros na região do nordeste do estado do Pará. Contudo, apesar da sua grande importância, essa estrada tem proporcionado mudanças por toda a região por onde ela passa, são alterações de toda ordem, mas principalmente por influências antrópicas, as quais atualmente são visíveis, e onde há necessidade de mensurar as conseqüências destas transformações tanto para o ambiente como para a vida das comunidades que habitam estas regiões. Segundo Bastos et al (2001):

As modificações ocasionadas pela ação humanas em decorrência de loteamentos, extração de madeira, retirada de areias e de rochas cada vez mais freqüentes nas restingas, apesar destas serem locais de preservação ambiental, protegidos por Lei Federal. No estado do Pará as conseqüências destas ações ainda não foram medidas, havendo necessidade de dimensionar, em escala temporal, o efeito das mesmas. (BASTOS, 2001, p.37)

Com finalidades distintas e com impactos diferenciados na cobertura vegetal das florestas, as estradas na Amazônia são construídas por diferentes atores sociais e podem ser classificadas em oficiais e não-oficiais. As primeiras são rodovias inter-regionais, construídas tanto pelos governos estaduais, como é o caso da PA-136, como pela União, a exemplo a BR-163. As estradas não-oficiais, conhecidas na região como ramais, são abertas principalmente pela iniciativa privada e em geral abrangem apenas localmente. Os principais responsáveis pela abertura dessas estradas são madeireiros, colonos, fazendeiros e garimpeiros, que as constroem para facilitar o acesso aos recursos naturais, principalmente a madeira e a terra. Essas estradas estão próximas umas das outras, formando uma densa rede de conexão local. (PERZ ; SOUZA, 2005)

As estradas, historicamente, fazem parte das mudanças sociais e grande parte das ambientais de qualquer região. O homem primitivo já utilizava trilhas que eram desbravadas por animais de grande porte, garantindo assim um espaço de circulação, sobretudo, porque este homem impulsionado pela pressão de suas próprias necessidades e por diversos estímulos, desde cedo aventurou-se a afastar-se do seu habitat. Nesse ímpeto de desbravamento, pode atingir e mais tarde utilizar outros caminhos, como os mares e os rios para torná-los novos “caminhos” e “campos” de grande importância para sua subsistência e expansão. (BITTENCOURT, 1958, p.24 e 25)

Provavelmente, estradas clandestinas e/ou não-oficiais continuarão se expandindo na Amazônia, algumas delas se transformando em oficiais, como atualmente já é a PA-136 no Pará. Esse fato é considerado fundamental na melhoria da qualidade de vida de um grande número de pessoas na região se contrapondo aos impactos no ambiente local e aos conflitos sociais que provocam. Cria-se com isso, um dilema de difícil solução por parte dos tomadores de decisão, uma questão desafiadora relacionada ao manejo dessas vias. Como minimizar os impactos dessas estradas nos ecossistemas destas áreas litorâneas notadamente de grande importância para as populações humanas que habitam estas

regiões? Algumas respostas podem surgir a partir de estudos dos impactos da ocupação de áreas litorâneas para fins agrícolas pastoris, extrativistas e/ou imobiliários como afirma Bastos et al (2001).

No que se refere às alterações antrópicas, alguns trechos do litoral paraense vem sendo alvo de uma serie de impactos em decorrência de ações para fins agrícolas, pastoris, extrativistas ou imobiliários. Esta interferência vem assumindo um caráter preocupante devido à velocidade com que se propaga e a extrema fragilidade destes ambientes, altamente especializados (BASTOS et al, 2001, p. 36)

A situação apontada dificulta a busca de soluções para os problemas de manejar construções de estradas na Amazônia, e a defesa do ambiente e da população dos impactos dessas estradas sem deixar de mantê-las.

Fearnside e Laurence (2002, p.62) concluem que são altos os custos ambientais e sociais da destruição e degradação da floresta amazônica em virtude dessa ocupação desordenada. Oportunidades para uso sustentável da floresta são perdidas, entre elas a captação de valores em serviços ambientais, como manutenção da biodiversidade, ciclagem da água e armazenamento de carbono. Por outro lado os benefícios da infra-estrutura de exportação são escassos, especialmente quanto à geração de empregos e a outros efeitos socialmente desejáveis.

Diante desse quadro, percebe-se a necessidade de realizar estudos de impactos ambientais para minimizar os impactos de infra-estruturas instaladas e evitar maiores degradações da floresta com a finalidade de planejar a paisagem da Amazônia de forma adequada à região e à população local, e assim evitar que áreas de grande interesse biológico ou social sejam danificadas devido à construção de vias que muitas vezes não vem atender as demandas da região, mas trazem como consequência o desmatamento das florestas locais e a descaracterização do ambiente, da população e da cultura locais. É preciso criar novas áreas protegidas legalmente sem a exclusão das populações que as habitam milenarmente e fiscalizar as áreas localizadas próximas a elas. Esse tipo de atuação deve se estender aos municípios de fronteira para que a demanda de infra-estrutura seja compatível com a necessidade de preservação ambiental. (PERZ ; SOUZA, 2005)

## 4.2 O AMBIENTE E O TERRITÓRIO

A comunidade de São João do Abade reúne um conjunto de relações entre os indivíduos, existentes nas mais diversas categorias sociais, tais como: município, mercado, circulação, trocas materiais e intercâmbios imateriais, hábitos, tradição, vizinhança, compadrio, crenças, entre outras, que expressam um processo de territorialidade que lhe é particular, que transformou o seu espaço num *âmbito territorial* de processos sociais que representam a apropriação daquela porção do espaço geográfico pelos grupos sociais que ali vivem e que formam suas redes de relações, as quais são estabelecidas a partir dos diversos níveis de participação de cada indivíduo.

Segundo Alencar (2004, p.68), “[...] o território se constrói com a atividade humana. A relação do homem com o ambiente biofísico, desenvolvendo ações continuadas em um determinado período histórico, cria o território”.

A categoria território implica o controle/poder exercido sobre as variáveis da extensão (forma, posição, distância, direção e diversidade de direção), bem como sobre os movimentos e as conexões entre atores e estruturas. Nesse sentido, o território tem um caráter de exclusividade, produto do poder de delimitar um espaço, mas a delimitação não cria homogeneidade ou uma qualidade única dentro do território, nem gera um único território. Podem coexistir e sobrepor-se vários territórios, em conformidade com a conjuntura histórica, o grau e modalidade do desenvolvimento das forças produtivas, o sistema político, a correlação das forças sociais, os hábitos e tradições, expressas em consensos, tensões e conflitos.

Sales, Silva e Pessoa (2006), enfatizam que o conceito de território tem sido utilizado tanto pelas ciências naturais como pelas ciências sociais. Nas ciências naturais, o seu conceito foi formulado pela primeira vez, ainda no século XVII, a partir de estudos da Botânica e da Zoologia. O território tinha como significado uma área de dominação de um determinado grupo de espécie animal ou vegetal. Já nas ciências sociais, a primeira preocupação com o território de forma sistematizada partiu do geógrafo Friedrich Ratzel, no século XIX. Ratzel comparou o Estado a um organismo vivo que nasce, cresce e tende a

declinar. Esta visão colocou no centro de suas análises a necessidade do domínio territorial por parte do Estado. “O território era, então, um dos elementos principais na formação do Estado de modo que, na concepção de Ratzel, o Estado não existiria sem o território”. (GOMES, 1984, p. 20). Além disso, o território significava não só as condições de trabalho, mas a própria condição de existência de uma sociedade, definindo-se pela propriedade, isto é, uma área dominada por alguém ou pelo Estado. (GOMES, 1984, p. 20).

Nesse sentido, a territorialidade pode ser entendida com a “totalidade das questões concretas e abstratas, objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, emotivas e perceptivas [...] A territorialidade é composta por três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço”. Para compreender o território é necessário que o indivíduo conheça a sua territorialidade, a qual “está imbricadas na subjetividade dos sujeitos, e chegando a compor várias territorialidades”<sup>6</sup>. (GIL, [S. d.]

Quando se territorializa algo, há a o surgimento de elementos de ordem social, econômica e ambiental, que nos ajudam a visualizar as especificidades locais. Através destes subsídios, pode-se extrair explicitações que permitem visualizar as várias etapas da relação sociedade/natureza, estabelecendo assim seus elos. Além disso, é possível identificar os elos mais frágeis, que são justamente aqueles que são mais atingidos diante das conseqüências dos problemas originados a partir dessa relação que é notória na história das civilizações. Uma relação dinâmica, em constante transformação.

Entre as comunidades haliêuticas, o território é considerado toda a área onde os pescadores moram, trabalham e se divertem. Enfim, é toda região que eles têm acesso e que necessitam para viver e tirar a sua subsistência e de sua família (MALDONADO, 1993).

O domínio sobre um território contribui para reforçar a identidade cultural de um grupo social, no caso do Abade pelos pescadores, seus limites podem ser alterados pela expansão das fronteiras, seja em áreas despovoadas, seja pela conquista sobre outros grupos

---

<sup>6</sup> GIL, Isabel Castanha. Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. *Revista NERA*, Presidente Prudente, Ano 7, n. 4. (S. d.)

sociais. Assim, a territorialidade deve ser entendida como um espaço definido e delimitado pelas relações de poder e a partir delas.

No Abade, bem como na maioria das comunidades tradicionais da Amazônia o território é construído a partir das relações entre sociedade e natureza, ou seja, nas atividades da pesca, coleta e agricultura. Contudo, é principalmente nas atividades que envolvem os recursos aquáticos que a população local tem sua relação mais forte com o seu território. Essa relação entre território-natureza-sociedade, no Abade é inseparável, e permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas, pelos moradores locais, a qual é representada pela intervenção realizada no território, criando e recriando significados em torno dessa apropriação que se passa no dia-a-dia. Entretanto, quando não há harmonia nessa apropriação, ela provoca mudanças sociais e ambientais que, muitas vezes, levam as alterações irreversíveis na estabilidade dos ecossistemas naturais e consequentemente nas relações sociais locais.

A ciência tem mostrado através de estudos de ambientes variados que a natureza é um conjunto de sistemas complexos, dentro do qual existem fluxos de energia entre suas diversas partes constituintes. Cada floresta tem uma função para a atmosfera do planeta. Cada componente do meio ambiente mantém uma relação com os demais elementos. É uma cadeia. O clima, o relevo, os rios, a vegetação, os solos e os demais seres vivos interagem entre si, e qualquer mudança em apenas um desses componentes afetará o conjunto todo, levando as alterações muitas vezes irreversíveis e adversas à própria vida. Um bom exemplo são as alterações provocadas pelo homem sobre o solo, que com queimadas sucessivas, criam condições para a erosão parcial ou total de uma área. No Abade essa vem sendo uma prática constante. Áreas próximas a PA-136 são constantemente queimadas, sem que sejam utilizadas para plantio ou construções. Outro exemplo importante a ser citado, são os aterros realizados em áreas de manguezais, que ficam no entorno da ponte que funciona como limite entre Curuçá sede e a comunidade do Abade. Essa área vem sendo modificada, com aterramento e retirada de areia, modificando o sistema fluvial e alterando radicalmente o solo, a vegetação e a influência das marés.

Ambientes litorâneos, que apresentam forte concentração de população, sofrem alterações radicais que modificam profundamente as condições de vida nos estuários e

baías, que são fundamentais para a vida marinha, como já vem ocorrendo na região do Abade, apesar da implantação em 2002 da RESEX Mãe Grande.

No Abade, o ambiente é típico da região costeira do Norte do Brasil, com grandes áreas de manguezal, praias paradisíacas com grande potencial para o turismo, com presença de grandes dunas. A maioria das comunidades do município de Curuçá localizam-se próximas aos rios Curuçá (Figuras 1 e 2), Muriá (Figuras 3 e 4), Araquaim, Mearim, Simoa, Cajutuba, entre outros que entrecortam a região. São João do Abade é uma dessas comunidades, localiza-se na foz do rio Muriá, rio que leva e trás as embarcações para as pescarias, tanto as realizadas próximo da vila, como as mais distantes chamadas de pesca de fora. São nos portos deste rio, em Abade que o pescado é desembarcado para ser comercializado e escoado para outros municípios de dentro e de fora do estado.



FIGURAS: (01 e 02) Imagens do mangue no rio Curuçá, na comunidade de Pinheiro; (03 e 04) Imagens do rio Muriá, em frente à comunidade do Abade.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2006. FOTOS: Elida Figueiredo.

Os problemas ambientais com os quais o Abade e grande parte das comunidades amazônicas vem se defrontando não são novos. Há várias décadas a complexidade desses problemas começou a ser estudada por cientistas de instituições como INPA, MPEG, IPAM, INPE, entre outras. Contudo, só recentemente essa problemática vem sendo compreendida e revelada como parte integrante de um processo de desenvolvimento mal formulado para a região.

Antes, as maiores preocupações se voltavam para os efeitos do desenvolvimento sobre o ambiente local. Mas hoje, há também que se preocupar com o modo como a degradação ambiental pode impedir ou reverter o desenvolvimento econômico dessa região tão importante para a vida no resto do planeta.

Segundo Batistella e Moran (2007, p.72 e 73), as abordagens relacionadas aos processos de mudanças de uso e cobertura da terra envolvem quatro perspectivas: (1) dimensão espacial, com a localização e articulação dos processos em propriedades, reservas e assentamentos nos municípios, além da infra-estrutura regional; (2) dimensão temporal, envolve mobilidade populacional e processos de urbanização; (3) dimensão socioeconômica local, caracterizada pelos elementos sociais, econômicos e culturais; e (4) dimensão socioeconômica regional, que revelam as diferentes formas de utilização do meio ambiente e seus recursos, a partir de indicadores sociais e econômicos de produção e da dinâmica populacional. Segundo estes autores, a integração destas dimensões, definem a relação destas unidades regionais (municípios) com a sua paisagem, visando análise de impactos ambientais em áreas de conflitos, melhoramento de infra-estrutura e monitoramento ambiental.

Costa (2004) propõe que o diálogo interdisciplinar entre as áreas do conhecimento já citadas seja levado adiante, mas para isso acontecer, inicia o diálogo tentando sintetizar as várias noções de território agrupando-as em quatro vertentes básicas, são elas: a) a *política ou jurídica*, na qual comenta que é a mais defendida, onde o território é visto como “um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder na maioria das vezes [...] relacionado ao poder político de Estado” (COSTA, 2004, p.40); b) a *cultural ou simbólico-cultural*, na qual prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva e o território é visto como o “produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em

relação a seu espaço vivido”. (COSTA, 2004, p. 40); c) a *econômica*, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, onde o território é visto apenas como fonte de recursos e/ou incorporado no “embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho” (COSTA, 2004, p. 40); d) por fim, a última vertente seria a *natural*, na qual a noção de território teria como base a relação sociedade-natureza.

Segundo Acserald (2000, p.97), sociedade e natureza são totalmente interligadas. Não tem sentido falar de natureza sem sociedade. Pois uma só existe em conjunto com a outra, nas diferentes acepções que a elas possam ser atribuídas. A sustentabilidade remete a relações entre sociedade e a base material de sua reprodução. Portanto, não se trata de uma sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, mas sim das formas sociais de apropriação e uso desses recursos e desse ambiente.

Sachs (1993) considera cinco dimensões de sustentabilidade, necessárias ao planejamento do desenvolvimento das comunidades:

- 1) a sustentabilidade social, em que se deve procurar o que é uma boa sociedade, tendo como objetivo a construção de uma civilização do Ser, abrangendo assim todos os aspectos de necessidades materiais e não-materiais;
- 2) a sustentabilidade econômica, possibilitada por uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos;
- 3) a sustentabilidade ecológica, em que os propósitos sociais e a redução de danos aos sistemas de sustentação da vida devem ser priorizados e devem nortear as ações;
- 4) a sustentabilidade espacial, voltada para uma configuração rural-urbana mais equilibrada e para uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas; e finalmente uma sustentabilidade cultural, que busque uma pluralidade de soluções, respeitando a pluralidade e as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local. (SACHS, 1993)

Certamente é justificável trazer esta discussão para o campo social, pois, "os problemas ambientais são, antes de tudo, fruto das relações e ou contradições da sociedade. Os problemas ambientais da sociedade humana surgem como resultado da sua organização econômica e social e que qualquer problema aparentemente externo se apresenta, primeiro, como um conflito no interior da sociedade humana" (FOLADORI, 2001, p. 102).

#### 4.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

O Ministério do Meio Ambiente (MMA), no seu *site*<sup>7</sup> define Unidades de Conservação como “áreas especialmente designadas pelo poder público para alcançar objetivos de conservação do meio ambiente”. Estas áreas, de maneira geral, são consideradas especiais, de grande interesse ecológico, cultural, científico e paisagístico, e são utilizadas com o objetivo maior de conservar e preservar a biodiversidade, onde ainda podem ser encontradas espécies ameaçadas de extinção, além de serem áreas produtivas e potencialmente úteis aos seres humanos, nas diversas categorias de manejo, educação ambiental, recreação e turismo, de acordo com as vocações naturais e condições sócio-econômicas dos seus ecossistemas.

A primeira participação do Brasil no movimento internacional de criação de áreas naturais protegidas foi em 1911, surgiu através de Luis Felipe Gonzaga de Campos autor do livro intitulado Mapa Florestal do Brasil, o qual é considerado atualmente um clássico nos estudos dos diferentes ecossistemas brasileiros e seu estágio de conservação.

Porém, as discussões sobre a criação de uma área protegida no Brasil iniciaram-se em 1876, como sugestão do Engenheiro André Rebouças (inspirado na criação do Parque de Yellowstone, nos Estados Unidos) de se criar dois parques nacionais: um em Sete Quedas e outro na Ilha do Bananal. No entanto, apenas em 1937 ocorreu de fato, a criação do primeiro Parque Nacional brasileiro: o Parque Nacional de Itatiaia (QUARESMA, 2003, p.52). Seguindo esse princípio, os Parques Nacionais brasileiros, foram conceituados partindo-se da idéia de territórios e/ou monumentos naturais, que por suas especificidades, possuísem valor científico e/ou estético.

No Brasil, a Fundação Pró-Natureza (FUNATURA)<sup>8</sup>, instituição ligada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), define estas áreas como porções do território nacional, incluindo áreas aquáticas, com características naturais de valor relevante de domínio público ou de propriedades privadas, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos e limites definidos e sob regimes especiais de

---

<sup>7</sup> [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

<sup>8</sup> [www.funatura.org.br](http://www.funatura.org.br)

administração, as quais se aplicam garantias adequadas de proteção, para a conservação da natureza e dos processos ecológicos fundamentais da sua biodiversidade.

Legalmente, a criação das Unidades de Conservação (UC) no Brasil está prevista na Constituição Federal de 1988, e igualmente definidas nas Constituições Estaduais. Sua existência em todo o litoral brasileiro, é de fundamental importância para manter o equilíbrio da biodiversidade marinha da região costeira do Brasil.

Atualmente existem duas categorias de manejo em UC que integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)<sup>9</sup>, importante instrumento para melhor proteger o que ainda resta de florestas e os demais biomas no Brasil, sendo definidas a partir de legislação específica.

No momento da criação destas áreas, elas são classificadas em categorias através de um diploma legal, no qual estão explicitadas as suas denominações, área, limites geográficos, objetivos, diretrizes, restrições, proibições de uso do espaço e dos seus recursos naturais. Em geral, as de domínio público são aquelas com maior número de restrições e proibições, prevalecendo nelas o caráter de preservação.

O IBAMA define as categorias de UC da seguinte forma:

Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica Reserva Biológica Parque Nacional Parque Estadual Monumento Natural Refúgio de Vida Silvestre	Área de Proteção Ambiental Área de Proteção Ambiental Estadual Área de Relevante Interesse Ecológico Floresta Nacional Floresta Estadual Reserva Extrativista Reserva de Fauna Reserva de Desenvolvimento Sustentável Reserva Particular do Patrimônio Natural

**Quadro 01** – Categorias de Unidades de Conservação da Natureza  
 FONTE: Pesquisa ambiental/MMA, 2005.

Se for considerada a extensão territorial brasileira, o número de áreas protegidas ainda é bastante inexpressivo, constituindo somente 8,13% do Brasil. Na região Norte

<sup>9</sup> [www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf](http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf)

existem aproximadamente 130 (UC), número que muda anualmente em virtude da criação de novas áreas legalmente protegidas nos Estado. No Pará especificamente, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (SECTAM), aponta aproximadamente trinta e duas (32) áreas legalmente protegidas, algumas delas estão sob a jurisdição da União, outras do Estado e outras tantas de Municípios.

Na região Norte, o número de reservas extrativistas, marinhas ou não, vem ampliando-se nos últimos anos. Segundo dados do CNPT (2006), atualmente há vários casos de áreas sendo analisadas para implantação de futuras reservas, como é o caso da Reserva do Lago do Tucuruí, da Reserva do Marajó (Arumanduba, Mutum, Soure e Pimental), além das Reservas que localizam-se nos municípios de Marapanim, Quatipuru, Vigia, São Caetano de Odivelas e Nova Timboteua, todas no Estado do Pará, e já encontram-se com seus processos de criação em andamento. Contudo, legalmente constituídas no estado do Pará elas correspondem ao número de 15, e são as seguintes:

1) *Reserva Extrativista Arióca Pruanã*, localiza-se em Oueiras do Pará, criada em 2005 em uma área de 83.445 (há), com o objetivo de garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

2) *Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu*, localiza-se em Bragança, no estado do Pará, foi criada em 2005, numa área de 27.859 (ha), com o objetivo de proteger o meio ambiente e garantir a utilização dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

3) *Reserva Extrativista Marinha de Araí-Peroba*, criada em 2005 no município de Augusto Corrêa, no Nordeste paraense, numa área de 7.850,00 (ha), com o objetivo de proteger o meio ambiente e garantir a utilização dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

4) *Reserva Extrativista Marinha de Gurupi-Piriá*, localiza-se no município de Viseu, no estado do Pará, tendo sido criada em 2005, numa área de 40.365,00 (ha), com o objetivo de

proteger o meio ambiente e garantir a utilização dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

5) *Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua*, criada em 2005, uma área de 18.992 (ha), do município de Tracuateua, tendo como objetivo proteger o meio ambiente e garantir a utilização dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

6) *Reserva Extrativista Marinha de Soure*, criada em 2001, em uma área de 13.660,00 (ha) na Ilha do Marajó, no Pará, com o objetivo de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

7) *Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho*, localiza-se no município de Baião, no Pará, tendo sido criada em 2005.

8) *Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio*, criada em 2004 com mais de 739.303 (há) no município de Altamira, localizada no centro da chamada Terra do Meio, é uma das áreas de maior violência do sudoeste do Pará, sua criação tem como objetivo proteger os meios de vida e a cultura das populações tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área.

9) *Reserva Extrativista Verde Para Sempre*, com uma área de reserva de mais de 1.319.661 (ha), localizada no município de Porto de Moz. Foi criada em 2004, com o objetivo de promover o uso auto-sustentável dos recursos naturais renováveis pela população tradicional residente.

10) *Reserva Extrativista Mapuá*, localiza-se no município de Breves, no Pará, criada em 2005, numa área de 94.919 (ha), com o objetivo de proteger o meio ambiente e garantir a utilização dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

11) *Reserva Extrativista Chocaré-Mato Grosso*, localizada no Estado do Pará, no município de Santarém Novo. Foi criada, segundo o MMA, em 13 de dezembro de 2002 em uma área de 2.797 (ha). Com o objetivo de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

12) *Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá*, localizada no Estado do Pará, no município de Curuçá. Foi criada em 13 de dezembro de 2002 em uma área de 24.194,00 (ha), objetivando promover o uso auto-sustentável dos recursos naturais renováveis pela população extrativista local.

13) *Reserva Extrativista Maracanã*, localizada no Estado do Pará, no município de Maracanã. Foi criada em 2002 em uma área de 19.353,00 (ha). Com o objetivo de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativa local, de 550 famílias.

14) *Reserva Extrativista São João da Ponta*, localizada no Estado do Pará, no município de São João da Ponta. Foi criada em 13 de dezembro de 2002 em uma área de 3.210 ha. Com o objetivo de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

15) *Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns*, localizada no Estado do Pará, nos municípios de Santarém e Aveiro como parte integrante das Glebas Tapajós, Arapiuns e Igarapé-Açú. Foi criada em 06 de novembro de 1998 em uma área de 647.610,74 (há), com o objetivo de garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área.

FONTE: IBAMA ( <http://www.ibama.gov.br/siucweb/mostraUc.php?seqUc=1446>. Acesso: 15 Jan. 2006).

#### 4.3.1 Reserva Extrativista Marinha

As reservas extrativistas foram criadas em 1990 pelo Decreto 98.897 e passaram a integrar o Programa Nacional de Meio Ambiente do Governo Federal. Entretanto, segundo Chamy (S.d.), sua concepção surgiu no final da década de 80, em decorrência de violentos conflitos sobre legitimidade e regularização fundiária na Amazônia em relação às terras historicamente habitadas por populações tradicionais. As reservas extrativistas, foram implementadas pelo IBAMA através do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), criado através da Portaria do IBAMA nº 22 de 10/02/1992, com a finalidade de “promover elaboração, implantação e implementação de planos, programas, projetos e ações demandadas pelas Populações Tradicionais através de suas entidades representativas/e ou indiretamente, através dos Órgãos Governamentais constituídos para este fim, ou ainda, por meio de Organizações Não Governamentais” (CNPT, 2004).

A criação dessas RESEX se configura um desdobramento da Ação Pública iniciada em 1987 com a criação de projetos de assentamentos extrativistas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Tanto as reservas quanto os assentamentos respondiam às demandas dos seringueiros que pretendiam resolver os conflitos entre seringueiros autônomos e grupos antagonicos favorecidos por incentivos do governo para a implantação de projetos de agropecuária e madeira na Amazônia (CUNHA ; COELHO, 2003).

Por lei, uma reserva extrativista é uma área de domínio público utilizada por populações tradicionais, cuja subsistência é comprovadamente baseada no extrativismo, na agricultura de subsistência ou na criação de animais de pequeno porte.

As RESEX são áreas de interesse ecológico, social e de conservação protegidas pelo poder público e de propriedade da União, concedidas às populações extrativistas por um período não inferior a 60 anos, sob a fiscalização do poder público. Seu uso só é liberado mediante termo de concessão de uso e plano de utilização da reserva aprovada pelo IBAMA.

Segundo Chamy (S.d.), as reservas extrativistas destinam-se a serem áreas de exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais por populações extrativistas, estas áreas têm recebido atenção por se tratar de uma categoria que une preocupações ambientalistas com as prerrogativas das comunidades extrativistas tradicionais.

Estas reservas, quando constituídas em áreas litorâneas, seu território integra além das áreas de floresta de terra firme, áreas marinhas e as áreas que ficam entre a terra e o mar, conhecidas como estuário, onde encontram-se os manguezais. Por isso estas reservas passam a ser também marinhas, chamadas por Furtado (2002) de RESEX-MAR, termo utilizado para designar as Reservas Extrativistas Marinhas.

#### **4.3.2 A Reserva Extrativista Marinha “Mãe Grande” de Curuçá**

Mãe Grande é uma reserva ambiental extrativista marinha, legalmente constituída e povoada por 52 comunidades tradicionais de pescadores e agricultores, com um centro urbano composto pela junção da sede do município de Curuçá com o Distrito de São João do Abade, que é uma área visivelmente em crescimento com uma população estimada em mais de 11 mil habitantes (IBGE, 2007). Seus recursos naturais encontram-se diretamente ligados a ação da atividade pesqueira industrial e artesanal, com possibilidades concretas de abrigar a construção de um grande porto de escoamento nacional de produtos, fato que vem sendo amplamente discutido nos últimos meses.

A RESEX Marinha “Mãe Grande” é uma das mais importantes Unidades de Conservação localizadas na costa amazônica. Situada no município de Curuçá, na Região do Salgado, Nordeste Paraense. Sua área abrange aproximadamente 37 mil hectares de estuário<sup>10</sup>, povoada por aproximadamente seis mil pescadores e suas famílias, instaladas nas comunidades próximas as ilhas, furos, rios e praias do município.

Criada em 2002, “Mãe Grande” é uma das UC nacionais que se inserem na classificação do Governo Federal, de uso sustentável - cujo objetivo legal é conciliar a

---

<sup>10</sup> Região onde as águas de rios interagem com o oceano (PROST & MENDES, 2001).

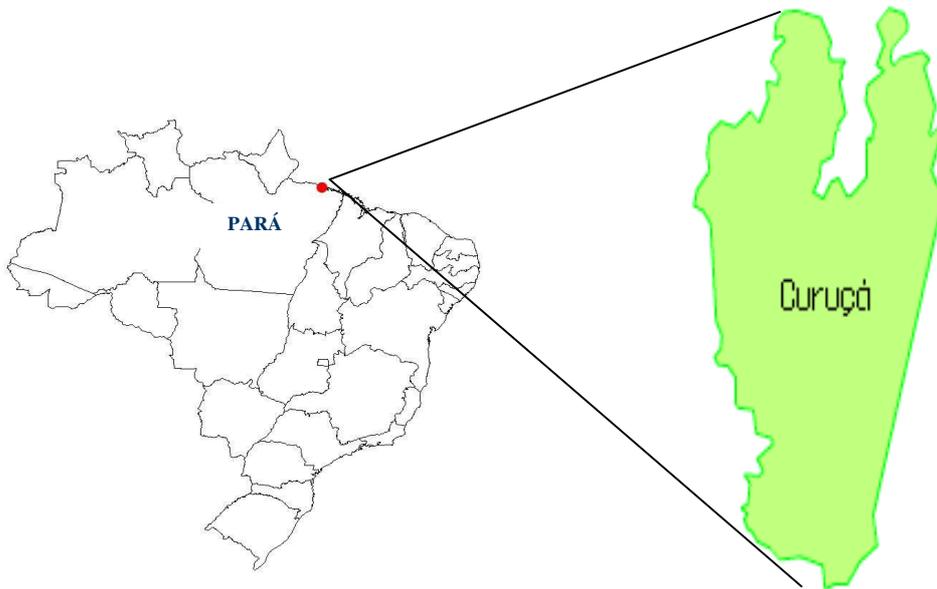
manutenção dos meios de vida da população tradicionalmente instalada à conservação dos recursos naturais renováveis locais (Ver figura 05 a seguir).



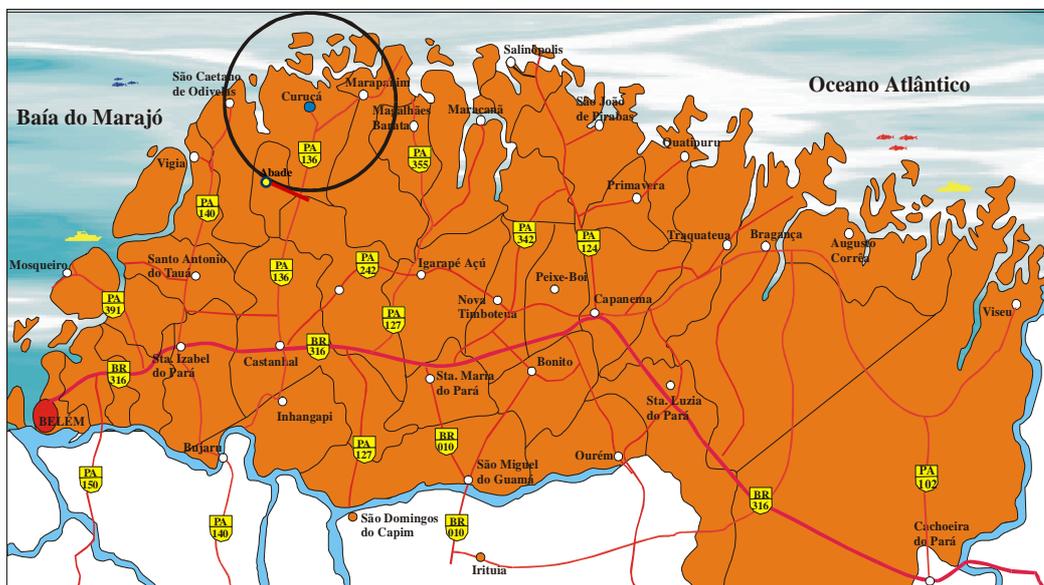
FIGURA 05: Mapa da área que delimita a Reserva Extrativista Marinha "Mãe Grande" de Curuçá-PA. Á área pontilhada representa toda a extensão da RESEX Mãe Grande.

FONTE: EMATER, Curuçá-PA, 2006.

## 5 A ÁREA DA PESQUISA



**FIGURA 06: Município de Curuçá, Zona do Salgado Paraense**  
FONTE: Adaptação de mapas retirados do *site* do Governo do Estado do Pará, 2006.



**FIGURA 07: Litoral Nordeste do Pará e Suas Rodovias – Trecho da PA 136 abordado no trabalho**

FONTE: Adaptado do Mapa Rodoviário do Estado do Pará. DENIT, 2002.

## 5.1 ASPECTOS HISTÓRICOS E CULTURAIS DA ÁREA DA PESQUISA

O município de Curuçá tem sua origem relacionada a presença dos missionários da Companhia de Jesus às margens do rio Curuçá, durante o século XVII, a partir do estabelecimento de missões religiosas naquele território. Os padres jesuítas quando chegaram, acamparam na localidade hoje conhecida por Abade, entretanto como o lugar não tinha na época, condições básicas de sobrevivência (água escassa e de má qualidade), mudaram-se em busca de um lugar melhor para se estabelecerem.

Às margens do rio Curuçá, encontraram uma feitoria de pesca e, no mesmo local, fundaram a fazenda Curuçá (na língua tupi significa "cruz"). A fazenda foi erguida sob a devoção de Nossa Senhora do Rosário, local que tempos depois deu origem à atual cidade de Curuçá.

Com a expulsão dos jesuítas, em decorrência da Lei Pombalina<sup>11</sup>, o Governador e Capitão-General do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, elevou a Fazenda Curuçá à categoria de Vila, com o nome de Vila Nova D'El Rei, constituindo, assim, o Município (MUNIZ, 1917).

Segundo o historiador Palma Muniz, após a Independência do Brasil, em 26 de abril de 1833, a Vila Nova D'El Rei foi abalada pela chegada do ato do Conselho de Governo da Província que, dando uma nova organização aos municípios do Pará, extinguiu o município de Curuçá, anexando sua área ao município de Vigia, o que provocou a revoltas entre os seus habitantes, provocando agitações oriundas de questões políticas. Diante disso, foi necessário a vinda de uma pessoa para acalmar a situação. Com a chegada do tenente Boa Ventura Ferreira Bentes, os ânimos se acalmaram e restabeleceu-se a ordem, com a assinatura por parte de seus habitantes de uma declaração, onde prometiam conservar a ordem e a paz pública no local (MUNIZ, 1917).

Durante a Cabanagem<sup>12</sup>, Curuçá foi alvo de vários ataques, nos quais, o Arquivo da Câmara municipal foi destruído, apenas um livro de Atas escapou, referente ao período de

---

<sup>11</sup> Lei pombalina instituída em 1755 que expulsou os Jesuítas do Brasil.

<sup>12</sup> Movimento que ocorreu na província do Grão-Pará, entre os anos de 1835 e 1840 (HURLEY, 1936)

1831-1833. Este livro serviu de protocolo para a criação da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Marapanim, criada sobre as ruínas da vila de Curuçá (MUNIZ, 1917).

A República, com o Governo Provisório do Pará trouxe novas normas e com elas extinguiu as Câmaras Municipais, ocorrendo em Curuçá no dia 20 de fevereiro de 1890, através do Decreto nº 65; nesta mesma data, foram criados os Conselhos de Intendência, através do Decreto nº 66, com a nomeação de seus integrantes, ocorrendo também a Adesão do Município à República no mesmo ano. Com a Lei Estadual nº 236 de 1895, a Vila de Curuçá foi elevada à categoria de cidade, com o mesmo nome.

Após a Revolução de 1930, Curuçá teve seu território ampliado em função da incorporação das terras do município de Marapanim, que foi extinto. Essa extinção tornou-se sem efeito em 1931, sendo o seu território novamente desmembrando da área patrimonial de Curuçá. No ano seguinte, é a vez de Curuçá ser extinto, passando o seu território a integrar a jurisdição de Castanhal, sendo restabelecido em 1933, desanexando-o daquele Município (MUNIZ, 1917). Atualmente, Curuçá está integra os distritos de Curuçá (sede), Lauro Sodré, Murajá e Ponta de Ramos.

Com relação a cultura, o calendário de manifestações religiosas do município de Curuçá, destacam-se três festividades. Em junho, no dia 29, acontece a festa em homenagem a São Pedro, santo de devoção dos pescadores. Segundo alguns informantes, nesse dia em algumas comunidades de Curuçá, entre elas o Abade, acontecem festejos pedindo boa pesca e proteção para os pescadores locais. Em setembro, acontece a Festa de Nossa Senhora do Rosário e em dezembro, a festa em louvor a São Benedito. É comum a todas essas ocasiões festivas do Município, a realização de procissões, ladainhas, arraial, leilões, derrubada de mastros de flores e festas dançantes muito freqüentadas.

Na última semana do mês de junho, é realizado um festival onde são apresentados os grupos de folia (romaria musical), quadrilhas juninas, lundu, bois-bumbás, pássaros e grupos de carimbó. Entre estes últimos, os de maior destaque são os grupos “Centenário”, “Samaritanas” e “Brasa Viva”.

O artesanato local é marcado por uma produção de peças com caráter utilitário, quase sempre os motivos estão relacionados as atividades pesqueiras, tais como: pequenas

embarcações e apetrechos de pesca (espinhéis, tarrafas e currais), entretanto este artesanato não constituem elementos que revelem a identidade do Município.

Apesar da sua tradição, Curuçá é carente de atividades e locais voltados para as atividades culturais. O município conta apenas, com uma pequena Biblioteca Pública, mantida em um convênio entre a Prefeitura local, a Secretaria de Estado de Cultura (SECULT) e o Instituto Nacional do Livro (INL). Essa carência revela o desinteresse dos dirigentes municipais em fomentar e incentivar a cultura e as tradições locais através de espaços e ações voltadas para esse fim.

## 5.2 ASPECTOS FÍSICO-TERRITORIAIS DO MUNICÍPIO DE CURUÇÁ

O município de Curuçá pertence à Mesorregião do Nordeste paraense e à Microrregião do Salgado. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 00° 43' 48" de latitude Sul e 47° 51' 06" de longitude a Oeste de Greenwich. (Ver figuras 06 e 07, p.40)

Os limites de Curuçá são: ao Norte faz limite com o Oceano Atlântico; a Leste, com o município de Marapanim; ao Sul faz fronteira com o município de Terra Alta; e a Oeste, com o município de São Caetano de Odivelas e São João da Ponta, este último, também já se insere no corredor das RESEX junto com Curuçá.

As características do solo do município de Curuçá são predominantemente de solo latossolo amarelo<sup>13</sup>, textura média, *Concrecionário Laterítico*<sup>14</sup> e solos indiscriminados de mangue (FURTADO et al, 2003a).

A cobertura vegetal original do município, formada pela floresta primitiva, foi removida em consequência dos desmatamentos, ocorridos de forma intensiva e extensiva, para o plantio de espécies agrícolas de subsistência, ou mesmo simples ocupação dos terrenos ao longo da PA-136 e em áreas de florestas de mangue ou manguezais próximas aos vilarejos do município que ocupam as porções litorâneas e semi-litorâneas, onde existe

---

<sup>13</sup> Solos que apresentam baixos teores de Fe<sub>2</sub>O<sub>3</sub>, em sua maioria, abaixo de 7% (SANTOS et al, 2006).

<sup>14</sup> Fase pétrica de Oxissolo.

a influência da salinidade da água do mar. Por causa disso, atualmente, o predomínio da cobertura florestal do Município é formado por florestas secundárias, são aquelas resultantes de um processo natural de regeneração da vegetação, em áreas onde no passado houve corte raso da floresta primária. Nestes casos quase sempre as terras foram temporariamente usadas para agricultura ou pastagem e a floresta ressurgiu espontaneamente após o abandono destas atividades (BASTOS, 2003).

A alteração da cobertura vegetal, levantada em imagens LANDSAT-TM, do ano de 1986, por exemplo, era de 78,15%; deste percentual, apenas o manguezal estava virgem, enquanto os outros tipos de florestas já se apresentavam alterados. (FURTADO et al, 2003a).

Como Patrimônio Natural, Curuçá possui várias ilhas, Praias, Furos e Recantos, entre os quais, destacam-se os citados na Tabela 02 a seguir:

Tabela 02: **Patrimônio Natural mais expressivo do município de Curuçá.**

Praias	Furos	Ilhas	Recantos	Igarapés
Mariteua	Furo Muriá ou Maripanema	Ipomonga	Arapiranga de Dentro	Cachoeira
Sino	Furo Grande	Mutucal	Bosque da Igualdade	São José
Romana	Praia do Furo	Pacamorema	Bosque Centenário	
Cipoteua	Araguain	Santa Rosa		Salomão
Guarás	Cajutuba	Cipoteua		Andiroba
Praia do Furo	Mocajuba	João Lopes		Da Prata
Prego		Pacamorema		Braço Grande
Areua		Bagre		Pau Amarelo
Praia Grande		Tucumandeuá		Tucumã
Sacaitéua		Guarás		Santa Maria
Varador		Varador		Pau Grande

Lombo				Dos Falcos
				Guará
				Maripanema
				Mutucal
				Riozinho
				Poção
				Repartimento
				Pimenta

FONTE: Figura (08) do Município de Curuçá mostrando a região de ilhas, rios, igarapés e furos, 2005. (Ver figura na página 46 deste trabalho)

Com relação à topografia, percebe-se uma baixa altitude apresentada no Município, que condiz com a inexistência de acidentes topográficos expressivos, dada a altitude média de 5 a 15 metros na área e com sua cota mais elevada de 63 metros no centro do Município.

A geologia e o relevo do município de Curuçá apresenta-se, em grande parte, formada pelos sedimentos da Formação Barreiras de idade Terciária, principalmente constituindo as partes mais internas de seu território e pelos sedimentos inconsolidados datados do Quaternário atual e sub-atual, localizados na zona litorânea. Da referida estrutura, resulta uma pobreza morfológica que inclui as áreas de planícies de inundações, terraços e esporádicos restos de tabuleiros, inseridos em duas unidades morfoestruturais do relevo regional: Planalto Rebaixado da Amazônia (da Zona Bragantina) e Litoral de "Rias" (FURTADO et al, 2005).

Com relação a hidrografia, o rio Mocajuba é um dos mais importantes do Município, formado pelo igarapé Pimenta e por outros tributários sem grande expressão, servindo de limite natural, a oeste, entre os municípios de Curuçá e São Caetano de Odivelas; o rio Mocajuba corre na direção Sudeste-Noroeste formando meandros, para depois tomar a direção Norte, até desembocar no Oceano Atlântico (FURTADO et al, 2003a).

Apresenta-se largo em grande parte do seu trecho, atravessando os povoados conhecidos como Nazaré do Mocajuba e Murajá. Recebe vários afluentes, sendo os da margem direita os de maior importância para o Município, como os rios Tijoca, Candeuca, e o furo Maripanema ou Muriá, que banha o povoado de São João do Abade, principal ponto do estudo ao qual se refere este trabalho.

Curuçá possui várias ilhas de considerável extensão e de formação recente, como as ilhas Mutucal, Ipomonga, Mariteua, Pacamorema, Cipoteua e Santa Rosa, que se comunicam com uma infinidade de furos, e possuem belas praias, banhadas pelo Atlântico, como as das ilhas Mariteua e Cipoteua, localizadas ao norte do Município.

O rio Curuçá é o segundo mais expressivo do Município, sendo que, é no seu afluente da margem esquerda, o rio Baunilha, que se encontra a sede municipal.



FIGURA 08: Mapa do município de Curuçá mostrando a região de ilhas, rio e furos.

FONTE: Aviz, 2005.

Outro curso de grande importância para a região é o igarapé Araquaim, que tem origem na montante do povoado de mesmo nome, que recebe pela margem esquerda, o igarapé Cachoeira, dirigindo-se em direção a Noroeste, onde deságua numa das reentrâncias da baía de Curuçá. Na porção meridional do Município, destaca-se o rio Braço Grande, no lado esquerdo do município de Marapanim, o qual é limite de Curuçá com o Município de Terra Alta.

O clima do Município insere-se na categoria equatorial Amazônico, do tipo Am da classificação de Köppen. Caracteriza-se pelas temperaturas elevadas, com média de 27° C, pequena amplitude térmica, e precipitações abundantes que ultrapassam os 2.000 mm anuais, sendo os meses mais chuvosos de janeiro a junho, e menos chuvosos, de julho a dezembro.

### 5.3 O DISTRITO DE SÃO JOÃO DO ABADE

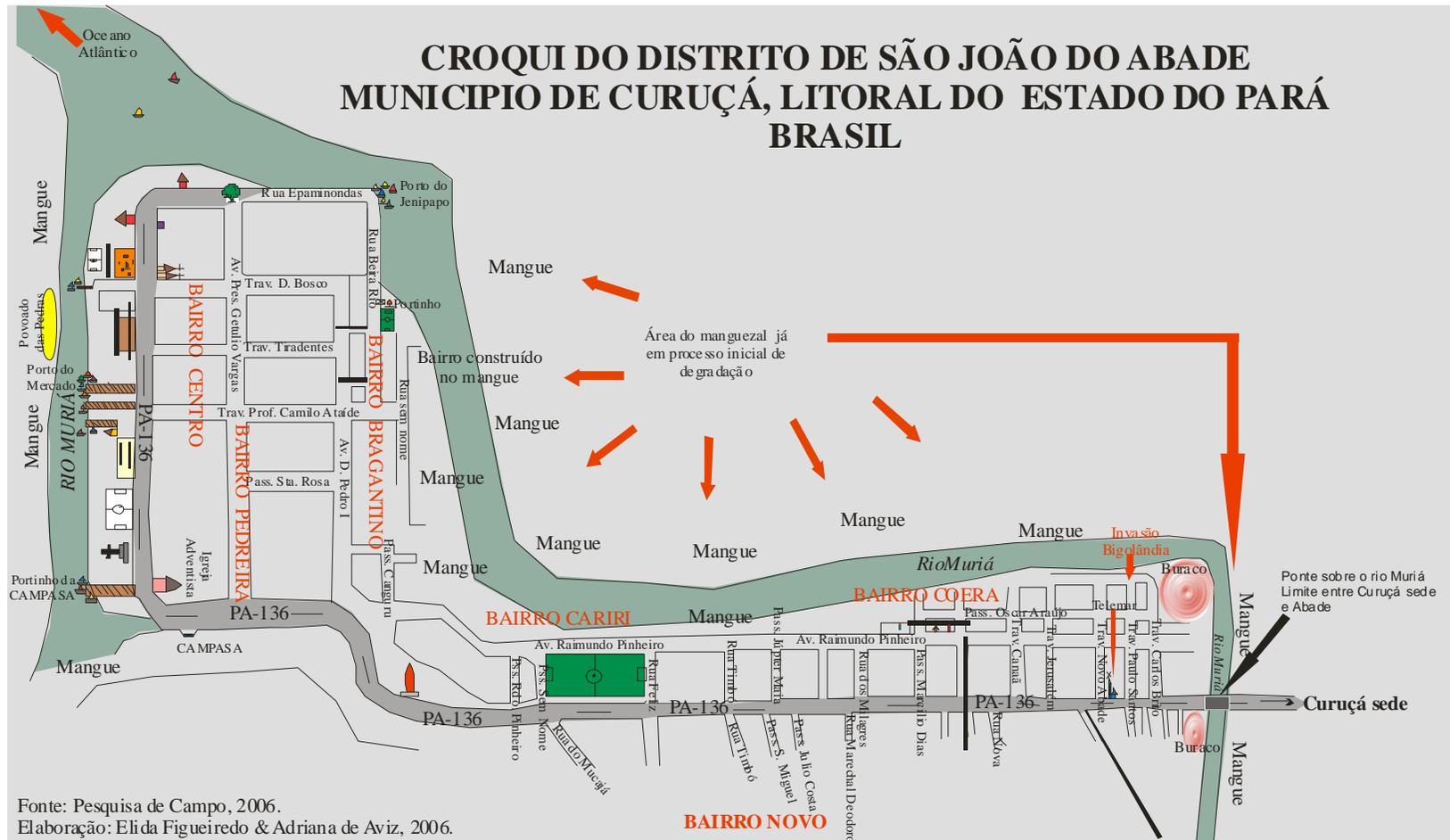


FIGURA 09: Croqui da comunidade do Abade, Curuçá-PA.

A primeira menção que se tem da comunidade do Abade está relacionada à Lei nº 284, de 15 de julho de 1895, autorizou a criação núcleo suburbano de Curuçá, instalado as proximidades da antiga povoação do Abade. E desde essa época já se tinha a dimensão da importância econômica para a região daquela comunidade.

Nas informações constantes no Relatório do engenheiro Santa Rosa, datado de 1898, já consta o posicionamento estratégico da comunidade para o desembarque pesqueiro no município e a importância da estrada para a comercialização e transporte do produto da pesca.

**Com o fim de desenvolver a povoação do Abade, que forma a muito tempo o porto principal de Curuçá, foi resolvida a instalação deste núcleo suburbano nas proximidades daquela localidade [...]** Situada à margem de um rio de difícil navegabilidade, a cidade de Curuçá, uma das que mais bem progredido ultimamente na região do Salgado, mantém **seu maior movimento comercial pelo porto do Abade, que oferece franco acesso às embarcações, e que está ligada por uma estrada de rodagem de 4.653 metros de extensão e 6 metros de largura [...]** É, pois, de toda conveniência estabelecer pela cultura das terras marginais a essa estrada, ligação mais completa entre uma e outra localidade [...]. Os terrenos circunvizinhos à povoação gozam de excelentes condições para o estabelecimento do núcleo, cujos trabalhos de discriminação foram confiados à competência do Oficial da armada Tenente José Frutuoso Monteiro da Silva, o qual sobre eles dá desenvolvidas informações, em seus memoriais [...]. Os serviços executados foram distribuídos em quatro secções, compreendendo a primeira 1.625.000 metros quadrados, a segunda 1.500.000 metros quadrados, a terceira 1.875.000 metros quadrados e a quarta 2.000.000 de metros quadrados [...]. Até 31 de dezembro foi entregue ao referido oficial a importância de 23:089\$999 reis, para ocorrer às despesas de discriminação inclusive os honorários do pessoal administrativo” (PALMA MUNIZ (1917 apud SANTA ROSA, 1898, Grifo Nosso).

As despesas feitas pelo Governo com a instalação foram de 86:676\$982 réis. O núcleo denominava-se Magalhães e era constituído de 44 lotes, que posteriormente foram incorporados ao patrimônio municipal de Curuçá. (PALMA MUNIZ, 1917, p.87)

Para aquela área foram mandados, até o ano de 1900, 90 imigrantes (33 brasileiros e 57 espanhóis), o que revela a aparente mistura indígena e européia na fisionomia da população daquela região.

A vila de Curuçá nesse período passou por um razoável desenvolvimento com o trabalho estes colonos, que eram considerados bons de trabalho e muito ativos, o que

garantiu a comunidade um considerável progresso para a época, principalmente no setor pesqueiro, e nesse aspecto o Abade teve participação fundamental.

Segundo Torres (2004) a localização geográfica do Abade no estuário amazônico na foz do rio Muriá, a torna propícia à atividade pesqueira. A presença de barcos de vários tamanhos chegando e saindo em todo momento, nos pequenos portos locais, além da grande quantidade de currais, redes, canoas e pequenas embarcações a vela, visíveis da vila nas ilhas em frente ao Abade, revelam a grande diversidade da atividade pesqueira na área.

Atualmente, o Abade é considerado um dos entrepostos de pesca mais importantes do Nordeste do Estado do Pará, tendo como portos principais, o Porto Jenipapo, Porto do Mercado Central, e o porto da CAMPASA. Estes portos compõem os principais pontos de desembarque de pescado do município, ocupando importante papel na atividade pesqueira da Zona do Salgado e na economia do município de Curuçá. Nestes três portos, é comercializada toda a produção de pescado, tanto para consumo local, bem como para outros municípios do estado (Bragança, Castanhal e Belém), além de outros estados, como Maranhão e Ceará. É comum acontecerem todos os dias a chegada e saída dos vários caminhões frigoríficos (*carros-baús*, como são conhecidos no local) que saem todo momento, abarrotados com peixes eviscerados e acondicionados em gelo para o transporte em longas distâncias.

A comunidade de São João do Abade é uma típica vila amazônica. Um lugar pequeno, que concentra no seu centro comercial, a Igreja, o velho mercado municipal, e atualmente o novo mercado, que apesar de pronto, encontra-se fechado esperando inauguração. Na primeira etapa da pesquisa de campo, o mercado encontrava-se em construção. Neste local, podem ser visto também, a praça considerada marco inicial de Curuçá com um monumento a sua criação e um dos portos, o Porto do Mercado onde desembarcam todos os dias parte do pescado que é vendido para os caminhões frigoríficos que levam a produção diária de peixes. Tal produção é trazida por barcos de várias localidades como: Vigia, Bragança, São Caetano de Odivelas, Marajó, Maracanã, além das águas do próprio município de Curuçá, entre outros. Na orla do Abade, é interessante notar as redes de pesca penduradas nas árvores, formando uma bela imagem típica do lugar.

A vegetação do Abade, como no município de Curuçá, é constituída de florestas secundárias causadas por queimadas e derrubadas, feitas em várias áreas, em geral, visando construções e agricultura de subsistência, e retirada de madeira do mangue para construção de casas, para “feitura” de carvão e construção de currais.

Em informações levantadas nos mapas da prefeitura do município, o rio Mocajuba separa Curuçá de São Caetano de Odivelas. Este rio é formado pelo igarapé Pimenta, o qual atravessa também os distritos de Nazaré do Mocajuba e Murajá, vindo desembocar no Oceano Atlântico (TORRES, 2004).

Para chegar ao Abade por terra, é preciso seguir a PA-136, rodovia estadual que sai de Castanhal, passando por várias pequenas localidades, até chegar ao município de Terra Alta, e em seguida a Curuçá.

No trajeto entre Castanhal e Curuçá, podem ser visualizadas várias áreas sem vegetação, outras áreas com vegetação secundária e outras áreas com a vegetação totalmente queimada por vários quilômetros dentro das propriedades. A população que vive nos lugarejos que se formaram ao longo da estrada, com o passar dos anos tem tido muitas perdas em seu patrimônio ambiental, principalmente com relação às árvores frutíferas. São árvores de todo tipo: mangueiras (*Mangifera indica*), cajueiros (*Anacardium occidentale*), taperebazeiros (*Spondias mombim*), goiabeira (*Psidium guajava*), coqueiros (*Cocos nucifera*), laranjeiras (*Citrus sinensis*), caramboleiras (*Averrhoa carambola*), entre outras que davam frutos todos os anos, complementando a alimentação dos habitantes e muitas vezes gerando renda alternativa para essas pessoas. Não obstante esse fato, persistem em vários trechos da PA-136 pequenas bancas que comercializam frutas regionais oriundas de plantações familiares das propriedades dos povoados localizados ao longo da estrada.

Outro ponto interessante que vale ser ressaltado é a existência dos vários povoados que surgiram por toda a PA, desde Castanhal até Curuçá. Com exceção de Mocajubinha, Ananin e São Pedro, todos os vilarejos são identificados pelos quilômetros da estrada onde surgiram (Vinte e Hum, Trinta e Nove, Quarenta e Dois, Cinquenta e Oito, entre outros) e não por um nome dado pelos moradores, o que revela o surgimento espontâneo dessas comunidades que ocupam a maioria do trajeto da estrada, sem planejamento.

Nessa teia de relações econômicas a comunicação se dá nos níveis local, municipal e estadual.



FIGURAS: (10 e 11) Imagens da PA-136 na área do Abade, mostrando os caminhões frigoríficos (carros baús) chegando e saindo com parte da produção pesqueira local; (12 e 13) Imagens dos carros baús sendo abastecidos de pescado no porto Jenipapo, no Abade.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2006. FOTOS: Elida Figueiredo.

#### 5.4 A RELAÇÃO ENTRE MEIO AMBIENTE E ECONOMIA EM CURUÇÁ

Segundo Valverde e Dias (1967), as cidades da região do Salgado são constituídas de grupos com funções diferentes: os centros comerciais, os centros pesqueiros e os de veraneio. Podem ser chamados de centros comerciais, as comunidades que se situam ao longo das principais rodovias, e são áreas que em geral, não dependem dos rios ou do mar. Os povoados que se encontram as margens da PA-136 estão neste grupo.

Os centros pesqueiros são geralmente velhos núcleos que se situam no interior do estuário, possuindo a fachada urbana dos mais evoluídos, voltada para o rio. Ainda segundo Valverde e Dias (1967), os núcleos urbanos que se inserem neste grupo, são vestígios de povoamento que outrora fluíam do mar para o interior, e conservam até hoje tradicionalmente como principal atividade econômica, a pesca.

Curuçá se insere nesse contexto, entre centro comercial e pesqueiro, o município segue tendo como sua principal atividade, a pesca, a qual está intimamente ligada ao ambiente local. Toda a produção pesqueira do município sai dos portos de São João do Abade. A pesca e a coleta de caranguejo são as principais fontes de renda da região. Salvo as situações de emprego na fábrica de camarão que existe no local, a CAMPASA.

A população local é de hábito simples, entretanto já vem sendo influenciada há algumas décadas pelas informações trazidas pela televisão, e pelos festivais de férias, que são comuns nos meses de julho, sempre acompanhados pelos festões de final de semana, onde a violência, o consumo de drogas e a prostituição estão presentes entre os frequentadores, boa parte deles, são pescadores locais da nova geração e de outras regiões que aportam nos portos da comunidade para comercializar o seu pescado. No relato de um dos informantes da pesquisa na comunidade obteve-se a seguinte declaração:

“Até um tempo atrás, morar aqui no Abade era uma maravilha. Não tinha confusão, nem barulho, nem violência. Hoje, todo tempo a gente fica sabendo de morte entre os pescador. A gente vai pescar e não sabe se volta [...] aqui mermo, perto da minha casa, de noite vem aqueles carro ali pra bêra do rio, ai pra dentro do mange. Eles paro ali e fico lá uma tempão. Eles vem praí consumi droga. É tudo rapaz novo!” (Seu Manoel, 74 anos, morador da comunidade do Abade, pescador aposentado)

Essa declaração, provavelmente evidencia o estado de abandono em que vivem as pequenas comunidades da Amazônia, também com relação ao problema das drogas.



FIGURAS: (14) Imagem da frente do Abade, com barcos vindos de várias localidades da região; (15) Canoa a remo transportando dois pescadores voltando da pesca no rio Curuçá, próximo à vila de Pinheiro; (16) Embarcação no rio Muriá em frente ao Abade, saindo para a pesca; (17) Imagem do Portinho da CAMPASA, em frente a vila do Abade com as embarcações comercializando a produção do dia da pesca; (18 e 19) Imagens da comercialização de pescado no Porto do Mercado na frente do Abade.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2006 e 2007. FOTOS: Elida Figueiredo.

## 5.5 A GENTE DE SÃO JOÃO DO ABADE

A população do município de Curuçá, de acordo com o Censo do IBGE de 2007, fica em torno de 33.768 habitantes distribuídos em uma área territorial de 673 km<sup>2</sup>. São 52 comunidades espalhadas em toda a área territorial da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande (IBGE, 2007). Entretanto, sobre a população do Abade, não se tem um número definido, seus moradores integram a contagem do município de Curuçá como um todo.

A vila de São João do Abade é a comunidade mais importante depois da sede do município. O que se dá pela grande produção pesqueira, que é de fundamental para a economia do município e do estado do Pará. Com relação a contagem da população da vila do Abade, esta não existe números que demonstrem a real porcentagem em relação ao município, contudo boa parte da população residente no local, tem a base da sua subsistência nos recursos aquáticos da região.

A constituição espacial no município de Curuçá proporcionou o surgimento de comunidades próximas aos rios, praias e igarapés, com suas atividades voltadas quase que totalmente para a pesca, coleta e comercialização de produtos do mar. Nestas comunidades, a agricultura familiar, ocorre apenas como um complemento para a dieta alimentar das famílias.

Há também no município comunidades localizadas mais no meio da floresta, que também exercem a atividade pesqueira em menor escala, apenas como uma atividade complementar, como é o caso da vila de Pinheiro. Nesta vila, o cultivo da mandioca voltada para a produção de farinha é realizado pela maioria dos moradores. Como o Abade, Pinheiro não tem estimativas reais de sua população, que tem entre suas características físicas, fortes traços indígenas.

Assim como em Abade, na vila de Pinheiro vários moradores também receberam os benefícios do Projeto RESEX, com recursos do Governo Federal através do INCRA. Estes benefícios foram entregues aos moradores pelas mãos dos dirigentes da AUREMAG. Várias casas de alvenaria foram construídas no lugar de casas de barro que existiam

anteriormente. Alguns moradores passaram direto das casas de barro cobertas com palha, para as de alvenaria cobertas com telhas de barro, sem passar pela de madeira com telhas “brasilit”, como é comum nas pequenas vilas do interior da Amazônia.

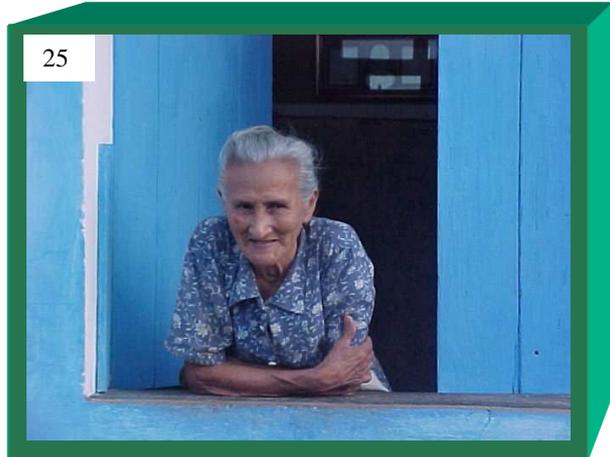
Contudo, na RESEX Mãe Grande, morar em uma casa de alvenaria, não garante água encanada, energia elétrica, fossa séptica, e nem saneamento básico, contrariando declarações o Governo Federal, que divulgou que essas casas foram entregues aos moradores da área com água e luz. As casas na vila de Pinheiro, por exemplo, não tem nem água, em muitos casos nem luz elétrica, e muito menos a fossa séptica. Todas as casas construídas e entregues aos moradores pela AUREMAG ainda continuam com seus sanitários com fossas negras localizadas nos fundos dos quintais, em muitos casos bem próximos do manguezal. Alguns moradores receberam também os fomentos, tais como máquinas de costuras, bicicletas, geladeiras, embarcações, redes de pesca, entre outros bens materiais, conforme as solicitações de cada família cadastrada.

Com relação ao abastecimento de água, em Pinheiro muito é precário. A água é coletada pelos moradores em um poço no meio da vila, onde foi construída uma engenhoca artesanal feita pelos próprios moradores, que bombeia água para uma torneira e um chuveiro comunitários. Ainda é uma prática comum, os moradores de Pinheiro coletam a água para beber nas cacimbas e olhos d’água, próximas ao braço de rio Curuçá que passa próximo a comunidade. Segundo os moradores, as cacimbas e olhos d’água são banhados pelas águas da maré, dificultado a retirada da água doce nas horas que a maré esta alta, “é preciso deixar a maré escorrer bastante pra gente poder ir pegar a água pra beber, senão a água não é boa, ela fica salobra” (Dona Maria, 62 anos, moradora de Pinheiro). Diferente de Pinheiro, no Abade já há uma rede de abastecimento de água e energia elétrica que atende a maioria da população local.

No Abade, a população tem crescido bastante nos últimos anos em virtude da migração para o município de pessoas em busca de trabalho na pesca. Estas pessoas vêm de várias localidades de dentro e de fora do Estado em busca de trabalho e moradia. O que faz do Abade um município com uma população de feições diversificadas, de origem indígena, africana e européia.

Lá vivem na sua maioria, pessoas que sobrevivem da pesca do peixe, realizada em várias modalidades (rede, espinhel, curral, *fuzaca*, entre outras), da pesca do camarão (*Penaeus spp*), e da coleta de caranguejo (*Ucides cordatus*) e de outros produtos do mar, além dos pequenos comércios e bares locais, e do trabalho na fábrica de beneficiamento de camarão local, a CAMPASA. Outra atividade comum entre os moradores são atividades que envolvem as saídas e retornos das pescarias, como conserto de redes, salga e comercialização da produção diária da pesca, e a produção de grude da Gurijuba (*Arius parkeri*), além do reparo e construção de barcos, comumente visualizados nas proximidades do rio Muriá, locais chamados por eles de estaleiros.

A relação do morador do Abade com o seu espaço das águas, define uma sociedade que é voltada para as atividades e a vida entre os rios e os lagos, entre o mar e o manguezal, áreas utilizadas por eles, de onde retiram sua subsistência e de suas famílias, além da sua organização e auto identificação como sociedade pesqueira.



FIGURAS: (20) Imagens dos Pescadores Chico e Gordo, no quintal indo organizar as redes para saírem para a pesca a noite; (21) Pescador Sr. Pifó, no seu quintal, consertando sua rede de plástico; (22) Seu Soiá e Dona Francisca, casal de pescadores aposentados da vila do Abade; (23) Molecada que brinca próximo as casas, no bairro Bragantino, que encontra-se na área do mangue em Abade, onde uma parte já está aterrado; (24) Pescador voltando levando peixe para o almoço na sua residência; (25) Dona Maria, em Curuçá, apreciando o movimento na praça da Igreja de São Sebastião.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2006. FOTOS: Elida Figueiredo.

## 6 O ACESSO: PA-136

Historicamente, o acesso e o transporte de produtos e pessoas nas regiões litorâneas estuarinas e de várzeas da Amazônia, era realizados por via fluvial. Nos séculos XVIII e XIX, as estradas nessa região eram principalmente, os rios. O escoamento da produção extrativista e o transporte de pessoas era feito em embarcações que percorriam os rios, enseadas e canais marinhos da região. A inexistência de outra forma de transporte que não o fluvial era um dos fatores que dificultava a ocupação da região, como afirma Oliveira (1988).

Século XVII - *Ação de Francisco Xavier de Mendonça Furtado* - quando foi posta em prática, na Amazônia, a política pombalina. Nesse período, as aldeias missionárias deram origem as cidades e vilas da Amazônia e a pressão para o aportuguesamento e integração do índio à sociedade colonial tornou-se maior. Fatos como a demarcação de limites; **a abertura de um caminho para o Mato Grosso através da navegação dos rios Amazonas, Madeira e Guaporé** [...] Século XIX - *Expansão causada pela procura da borracha* - quando a Amazônia começa a perder sua face indígena diante do grande fluxo migratório em decorrência do desenvolvimento da indústria da borracha [...] Século XX - *Ação das políticas desenvolvimentistas para a Amazônia* - **inauguradas nos anos 60, quando essa região passou a comunicar-se, via terrestre, com o Centro sul**, em especial com a capital federal que, naquela época, foi transferida para Brasília. Com essas políticas iniciou-se a mais forte investida da expansão interna da área amazônica, liderada por grandes grupos empresariais. (OLIVEIRA, 1988, p. 67 e 68, Grifo Nosso)

Ainda segundo Oliveira (1988), o impacto gerado pela abertura das estradas nas décadas que sucederam 1950, foi enorme, principalmente para as populações indígenas, fato que gerou conflitos variados e um acelerado processo de aculturação e dizimação de alguns desses povos.

No litoral Norte do Brasil, o processo não aconteceu de forma diferente. A consequência da abertura de estradas e a implantação de projetos de infra-estrutura é comparável as outras regiões da Amazônia. É claro que não se pode deixar de perceber os benefícios do acesso facilitado, como o transporte mais rápido e mais seguro, a diminuição das distancias, as melhorias no comércio, entre outros. Entretanto, os problemas que surgem a partir do acesso facilitado, são percebidos em maior número, e estão relacionados quase sempre à ocupação desordenada, migração, degradação do ambiente, aumento da

violência, tanto nas comunidades como no mar, com a escassez dos recursos aquáticos. Todos estes problemas são abordados mais detalhadamente, nos próximos capítulos deste trabalho.

Voltando para a questão da ocupação na extensão da PA-136, na década de 1960, alguns trechos desta estrada, que na época era identificada como PA-15 eram ocupados por uma extensa faixa de plantações de pimenta do reino, revelando uma parcela da economia regional de grande importância localizada ao longo dessa estrada. Segundo Valverde e Dias (1967),

[...] de Castanhal para o Norte, a faixa dos pimentais se prolonga numa distância de 18,5 km, na estrada para Curuçá. Estas plantações estão bem desenvolvidas e em plena produção. É uma zona muito povoada, com casas relativamente boas, cercadas de fruteiras: manga, laranja, banana, urucum, jambo, açáí. E o cultivo da mandioca permanece ali significativo. (VALVERDE ; DIAS, 1967, P.30)

Apesar da afirmativa desse autor, o que se percebe hoje, em termos de perdas para essa região, é a ausência das árvores frutíferas tão importantes para complementar a alimentação dos moradores, além de ser uma renda alternativa para os mesmo. As casas se multiplicaram, entretanto, as árvores foram diminuindo sensivelmente ao longo dos anos. O aumento da população em toda a extensão da PA-136 é facilmente perceptível a cada ano. Nesta pesquisa, as viagens de campo se concentraram em 06 meses de atividades. Nesse período, pode-se perceber várias modificações na paisagem em virtude da ocupação desordenada em vários trechos da estrada.

São poucos os trechos de mata fechada na extensão de 64 km, que vai de Castanhal até Abade, em Curuçá.

Nos dois últimos anos, após receber a pavimentação atual que lhe deu status de rodovia de primeira linha, colocando-a entre as melhores do estado, essa ocupação aumentou sensivelmente. Os motivos que estão por trás desta recente e poderosa pavimentação são especulados pela população. Alguns dizem que a construção o *SuperPorto Espadarte* seria o grande e real motivo de tal pavimentação, outros afirmam que isso está acontecendo no Pará todo, outros dizem ainda que os reais motivos estejam apenas na retirada do pescado e do caranguejo de Curuçá.

O transporte de passageiros para o Abade é feito através dos ônibus em menor escala, e pelas *Vans* em maior escala, este último, é mais utilizado pelos moradores, visto ser mais barato e constante. A todo o momento saem as *Vans* levando e trazendo passageiros dos municípios próximos e da capital do estado.



FIGURAS: (26 e 27) Trechos da PA-136, revelando a ocupação em quase todo o seu trajeto.  
FONTE: Pesquisa de Campo, out./2006. FOTOS: Elida Figueiredo.

## 7 OS IMPACTOS SÓCIO AMBIENTAIS EM CURUÇÁ

O conceito oficial de impacto ambiental, segundo a Resolução CONAMA 1/86, discorre da seguinte maneira:

[...] é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente afetam: (I) a saúde, a segurança e o bem-estar da população; (II) as atividades sociais e econômicas; (III) a biota; (IV) as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; (V) a qualidade dos recursos ambientais". (BRASIL, 1986)

Mas, esse conceito é muito amplo: pode abranger desde uma simples brisa até a explosão de uma bomba atômica, pois ambas alteram as propriedades do ar. É preciso graduar ou qualificar o impacto ambiental. Quem mostra o caminho é Branco (1984, p.57) que conceitua impacto ambiental como "[...] uma poderosa influência exercida sobre o meio ambiente, provocando o desequilíbrio do ecossistema natural". O que caracteriza o impacto ambiental, não é qualquer alteração nas propriedades do ambiente, mas as alterações que provoquem o desequilíbrio das relações constitutivas do ambiente, tais como as alterações que excedam a capacidade de absorção do ambiente considerado.

Para Vieira (2005),

O próprio conceito deve ser entendido em sua dupla vertente: degradação ambiental (de solos, o processo de sucessão biológica com invasão de ervas daninhas) e degradação da capacidade produtiva (pastagens após 8 ou 10 anos, por exemplo) [...] Assim, a recuperação ambiental trata de processos bioquímicos enquanto a recuperação da capacidade produtiva lida com novos usos da terra, de modo mais produtivo que o anterior, onde a questão que se coloca é a da possibilidade ou não de a área voltar a ter as mesmas condições ou processos anteriores. Estes não são conceitos fáceis, segundo a pesquisadora, sendo possível uma confusão com o conceito de reflorestamento e seu uso indevido (VIEIRA, 2005).

Eventos como os fenômenos naturais e atividades humanas podem resultar na ação de fatores ou forças, causando alterações nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente no qual também são incluídas as relações sócio-econômicas. Essas alterações ou efeitos ecológicos são chamados de impactos ambientais.

Comprovadamente, as pessoas que vivem primordialmente dos recursos naturais são diretamente afetadas pelas modificações ambientais ocasionadas, seja pela ação humana, ou por eventos naturais que podem vir a interferir nas diferentes gerações de indivíduos de maneira diversificada (TORRES, 2004, p.40)

Cada tipo de área seja manguezal, rio ou florestas, por exemplo, reflete uma adaptação diferente às condições ambientais que condicionam sua composição e aspectos, fazendo com que eles sejam mais ou menos sensíveis a tipos particulares de fatores causadores de impacto.

A maioria dos fenômenos naturais, principalmente quando ocorre em baixa e média intensidade atuam como tensores agudos afetando, por exemplo, áreas de manguezais, de forma temporária tornando quase sempre possível o restabelecimento da qualidade ambiental anterior. Entre estes fenômenos, podemos encontrar os ventos fortes; as inundações; os fluxos das águas; os represamentos de rios; as marés extremas; as frentes atmosféricas, entre outros. Por outro lado, alguns eventos induzidos pelo homem como: extrativismo vegetal e animal; agricultura; portuária; industrial; mineração; oleodutos e gasodutos; rodovias e ferrovias; aterros sanitários; salinas; barragem; acidente de contaminação por vazamentos de petróleo ou de produtos tóxicos; desmatamentos e aterro de manguezais para dar lugar a portos; estradas; agricultura; carcinocultura estuarina; invasões urbanas e industriais; lançamento de esgoto; lixo; poluentes industriais; agrotóxicos; entre outros, atuam como tensores crônicos perpetuando sua ação e seus impactos em longo prazo, podendo inclusive provocar a morte de áreas como o manguezal (LEMOS, 2007). Alguns destes eventos são facilmente perceptíveis na área da RESEX Mãe Grande.

Autores como Furtado (1993, 1997, 2002), Castro (2004), Torres (2004), citam a introdução do barco a motor e do gelo para a conservação do pescado; novas formas de captura, com introdução no nylon nas redes de pesca, como os elementos mais importantes e desencadeadores das transformações nas sociedades pesqueiras. Outra situação que desencadeou mudanças no modo de vida das populações da Amazônia, e neste caso, especificamente no Abade, foi a criação de uma malha rodoviária, a qual é crucial na saída

dessas comunidades do isolamento ao qual elas estavam ligadas. São comunidades que dependiam quase que exclusivamente dos rios para o transporte de pessoas e de produtos, que passaram a ter nas estradas, um meio mais rápido de se transportar e comercializar os seus produtos. O aumento das estradas de terra que posteriormente se tornaram estradas asfaltadas ocorreu na década de 1960, sobretudo no litoral nordeste do Pará. (MELLO, 1984). Com a diminuição das distancias e facilidades de transporte, a comercialização do pescado se torna mais fácil e rápido, provocando uma diminuição da venda de pescado para o consumo na comunidade. O que fica para ser comercializado entre os moradores, são os peixes de menor valor comercial para a exportação, e venda nos centros urbanos mais populacionais como Castanhal e Belém.

Comparando com a situações vivenciada no Abade, e que estão relacionadas à impactos sociais e ambientais, principalmente mais recentemente, em virtude do acesso irrestrito desencadeado com a melhoria da estrada, pode-se identificar tais situações:

*a) Acesso facilitado para os moradores da comunidade:* nos relatos que foram obtidos com as entrevistas, a maioria deles (70%) concorda que com a melhoria da estrada, melhorou também a vida das pessoas que moram no Abade. Segundo os entrevistados, há alguns anos, o acesso era difícil “se uma pessoa ficasse doente, não tinha como atender rápido, a estrada não ajudava [...] agora a ambulância entra fácil e sai fácil do Abade, quando acontece algum acidente sério que a pessoa não pode ser atendida no posto de saúde daqui” (Dona Joana, 59 anos, esposa de pescador).

Nos últimos anos, além do processo de degradação que avança sobre os manguezais de Curuçá, o qual rodeia praticamente toda a vila do Abade, percebe-se um processo de Conurbação<sup>15</sup> na área de encontro entre Abade e Curuçá Sede. Abade e Curuçá são distantes uma da outro aproximadamente 4 km, tendo como limite uma ponte na entrada do Abade. Ao longo do tempo os seus limites geográficos perdem-se em virtude do seu crescimento horizontal principalmente da vila de São João do Abade. Nos últimos 8 meses (set/2006 a mai/2007) Curuçá sede e Abade quase não tem limite de separação. O marco

---

<sup>15</sup> Termo que designa uma extensa área urbana surgida do encontro ou junção de duas ou mais cidades.

separador entre as duas localidades, é a ponte, atualmente de concreto, sobre o Igarapé Grande. Esta ponte era de madeira até 2005, sua construção de concreto foi concluída no início de 2007.

A população do Abade vive de forma integrada com a população da sede do município Curuçá. É comum, por exemplo, os moradores de Abade utilizarem o sistema de educação ou de saúde pública de Curuçá sede. É comum procurar o comércio, o hospital, as escolas, além de serem freqüentes os casamentos, entre cidadãos dos dois lugares. Outra situação comum é morar em um dos lugares e trabalhar em outro. Um exemplo interessante é o do pescador Maranhense de 48 anos, entrevistado na pesquisa. Ele reside com sua esposa e filhos em Curuçá sede, e todos os dias, bem cedo vai para o Abade *despescar* seu curral e redes. Segundo ele, é melhor morar em Curuçá sede, "porque ficam mais perto da escola dos meninos e a esposa não fica muito só. Lá moram, o pai, a mãe e os irmãos dela".

Atualmente, a divisão entre os dois lugares (Curuçá e Abade), se não fosse à ponte, seria feito praticamente por uma linha imaginária contando a PA-136.

Outra situação percebida na área e que vem contribuindo para a transformação na paisagem e na forma de viver dessas pequenas comunidades de pescadores na região costeira no Pará, é o acesso facilitado e a beleza das praias existentes nos municípios que compõem a Zona do Salgado. Em Curuçá, a praia da Romana, é um local muito procurado pelos turistas que visitam a região. Os turistas chegam ao Abade, e de lá seguem em pequenos barcos até a praia, e no seu retorno, em grande parte das vezes, deixam pra trás o lixo que fica na praia até a maré levar para o mar e depois para outras praias próximas.

#### *b) Ocupações desordenada de áreas/Invasões*

São inúmeros os terrenos ocupados de forma desordenada e muitas vezes ilegal no Abade. Nas idas à comunidade, pôde-se levantar 3 grandes áreas que são consideradas pelos próprios moradores como invasões, os bairros Bragantino, Bigolândia e Bairro Novo, foram construídos em áreas próximas ao manguezal (Ver croqui, p.49). Boa parte das residências está localizada dentro do mangue, inclusive com alagações no período de maré alta. Segundo os moradores, 60% deles acham que a facilidade de acesso ao Abade trouxe uma grande

quantidade de pessoas que resolveram ficar. Muitos visitantes chegaram, e foram se instalando sem a menor cerimônia nas áreas próximas ao mangue, a ocupação Bigolândia é um exemplo dessas invasões apontadas pelos próprios moradores do Abade.



FIGURAS: (28, 29 e 30) Imagens de uma ocupação identificada na comunidade por Bigolândia  
FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. FOTO: Elida Figueiredo.

Em geral, os moradores que ocupam estas áreas, dizem que não tem onde morar e que de lá não serão tirados. Segundo vários depoimentos eles dizem que “[...] o mangue é terra de ninguém [...] lá a gente pode ficar [...] ninguém vai querer isso aqui mermo [...] aqui é alagado, e não tem dono”.

Esse tipo de argumento e de ação é notado na grande maioria das pessoas que ocuparam as áreas de mangue na região do Abade. Percebe-se a ausência do poder público no sentido de

alertar a população para a importância da sobrevivência dos mangues, ele é essencial para as famílias que vivem próximas a eles. Seu equilíbrio é vital do ponto de vista ambiental e econômico para as comunidades que vivem da pesca artesanal, neste caso, para quase a totalidade das famílias residentes no Abade e nas comunidades que integram a RESEX Mãe Grande em Curuçá.

*c) Áreas de mangue sem vegetação, ocupadas e em processo avançado de degradação:*

Os manguezais são ecossistemas localizados predominantemente no encontro dos meios marítimo, fluvial e terrestre, junto a estuários e baías.

É possível compreender a importância do manguezal a partir das funções que este desempenha no equilíbrio ambiental. Além de proteger a costa marítima, esta formação fitogeográfica funciona como regulador climático e verdadeiro *filtro* de poluentes. Esses atributos tornam essencial a sua preservação diante do processo de urbanização que se acelera.

A ocupação desordenada das áreas de manguezal próximas da comunidade do Abade denuncia o estado crítico de uma parcela da população, que encontra nessas áreas uma possibilidade de sobrevivência. De fato, não é por acaso que os barracos ou palafitas lá construídos, são denominadas *habitações sub-normais*, evidenciando uma precariedade sanitária das moradias que aí se localizam.

Um fato interessante nesse processo, é que a destruição dos manguezais, muitas vezes, é atribuída apenas a essa parcela pobre da população que, por não terem “conhecimento” (é assim que soa no discurso), acabam reproduzindo a poluição, seja inicialmente construindo seus barracos, seja posteriormente acumulando lixo e dejetos no manguezal.

Com a pesquisa na área do Abade, percebeu-se a necessidade de elaboração estudos nos manguezais da RESEX Mãe Grande em Curuçá, a fim de definir um modelo de gestão ambiental desse ecossistema, ressaltando a importância, em especial para as comunidades pesqueiras da área, pois este ecossistema é o criadouro natural e abrigo para várias espécies de peixes, camarões, caranguejos e aves; de protegerem o litoral contra erosões e

tempestades e reterem sedimentos evitando o assoreamento. A vegetação destes ecossistemas é fonte de madeira, usada na construção de casas, barcos, currais, cercas, bem como para lenha e carvão. As cascas e folhas da vegetação do manguezal, também contém *tanino*, poderoso adstringente utilizado na curtição do couro, no tingimento de velas e na medicina caseira, para tratar desinteiras e hemorróidas. As espécies conhecidas como mangueiro (*Rizophora mangle*), tinteiro (*Laguncularia racemosa*) e a siriubeira (*Avicennia germinans*) fornecem moirões e varas usadas para construir currais de pesca. Um único curral demanda de 100 a 200 moirões (6 a 7 metros de altura) e 200 a 400 varas (4 m de altura) (BASTOS, 2001). Entretanto, não se sabe até que ponto a retirada destas madeiras ocorre de forma controlada, respeitando o tamanho das árvores e a áreas já com a vegetação retirada e em fase de recomposição. Provavelmente, a retirada de madeira se dá de forma ilegal e desastrosa para o ambiente local.

Além de prejudicar econômica e socialmente as comunidades, a destruição dos mangues e restingas reflete-se diretamente na diminuição da produtividade pesqueira, de recursos alimentares e medicinais. Por isso é crucial, para cientistas e ambientalistas, preservar as tradições culturais e extrativistas de comunidades como o Abade, que vivem da pesca artesanal e, com elas, os ambientes com os quais os pescadores convivem e dos quais dependem em seu dia a dia. Afinal, estas comunidades são as primeiras a serem afetadas com a diminuição de seus recursos de subsistência, empobrecimento e conseqüentes mudanças de condições sócio-econômicas e culturais.

Segundo Soffiati (2005), manguezal é um ecossistema costeiro da zona intertropical do planeta que costuma se desenvolver entre a terra e a água, entre a água doce e água salgada, mantendo sua integridade e coerência.

Para o autor, os manguezais são considerados áreas de alta produtividade biológica, que desempenham funções ecológicas básicas, a saber:

- a) Fixador de terras, mitigando a força erosiva dos rios e dos movimentos marinhos bem como a das tempestades e dos ventos;
- b) Reprodução de espécies de água doce e salgada;

- c) Presença de espécies vegetais e animais exclusivos de manguezal, chamadas residentes como as plantas dos gêneros *Rhizophora*, *Avicennia* e *Laguncularia*;
- d) Produtor e exportador de alimentos para o mar, sobretudo pelos movimentos das marés.

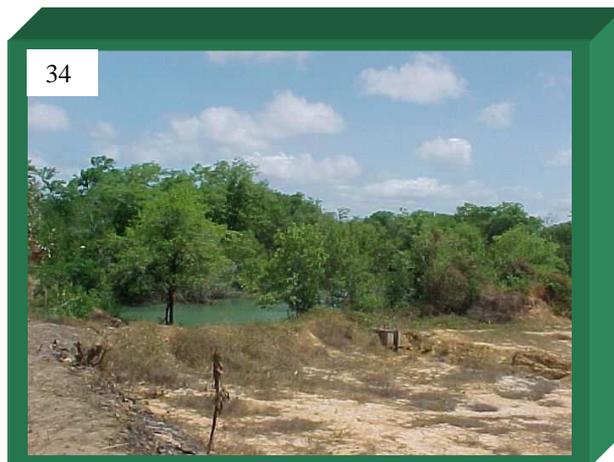
Contudo, as questões aqui levantadas revelam que a comunidade de São João do Abade vem crescendo sem que o ambiente seja tratado de forma adequada e controlada, mesmo sabendo-se que é de onde saem grande parte dos recursos que dão subsistência a população local e que mantém os ecossistemas locais em funcionamento. Isso tem acontecido em boa parte das comunidades amazônica, com as transformações desencadeadas na região pelos programas de ocupação desenvolvidos pelo governo Federal.

No Abade, o estado do manguezal, principalmente os próximos a comunidades já se encontram em um processo avançado de degradação, são ruas que surgem dentro do mangue, a partir de aterramentos para construções ilegais.

Várias pessoas que vieram, principalmente de Bragança, se juntam a outras que já estão instaladas, há alguns anos nas áreas de manguezais em Abade, formando uma rede de migração que se formou em função da atividade pesqueira. Um bairro inteiro é formado por pescadores vindos de outras localidades, o bairro Bragantino.

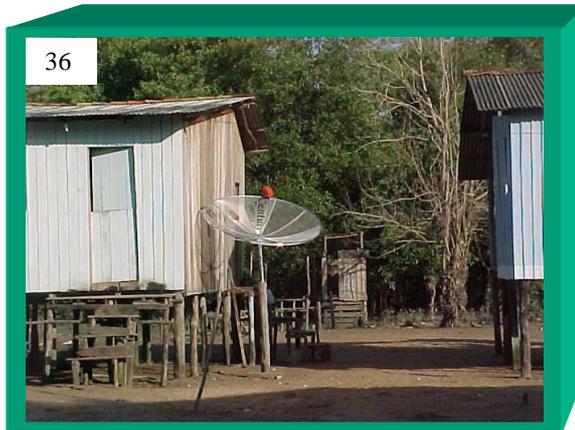
Outra situação encontrada no Abade é a existência de grandes áreas de onde são retiradas areia e barro para construção civil e aterros variados. Na pesquisa, foram identificados dois locais dentro da área urbana do Abade, de onde esse material é retirado sem controle ou fiscalização. São grandes crateras localizadas próximas ao mangue. A primeira está localizada próxima à ponte sobre um braço do rio Muriá, que faz limite entre Curuçá sede, e a vila de São João do Abade. Esta é em menor tamanho mede em torno de 200 metros quadrados de área bastante degradada, inclusive com a vegetação do entorno queimada e com muito lixo nas proximidades; a outra área identificada na comunidade com o mesmo problema fica ao lado da ocupação chamada de Bigolândia, que está maior e mais profunda. Neste último caso pode-se ver o manguezal bem atrás da cratera ocasionada com a retirada de areia para a construção civil no município.

Esta é uma situação comum nas pequenas vilas e povoados da região, visto o crescimento urbano e a ausência de fiscalização para a retirada desse material da natureza.



FIGURAS: (31, 32, 33 e 34) Imagens de uma área de onde é retirada areia para a construção civil próxima ao manguezal e a ocupação identificada na comunidade por Invasão Bigolândia.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. FOTO: Elida Figueiredo.



FIGURAS: (35, 36, 37, 38 e 39) Casas de pescadores que migraram para o Abade, vindos de Bragança, formando o bairro Bragantino em Abade.

FONTE: Trabalho de Campo, out/2006. FOTO: Elida Figueiredo.

d) *Retirada de areia e barro formando grandes crateras nas áreas próximas ao mangue do Abade* (Ver figuras 31, 32, 33, 34 – p.71). Estas ações estão relacionadas à ação antrópica sobre o manguezal, tais como:

(d.1) *desmatamento e aterros para a expansão urbana*: esse fator de degradação vem ocorrendo junto à comunidade do Abade, em ambas as margens do rio Muriá, que banha a comunidade. Inicialmente, são abertos pequenos caminhos manguezal adentro, com posterior retirada da cobertura vegetal. Na seqüência, a área é aterrada com areia e entulhos, para posterior construção das casas, não existindo um ordenamento dos lotes, ficando as construções muito próximas umas das outras. Trata-se de terrenos baixos e facilmente inundáveis, propiciando o aparecimento de vetores nocivos à saúde. Estas casas são de madeira, algumas com madeiras retiradas do próprio mangue. Aliada à insalubridade ambiental, a maior parte dessas construções está localizada em terrenos públicos, que foram invadidos. Nesses locais existe uma precária rede de energia elétrica, algumas torneiras de água potável, pontos de coleta de lixo, não havendo uma rede de coleta de esgotos e nem de águas servidas. Observou-se *in loco* acúmulo de lixo e esgoto e sanitários a céu aberto, poluindo os córregos e rios próximos. A população residente, geralmente, é de baixa renda, que busca essas áreas como opção mais barata de moradia, algumas sem água encanada, mas com suas antenas parabólicas voltadas para o céu do Abade.

(d.2) *ausência de rede de esgoto*: refere-se à contaminação dos córregos, rios e manguezal, devido à precariedade da rede de esgoto, que atinge 30% da população, localizando-se predominantemente nos bairros próximos ao mangue, como é o caso do Bragantino que tem parte de suas casas construídas dentro do mangue com sanitários a céu aberto lançando seus dejetos no mangue (Ver figuras 35, 36, 37, 38 e 39. p. 72). O esgoto é lançado *in natura* no rio Muriá.

A partir dessas informações levantadas na pesquisa, pode-se perceber um grande abandono dessa área no que diz respeito a uma política de ordenamento e gestão do território, principalmente levando-se em conta que esta é mais uma área de UC, legalmente constituída, mas sem o gerenciamento necessário de sua área e de seu patrimônio

ambiental. Não há uma política, nem local, e nem estadual no sentido de minimizar os impactos que surgem a partir da ocupação destas áreas.

*e) Grandes áreas do entorno da PA-136 desocupadas e queimadas, caracterizando um processo inicial, e em alguns casos avançado de degradação ambiental.*

A Constituição Federal de 1988 determinou em seu art. 225, § 1º, IV, que incumbe ao Poder Público "exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade". Nesse estudo, avaliam-se todas as obras e todas as atividades que possam causar séria deterioração ao meio ambiente.

No Abade o processo de ocupação das áreas próximas a PA-136 vem se dando de forma acelerada. Durante o período da pesquisa, pode-se perceber novas construções e novas áreas queimadas a cada ida a comunidade. Em alguns trechos da estrada a floresta pode ser vista muito distante da rodovia central.

Os ramais, ou estradinhas de terra são constantes em todo o trajeto da PA-136, desde Castanhal, passando por Terra Alta, até chegar ao município de Curuçá, no Abade. A presença destes ramais em grande quantidade caracteriza um processo de ocupação avançado em vários trechos da rodovia. Esse fato é demonstrado no Novo Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Amazônia, ao revelar que o nordeste do Estado do Pará integra uma das áreas mais desmatadas do estado<sup>16</sup>.

*f) Os conflitos identificados: agrários, por pontos de pesca, por retirada ilegal de caranguejo e pela utilização de técnicas predatórias de pesca.*

Os conflitos em torno da questão do uso e posse da terra e de ambientes aquáticos acirram-se, sobretudo a partir da década de 1950, entre os latifundiários escravistas e posseiros, pescadores e donos de áreas próximas a rios, lagos e/ou marinhas.

---

<sup>16</sup> Esta informação foi retirada da Palestra "Reflexões sobre o novo mapa de áreas prioritárias da Amazônia", proferida pela Pesquisadora Dra. Ana Albernaz (CCTE/MPEG) no evento Conservação da Biodiversidade em Paisagens Florestais Antropizadas, realizado em Belém, no MPEG de 21-23 de novembro de 2007.

Na região de Curuçá, segundo relatos de informantes, na ilha de Romana mora o senhor que é conhecido no Abade como Zé Gregório. Este senhor vendeu vários terrenos na praia da Romana de forma ilegal, além de ter uma criação de gado nesta praia, o que vem gerando conflitos com vários pescadores que costumavam pescar nas áreas próximas a esta praia.

No Abade os conflitos por pontos de pesca são comuns entre os pescadores que moram na região, principalmente os pescadores artesanais, que utilizam técnicas tradicionais como o *curral*<sup>17</sup> para conseguir o peixe. São pontos marcados que pescadores utilizam por anos e segundo eles são áreas onde os cardumes passam. A arte de construir os currais passa geralmente de pai para filho e exige técnicas tradicionais que envolvem desde a movimentação do sol até a movimentação da correnteza das águas. Os pescadores mais antigos dizem que não é qualquer pescador que sabe marcar um ponto bom para curral, segundo eles, vários currais tiveram que ser refeitos porque na sua primeira construção não eram eficientes, ou seja, “não conseguiam pegar o peixe”.

Os conflitos relacionados aos pontos de pesca, em geral acontecem porque um pescador que utiliza por muitos anos um curral sem reformá-lo, e deixando-o abandonado, vem outro pescador e se apropria do local para construir um novo curral, gerando conflitos com os primeiros utilizadores do ponto.

Quatro situações muito comuns geradoras de conflitos na região do Abade e que já foram relatadas e analisadas neste trabalho são:

- A utilização da *Fuzaca*, técnica predatória de pesca ainda muito utilizada na região, provoca a morte e o desperdício de peixe que não são consumidos em virtude do seu tamanho ser pequeno. Esse problema já foi relatado em outros trechos deste trabalho;
- Outra modalidade de pesca que tem gerado muitos conflitos na região é a *estacada*. Este tipo de pesca vem ocorrendo principalmente na praia do Lombo, próximo a Romana, e

---

<sup>17</sup> Grandes armadilhas feitas com madeira do mangue em áreas sob influencia da maré. Estas armadilhas são muito comuns em toda a região costeira do Pará.

consiste na colocação por parte dos pescadores de redes em grandes quantidades presas em estacas em áreas próximas, causando uma confusão de redes que se atrapalham gerando ineficiência das mesmas e brigas entre os pescadores;

- Disputa de terras entre moradores antigos e empresários criadores de gado que ocupam grandes áreas antes utilizadas pelos donos para a extração de frutas regionais como bacuri, manga, caju, entre outros produtos;

- Roubo por parte de turistas e pessoas de fora da comunidade, dos peixes nos currais, de caranguejos. Segundo vários depoimentos, esse tipo de roubo na região são comuns. Muitas vezes várias pessoas, vindas principalmente de São Caetano de Odivelas, foram surpreendidas no meio do manguezal retirando grande quantidade de caranguejos. Eles armam ranchos no meio do mangue e ficam por dias retirando o produto e depois vão embora deixando uma clareira no lugar onde as barracas são levantadas.

Outra situação geradora de conflitos por recursos aquáticos no Abade, são aquela relacionada as brigas entre pescadores e donos de grandes áreas de terra próximas a rios, igarapés e áreas marinhas. Segundo alguns relatos de pescadores entrevistados durante a pesquisa, na referida área é comum acontecer de pessoas de fora, comprarem ou se apossarem de grandes áreas que anteriormente eram utilizadas por estes pescadores. Hoje muitas destas áreas estão cercadas, impedido a passagem destes pescadores e de suas famílias que tiram destas áreas os produtos que comercializam para sua subsistência, o peixe e o caranguejo. Algumas das áreas relatadas são cabeceiras de igarapé que estão atualmente servindo de depósito de lixo pelos atuais proprietários. Este é mais um problema enfrentado por famílias de pescadores que há décadas tiram seu sustento dos recursos ambientais locais.

*g) Roubos de barcos, instrumentos e arreios de pesca.*

Foram relatados pelos entrevistados vários casos durante o período da pesquisa de campo, sempre relacionados a roubos de embarcações dos portos do Abade. Alguns dos casos envolvendo violência contra pescadores. Foram tantos os casos, que segundo alguns entrevistados, há situações em que os donos de barcos se reúnem para contratar vigias para fazer a segurança dos barcos nos períodos em que eles ficam parados nos portos,

comercializando o pescado e se preparando para voltar ao mar para as pescarias de vários dias fora. Essa nova função na pesca, a dos vigias de embarcações, no Abade em geral é remunerada por diária que varia de 10 a 15 reais por cada embarcação vigiada, mais a “bóia” do dia (2 quilos de peixe para o almoço). Esses vigias passam a noite rondando as embarcações, armados e com autorização dos donos para atirar em qualquer pessoa estranha que for vista próxima aos barcos.

Segundo o pescador Camisola (69 anos), os roubos são freqüentes no Abade, no seu relato, ele afirmou ter sido roubado várias vezes, e uma delas ele e seus companheiros foram atirados ao mar, onde ficaram várias horas até serem resgatados.

[...] a gente vai e não sabe se volta [...] nesse dia, os piratas chegaro de mansinho, era de tardinha já, umas 6 horinha, ai eles levaro tudo, até o nosso barco, jogaram a gente na água, e foram embora levando tudo [...] eles eram 5, tudo armado [...] levaram até o que a gente já tinha pescado [...] de madrugada passou um barquinho e a gente gritou, gritou até eles ouvi a gente. A gente teve muita sorte, porque o tempo que a gente ficou lá, se salvamo todos. Foi muita sorte mermo [...] essa foi uma das ultima vez que eu fui pesca fora. Fiquei com medo de morrê longe da família. Hoje só saio pra pescar aqui por perto, já to aposentado mermo, não vivo mais só de pescá. (Pescador Camisola, 69 anos, morador do Abade)

Nesse relato, se pode perceber a ação dos ladrões em alto mar. Eles são conhecidos entre os pescadores como *piratas* ou *ratos d'água* (OLIVEIRA, 2005).

#### *h) Aumento da violência no meio pesqueiro.*

Alguns casos de violência, seguidas de morte entre pescadores foram relatados por informantes, nos períodos de pesquisa de campo.

Estas situações, segundo os moradores, vêm crescendo consideravelmente nos últimos anos, e os motivos são os mais variados, vão desde conflitos em virtude de roubos de material de pesca, até bebedeiras e freqüente consumo de drogas como a maconha e a pasta de cocaína, atualmente muito consumida entre pescadores mais jovens e o grande consumo de bebidas alcoólicas como cachaça e os conhaques mais baratos, conhecidos entre eles por *buchudinhas*. É comum encontrar plantações de maconha nessas comunidades. Segundo relatos de pescadores, em Mocajubinha, existe uma área onde tem

uma plantação grande de maconha e de lá mesmo é comercializada entre os pescadores. Esse fato contribui sensivelmente para o aumento da violência no setor pesqueiro.

Para Oliveira (2005), os problemas de assalto sempre acontecem entre os pescadores, mas em grau menor os roubos com violência. Em casos relatados por pescadores do Distrito de Icoaraci, em Belém, nos últimos anos, ocorreram vários casos de roubos apenas de apetrechos de pesca, e o aumento no consumo de drogas entre os pescadores é sempre apontado como um dos fatores que vem contribuindo para o aumento da violência no meio.

Oliveira (2005) destaca ainda, dois tipos de situações relacionadas a violência no meio pesqueiro, os roubos que acontecem com frequência próximos ao litoral, em geral são relatados como roubos entre pescadores, ou seja, um pescador rouba os apetrechos de outro pescador. A outra situação, é a ação dos *piratas*, conhecidos também como *ratos d'água*, que roubam os pescadores e utilizam quase sempre, a violência física, que é praticada num grau bem maior, interferindo no desempenho das atividades dos pescadores.

Em alguns casos, os profissionais da pesca, perdem além dos seus apetrecho de pesca, a produção, muitas vezes, de vários dias de pescaria, os motores, e tendo acontecido até mesmo de serem roubadas as embarcações com tudo dentro. Nestes casos, os tripulantes são jogados ao mar e deixados a deriva. Segundo alguns pescadores, a produção pesqueira, tem sido alvo mais freqüente dos roubos pela facilidade de comercialização, daí a suspeita de que muitos destes ladrões sejam pescadores que conhecem intimamente a região.

*i) Lixões próximos ao mangue.*

Os impactos sobre o ambiente no perímetro urbano do Abade não diferem daqueles que ocorrem nas demais regiões costeiras. Por meio da observação direta, de entrevistas com os atores sociais e do trabalho de campo, pode-se identificar impactos como o lixo urbano, o qual se acumula nas áreas próximas aos manguezais, córregos e rios que margeiam tanto a comunidade pesquisada, o Abade, quanto na sede do município de Curuçá.

A irregularidade do arruamento, nas áreas de manguezais invadidas, dificulta a circulação do caminhão de lixo, e, por conseguinte o recolhimento do lixo. A população opta por jogar o lixo nas áreas citadas anteriormente, pois a coleta da prefeitura é irregular. Segundo informações obtidas durante a pesquisa com um dos coordenadores da AUREMAG, o lixo recolhido é colocado em lugares mais distantes dos vilarejos, mas nem por isso longe do manguezal. Segundo o informante, há alguns anos o lixo era depositado em uma área próxima ao local onde a água que abastece o Município é captada. Porém começou a aparecer denúncias de contaminação da água, o que provocou por parte da prefeitura uma mudança nesse local que servia de depósito de lixo do município. Atualmente, o lixo é depositado em uma área que fica próxima ao mangue na divisa de Curuçá sede e a comunidade do Abade. Os resíduos coletados são lançados a céu aberto, esta localização pode propiciar a contaminação das margens e das águas desses rios e do mangue. Essa situação vem provocando poluição hídrica superficial, que já é facilmente observada, bem como a poluição do lençol freático, considerando-se as características do solo e acúmulo de água em alguns locais.

Estes e outros impactos ambientais foram e estão sendo causados por diferentes ações antrópicas, ao longo das últimas décadas, não só no Abade, mas em muitos locais na Amazônia, a partir de situações que ainda hoje permanecem atuando direta e indiretamente para a degradação ambiental destes ecossistemas locais. A falta de informações, muitas vezes, leva pessoas ainda hoje, a considerarem os ecossistemas de manguezais como locais desagradáveis e sem utilidade, tendo-se verificado casos de ocupação urbana ou mesmo lançamento e deposição de lixo por parte de moradores. Este é outro problema, que direta e indiretamente, decorre do desenvolvimento impulsionado pelo turismo ao longo do Litoral brasileiro, através da liberação de construções de bares, restaurantes e casas de praia em áreas de manguezais aterrados, que tem sido freqüentemente observado e que vem causando redução drástica destas áreas e sérios danos ao equilíbrio dos ecossistemas de manguezais locais. Todos estes impactos ambientais relacionados, contribuem para a diminuição da qualidade ambiental, tendo como consequência direta a redução quantitativa das espécies de peixes e invertebrados, que vivem nas áreas de mangue, principalmente aquelas de importância sócio-econômica, assim como as demais espécies que dependem

indiretamente, ao longo dos seus ciclos biológicos, acarretando sérios prejuízos para toda a biodiversidade costeira do Brasil.

*j) Diminuição na oferta e o encarecimento do pescado e do caranguejo.*

Uma das conseqüências do aumento da pressão de pesca sobre determinadas espécies é a possibilidade de declínios populacionais e de extinções locais. Como exemplo, estudos apontam para extinção de certas espécies de peixes e de crustáceos.

Por outro lado, o crescimento de conflitos por acesso aos recursos pesqueiros, associado a presença de órgão fiscalizadores, como o IBAMA, turismo e grandes barcos pesqueiros, sugere que o sistema de manejo baseada no controle estatal precisa de mudanças estruturais que possibilitem maior autonomia e envolvimento das populações locais com o manejo e a conservação dos recursos naturais.

Estudos de autores como Furtado (1993, 1994), Castro (2004), McGranth (1993, 1999), revelam os conflitos por recursos aquáticos na Amazônia, ressaltando a importância de integração local em programas de co-manejo. Para Silva e Begossi (2004), essa ação pelas populações locais, em diversas áreas da Amazônia, principalmente naquelas consideradas reservas extrativistas, tem se mostrado mais justo socialmente em relação aos modelos impostos pelo governo. As experiências de co-manejo exitosas, podem apontar caminhos na solução de conflitos e do uso sustentável dos recursos naturais na região.

Os produtores encontram várias dificuldades na hora de escoar a produção pesqueira e agrícola, sendo as mais comuns a questão da distância em relação ao mercado consumidor e a falta de condições para transportar a mercadoria. Em função dessa problemática, vêm-se obrigados a entregar seus produtos aos atravessadores e aviadores, prática que persiste desde o tempo do colonialismo. Este tipo de negociação é marcada pela dependência financeira do produtor, seja ele pescador ou agricultor (JESUS, 1998).

Segundo Torres (2004), é difícil ter uma dimensão dos custos ambiental e social da pesca em uma dada região. Pois o pescador captura o seu produto, e não paga diretamente

por ele. O acesso livre e o uso comum do produto por parte do pescador pode provocar a exploração desordenada e ao esgotamento do mesmo Hardin (1968 apud TORRES, 2004)

Num âmbito local, segundo Barthem e Goulding (2007, p.95), as regiões pesqueiras de importância comercial estão associadas às áreas de elevada produção biológica e as da bacia Amazônica, por sua vez, estão relacionadas principalmente às áreas de várzea ou do estuário, como é o caso da região da Zona do Salgado paraense, área onde situa-se o Abade, área escolhida para esta pesquisa. Os rios conectam o amplo sistema de várzea com o estuário e formam um ambiente contínuo que é explorado por pescadores comerciais e de subsistência de cidades e comunidades agro-pesqueiras. Esse pescado é em grande parte, escoado para portos públicos e privados da capital do Estado e para outros portos que escoam a produção para outros Estados do país.

No Estado do Pará, a região pesqueira do estuário inclui a costa e o arquipélago do Marajó na foz Amazônica. Os dados de pesca disponíveis do estuário são referentes ao desembarque de pescado de seis cidades: Macapá (na foz do rio Amazonas), Abaetetuba, Belém, Vigia (na Bacia do Marajó), Curuçá e São João da Ponta (na costa Pará), além de outras cidades na costa do Pará que possuem frotas pesqueiras, mas exploram principalmente espécies marinhas. (BARTEM ; GOULDING, 2007, p.100)

*k) Pesca predatória, captura irregular e predatória de caranguejo.*

Um problema grave observado no Abade é a pesca predatória. É comum na região a utilização de modalidade de pesca (*fuzaca* e *estacada*) que prejudicam o ambiente e provocam grande desperdício de peixe, além dos conflitos que surgem a partir brigas entre pescadores.

Outra situação comum é a captura do caranguejo durante a época da reprodução, ou seja, nas *andadas* ou *suatá*, fora da época ideal, não respeitando o seu defeso. Nesse período, o caranguejo é presa fácil para seus coletores, pois saem em grande quantidade das suas tocas para se reproduzirem. Esta ação é fortemente sentida na região. A pesca e a captura indiscriminada de espécies de peixe de várias espécies e tamanhos, e de

caranguejos (*Ucides cordatus*) fêmea, todo ano é observada entre os moradores locais. Essa atividade tem sido realizada por moradores de São Caetano de Odivelas, que segundo os pescadores do Abade, vem aos bandos, se instalam em tendas armadas no meio do mangue para fazer a coleta, principalmente nos horários noturnos, que é quando é mais difícil de serem encontrados.

Na verdade, o que se percebe naquela região é a falta de atuação de órgãos que deveriam fiscalizar e promover uma educação nas vilas do município, voltadas a conscientização da população, que atualmente é formada na sua maioria por pessoas que migraram de outras região para o Abade, sobre a importância de manter o ambiente ecologicamente equilibrado, principalmente com relação aos recursos aquáticos locais. É necessário o envolvimento de todos os seguimentos da sociedade local na fiscalização do bem maior destas regiões, o ambiente, afinal é de onde são retirados os recursos que mantém economicamente boa parte da população do município.

É preciso conhecer e respeitar os ciclos naturais dos manguezais para que o uso sustentado de seus recursos seja estabelecido é principalmente a pesca com apetrechos inadequados, como bombas e demais artifícios usados pelos que não respeitam a verdadeira arte da pesca e não sabem da sua importância para a subsistência das populações locais.

#### *l) Aumento no consumo de álcool, drogas e da prostituição.*

A Realidade da Prostituição e do Abuso Sexual Infantil na região do Abade tem causas diversas. Os fatores estão em geral, ligados às questões sócio-econômicas e psicológicas.

Com relação aos fatores econômicos, encontramos casos relacionados à falta de emprego; migração para os grandes centros urbanos; jovens do campo, passando a viver na cidade; mães solteiras com dificuldade na manutenção do filho.

As moradias em condições subumanas: barracos, cortiços, porões, muitas vezes abrigam a promiscuidade, que é um caminho aberto para a prostituição que acontece

segundo alguns moradores às proximidades dos portos e na estrada a noite, principalmente nos finais de semana.

Os fatores ligados ao psicológico das meninas envolvidas neste tipo de atividade são: carências afetivas e traumas que marcam sua infância e adolescência.

Observamos que a maioria das meninas envolvidas na prostituição possui baixa ou nenhuma escolaridade, além de viverem sem o apoio da família, entretanto, em muitos casos, a própria família é conivente com a situação, pois muitas vezes é de onde sai o sustento destas famílias.

Segundo recente trabalho do Serviço à Mulher Marginalizada (SMM), há uma legião de meninas vendendo o corpo por desinformação e ilusão, levadas pela ganância de agenciadores (em geral mulheres) e pela mídia. Querem ganhar dinheiro, com baixa escolaridade e sem empregos à vista. Enxergam no comercio do sexo, a única porta para as maravilhas do consumo.

Entretanto, as meninas que convivem com a prostituição no Abade, geralmente são provenientes de famílias em situação de miséria, desestruturadas, com abandono de filhos. Elas encontram na prostituição um meio para ganhar o sustento. Algumas já fazem parte da segunda ou terceira geração de mães prostituídas. Elas iniciam a prostituição na puberdade e adolescência, provocando distúrbios no seu desenvolvimento afetivo-emocional e obstáculos no aprendizado escolar básico e habilidades profissionais; são em sua maioria analfabetas ou semi-alfabetizadas.

Geralmente, essas meninas são rejeitadas socialmente pela atividade de prostituição e assimilaram de forma profunda os preconceitos e desvalorização social, fatores que agravam as dificuldades de procura e entrada no mercado de trabalho. Mas no Abade, principalmente no meio pesqueiro, elas convivem com os trabalhadores da pesca quase sempre de forma harmoniosa. São raros os casos de violência contra prostitutas nos portos e nas áreas próximas a PA-136 na área do Abade. Entretanto, a área apresenta alta incidência de doenças, incluindo-se alcoolismo e consumo de maconha que também é comum entre os pescadores, porém, atualmente, vários relatos confirmam a grande

utilização da pasta de cocaína entre os pescadores, e conseqüentemente entre as meninas que se prostituem nos portos do Abade.

Outra situação bastante comum nesta região é o surgimento nessas comunidades de bares onde a prostituição acontece abertamente, são os chamados *cabarés* ou *casa da luz vermelha*. Estes locais surgem do dia pra noite. Em boa parte dessas comunidades, existem sempre um ou dois *cabarés* onde o consumo de álcool e drogas, associado a prostituição, inclusive de meninas menores de idade, é realizado normalmente entre os pescadores. Um exemplo é um cabaré na comunidade de Beira Mar. Segundo alguns pescadores, neste cabaré, a situação relatada acima é comum.

*m) Aumento das doenças sexualmente transmissíveis.*

No Abade, os casos de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), ocorrem com frequência, visto a área ser um local de acesso facilitado, e muito procurado por causa da facilidade em comprar grandes quantidades de peixe, além da procura por turistas, pelas belas praias das ilhas próximas.

Nos portos do Abade, os carros baús que caracterizam um dos tipos de atravessadores, que utilizam a PA-136, vindos Belém, Castanhal e Bragança para comprar o pescado trazido de alto mar pelas inúmeras embarcações que aportam na área. Segundo alguns entrevistados, estes carros são também apontados como transportadores das DST que chegam ao Abade, fazendo da prostituição das portas de entrada dessas doenças na comunidade.

A relação entre prostitutas, pescadores e alguns motoristas dos carros baús que vem buscar o pescado no Abade, além dos festões que acontecem nos finais de semana na comunidade, e onde são consumidos de maneira desenfreada por menores e adultos, álcool e drogas, são os grandes difusores deste tipo de doenças. Contudo, segundo a Secretaria Municipal de Saúde, um problema sério é a grande quantidade de casos de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA) ou *Acquired Immune Deficiency Syndrome* (AIDS) já confirmados do município. O comentário que corre no município, é que em 2006 foram 20 casos oficiais, com 6 mortes inclusive em função de problemas surgidos a partir da doença. Não obstante esse fato não tenha sido confirmado pela Secretaria Municipal de Saúde local. Entre os

pescadores, ouve comentários na comunidade do Abade de um pescador morador da praia do Arrombado que estaria contaminado.

#### *n) A Migração*

De um modo geral, conclui-se que as tendências de ocupação do espaço e os impactos ambientais negativos ocorridos no perímetro urbano de Curuçá, mais precisamente na região do Abade, estão vinculados aos seguintes fatores: aos ciclos econômicos do setor portuário, à migração e ao crescimento natural da população.

Os dados levantados na pesquisa com relação a migração para a área, revelam que se trata de uma população na maioria de jovens (27-35 anos), e economicamente ativa. A grande maioria trabalhando em atividades relacionadas a pesca. Alguns pescam sozinhos, outros de companheiro, outros ainda são carregadores e/ou ajudantes em embarcações de outros municípios que pescam nas áreas dentro de Mãe Grande. Outro dado interessante é sobre a proporção entre os sexos, que é maior a feminina. Geralmente nas casas pudemos encontrar 2 homens adultos e 3 ou 4 mulheres (na faixa de 15-20 anos), e muitas crianças. Nas rodas de conversa onde eram feitas as entrevistas, existiam sempre entre 5 e 10 crianças da casa, juntando-se as da vizinhança.

As mulheres, na maioria dos casos, desenvolvem apenas trabalhos domésticos e de costura, quando não são empregadas em casas de família ou nos pequenos comércios na localidade e na sede do município.

As pesquisas mostram que o processo de povoamento do Abade vem se acentuando, principalmente, a partir da instalação na área de uma Indústria de Processamento de Camarão (CANPASA), empresa constituída em Agosto de 1984. No ano de 1991, a empresa foi financiada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), funcionando apenas a fábrica de gelo, apenas em 2000/2001, iniciou as atividades de processamento de camarão, sendo hoje considerada a maior exportadora de peixe congelado do norte do Brasil, onde atende o mercado Norte Americano e Europeu, com metas a atingir o mercado asiático. A CAMPASA funciona em uma área construída de 6.000 m<sup>2</sup> (aproximadamente 20 hectares), com uma fábrica de gelo (que abastece os barcos e a unidade fabril) (Ver figuras 40, 41 e 42 na p.86). Conta também com um Serviço de

Inspeção Federal (SIF), além de possuir certificação nacional e internacional fornecida pelo Ministério da Agricultura. (AVIZ, 2005)



FIGURAS: (40, 41 e 42) Imagens da fábrica de beneficiamento de camarão “CAMPASA – Camarões do Pará”, localizada na PA-136, trecho dentro da vila de São João do Abade.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2006 e 2007. FOTOS: Elida Figueiredo.

Grande parte da mão-de-obra na fábrica é local<sup>18</sup>, sendo constituída por 250 funcionários, 40 exercendo funções na parte administrativa (praticamente todos de fora), e 210 do processamento, divididos em cinco turnos, onde se revezam homens e mulheres.

<sup>18</sup> Os funcionários recebem seis meses de treinamento e são considerados “auxiliares de produção”, após este tempo são enquadrados na categoria “manipuladores de alimentos”.

A maioria da matéria-prima é comprada de pescadores artesanais locais, pois a fábrica não possui frota própria.

Segundo os donos da fábrica, os resíduos do pescado (cabeças e espinhaços), são doados para a comunidade.

Isso talvez explique em parte as migrações constantes para a área, onde as levas de migrantes constituem-se quase sempre, de pessoas de Bragança, outra área de pesca com uma frota bem mais organizada do que o Abade. A origem destes migrantes provocou a criação de um bairro Bragantino, com a maioria dos moradores vindos deste município, sendo que a migração para este bairro em grande parte se deve ao apoio de parentes e amigos que vieram primeiro.

Outro fator importante que também tem reforçado essa migração para o Abade é a especulação em torno da possível construção do Terminal Marítimo do Espadarte, que segundo a Companhia das Docas do Pará (CDP), o futuro Terminal Marítimo do Espadarte, divulgado na mídia como o futuro *Terminal Offshore do Espadarte*, situa-se nas coordenadas 00° 33' 17" S e 47° 53' 51" W, localizando-se na Ilha dos Guarás na costa norte do município de Curuçá a 70 km da cidade de Castanhal e 140 km de Belém. Ainda segundo a CDP, nenhum dos portos do Estado serve para exportar o maior produto de exportação do Pará, que é o ferro de Carajás, que porto marítimo à altura em referência ao fato de o ferro de Carajás, não sai diretamente do Estado para exportação, levando o estado a escoar a produção por ferrovia e através do porto de Ponta de Madeira, no Maranhão. O porto da capital maranhense, que escoar a produção de exportação do Pará, é fruto de uma decisão política e fica muito mais longe que a Ilha dos Guarás, na Ponta da Romana, onde o terminal do Espadarte deverá ser construído. Vale ressaltar que, a distância entre Carajás, no Pará e o Terminal de Ponta da Madeira, no Maranhão é de 892 km, enquanto de Carajás para o Terminal de Espadarte é de 520 Km. Isto representa um diferencial significativo que diminui o custo Brasil e aumenta a competitividade dos produtos paraenses e brasileiros.

Contudo, segundo informações do MMA<sup>19</sup>, a área em questão, enquadra-se nas Áreas Prioritárias para a Conservação, em relação à Botânica, Invertebrados, Biot

---

<sup>19</sup> [www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)

Aquática, Répteis, Anfíbios, Aves, Populações Tradicionais, Povos Indígenas e novas oportunidades econômicas. Esta área é responsável pela ampla gama de “funções ecológicas” (prevenção de inundações, intrusão salina e da erosão costeira, proteção contra tempestades, reciclagem de nutrientes e de substâncias poluidoras, e provisão de *habitats* e recursos para uma variedade de espécies exploradas, direta ou indiretamente). Esta área é considerada ainda como uma Área Prioritária para conservação de estuários, manguezais, lagoas de praias, dunas de banhados, áreas úmidas costeiras de restingas, quelônios marinhos, mamíferos marinhos, aves costeiras e marinhas, teleósteos demersais e pequenos elasmobrânquios, bentos, plâncton e plantas marinhas. Em virtude disso, o impacto da construção de tal terminal será altamente devastador para o ambiente marinho daquela região.



**FIGURA 43:** Desenho do Porto “Terminal do Espadarte” divulgado pela CDP.

FONTE: CDP, 2007.

[...] Alguns dos moradores contactados, consideram a RESEX-MAR como a alternativa para a superação dos históricos problemas que afetam as comunidades e ressaltam os indícios de danos aos estoques, como diminuição do tamanho das espécies e seu desaparecimento das áreas próximas as comunidades. Quanto ao discurso do presidente da "associação dos usuários", seu conteúdo é típico das lideranças ligadas aos movimentos sociais. (FURTADO, et al, 2003, p.11)

*o) Melhoria no comércio local de gêneros e bens*

Durante a pesquisa no Abade, pode-se perceber que o comércio local está diretamente ligado aos produtos aquáticos, com exceção dos bares e mercadinhos que comercializam produtos alimentícios industrializados e vestimentas e calçados. Parte do comércio do Abade, trabalha com a comercialização de peixe (fresco, salgado e seco ou gelado), grude, caranguejo e aba de tubarão, mesmo que indiretamente, fazendo a troca destes produtos por produtos industrializados.

A melhoria na estrada trouxe melhoria para o comércio local, segundo alguns moradores comerciantes do Abade. Segundo eles, seus estabelecimentos tiveram um aumento considerável nas suas vendas nas últimas décadas. Os comerciantes comemoram, pois com a estrada melhor, aumenta o acesso dos visitantes, e dos compradores que vem de comunidades vizinhas de bicicleta comprar os produtos e levar para revender em outras vilas próximas. Este é o caso do Seu Genuíno de 59 anos, que vem todos os dias da comunidade de Mocajubinha pela estrada com um *isopor* grande na garupa da sua bicicleta, comprar peixe no Abade para revender na sua comunidade, caracterizando mais uma forma de atravessador muito comum em toda a região da Zona do Salgado Paraense. Estes atravessadores são importantes, pois são eles que abastecem as pequenas comunidades nos ramais que ficam distantes da estrada.

Outra situação é a presença mais constante de turistas de outros municípios e de moradores de lugarejos próximos, como a comunidade das Pedras Grandes, que fica do outro lado do rio Muriá, em frente ao Abade. A presença dessas pessoas é importante para o comércio local, pois eles vêm fazer suas compras nos mercadinhos e lojas do Abade, ou quando precisam ir à sede do município, vindo pegar o transporte no Abade.

*p) Benefícios adquiridos através do Projeto da RESEX, do Governo Federal*

Segundo os dirigentes da AUREMAG, em todas as comunidades da área da reserva, incluído o Abade, famílias de pescadores puderam se cadastrar em 2006 no Projeto da RESEX, o qual recebeu, aproximadamente 7 milhões de reais do Governo Federal para auxiliar a classe e pescadores artesanais residentes em todas as comunidades que se

encontram na área da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande. As famílias cadastradas receberam benefícios do valor de 7 mil reais cada uma. Entre os benefícios eram escolhidos, a construção de casas de alvenaria, canoas, geladeiras, máquinas de costura, apetrechos de pesca, bicicletas, entre outros bens. No primeiro período de cadastro que foi de 27/05/2005 a 06/06/2005, 1200 famílias foram cadastradas, sendo que estas famílias receberam seus benefícios em março/2006. O segundo cadastro ocorreu no período de Agosto-Setembro/2005, e foram 800 famílias que participaram, recebendo seus benefícios em Abril/2006. Está previsto para o segundo semestre de 2007 o terceiro cadastro, onde está previsto que 4000 famílias participem, com a entrega prevista para início de 2008.

Esses benefícios são de grande ajuda para toda a população das comunidades que fazem parte da reserva, como também seriam bem vindas para áreas que não são contempladas por não estarem no território desta categoria de UC. Entretanto, não se sabe até que ponto essas doações constituem ou não, mais um programa assistencialista ou eleitoreiro dos governos. O que se veicula é que o recurso vem direto do Governo Federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas ao chegar aos órgãos que o administram, tornam-se o pivô de disputas entre associações e órgãos do governo municipal.

Na pesquisa levantou-se informações sobre o recebimento dos fomentos<sup>20</sup> (Ver figuras 38, 39, 42 – p.92) pela população, e está muito agradecida. Todos os entrevistados foram unânimes em dizer que "nunca receberam uma ajuda tão grande assim, de ninguém. E que a AUREMAG tem sido uma verdadeira mãe por ter feito isso por eles". Com isso, nota-se entre as famílias beneficiadas uma gratidão que pode ser muito perigosa, pois torna estas famílias são facilmente manipuláveis por parte dos organizadores desta ação durante as eleições que ocorrem de dois em dois anos, conforme as categorias de prefeito, vereador, deputado, senador, etc.

Segundo os coordenadores da AUREMAG, a prefeitura se diz parceira nessas ações, entretanto, está sempre ausente das ações desenvolvidas em prol destas comunidades. Isso

---

<sup>20</sup> Fomentos: é como são chamados os benefícios recebidos (construção de casa, canoas, geladeiras, máquinas de costura, bicicletas, redes de pesca, barcos a motor, entre outros) do Governo Federal, pelas famílias cadastradas pelo Projeto RESEX Mãe Grande.

pode ser explicado pelo fato de que, segundo a AUREMAG, a receita do município não chega a 1/3 do valor recebido pelo Projeto da RESEX, e por não fazer parte da gerencia desse dinheiro, que seria em torno de 7 milhões de reais, e que é totalmente gerido pela AUREMAG.

Em Curuçá existe toda uma discussão em torno dos bens que são doados a população a partir dos cadastrados no Projeto. Alguns moradores dizem que esses “presentes” dados a população é mais uma forma de manter essas pessoas na *rédiã curta*, afinal quem vai falar contra depois de ter conseguido construir a sua casa de alvenaria (Ver figuras 46 e 47, p.92). Outros moradores afirmam que é papel do Governo dar para os mais carentes essa ajuda, pois esse dinheiro é da população e se não for revertida em favor dela, vai acabar sendo desviada para alguma coisa errada.

Segundo os responsáveis pela ONG CABANOS que atua em Curuçá, Silvam e Simone Ferreira, esses recursos precisam ser gerenciados e fiscalizados com mais seriedade, pois não se sabe realmente quanto veio, e quanto está sendo empregado em cada família, e nem se estas famílias são mesmo de pescadores e moradores da área da Reserva Mãe Grande. Segundo a CABANOS, já houveram denúncia de que algumas famílias cadastradas e que já receberam os benefícios não eram moradores de Curuçá, e sim moradores dos municípios próximos que souberam do cadastro e vieram em busca desse benefício e conseguiram.



FIGURAS: (44) Canoas sendo construídas num estaleiro montado na casa do pescador em Abade; (45) Redes de pesca penduradas em uma árvore no Abade; (46) Casa de morador do Abade construída em alvenaria com recurso do Projeto RESEX; (47) Casa de morador em Pinheiro, construída em alvenaria com recursos do Projeto RESEX; (48) Embarcação feita pelo projeto RESEX para ser entregue aos pescadores moradores da comunidade de Abade.

FONTE: Pesquisa de Campo, 2007. FOTOS: Elida Figueiredo.

Outro benefício conseguido a partir da RESEX segundo os seus gerenciadores, é a construção da Casa do Pescador, inaugurada em 16 de junho de 2007, que servirá como um ponto de referência para os pescadores e pescadoras de toda a área da "Mãe Grande". Segundo eles, esse espaço servirá para capacitar o pescador. Este projeto foi executado em 12 meses e seu valor fiou em torno de oitenta e nove mil e oitocentos reais (R\$ 89.800,00) (Ver figuras 49 e 50).



FIGURAS: (49 e 50) Placa com identificação do Projeto da casa do Pescador, desenvolvido pelo Projeto RESEX em Curuçá, e Casa do Pescador no dia da sua inauguração.

FONTE: Pesquisa de campo, 2007. FOTOS: Elida Figueiredo.

#### q) Processo de urbanização avançado e desordenado

Como em grande parte das comunidades amazônicas, o Abade vem enfrentando a problemática sócio-ambiental relacionada ao longo do processo de urbanização de seus bairros. Como na maioria dos municípios, vilas e povoados da Amazônia que não possuem infra-estrutura compatível com o crescimento demográfico local, o Abade sofre com a carência de saneamento básico, a falta de água tratada para consumo diário, sistema público educacional precário, dificuldades de acesso ao atendimento em saúde pública, e insuficiente assistência técnica ao pescador artesanal e ao pequeno trabalhador rural. Estes problemas, entre outras dificuldades vividas na região, demonstram a realidade com que a comunidade selecionada para o estudo vive diariamente.

No Abade, todos estes problemas são recorrentes. Segundo os moradores, as dificuldades de se viver num lugar longe de tudo e de todos, são muitas, e sem opções, se aprende a conviver com as dificuldades. Há uma ajuda mútua, uma solidariedade que persiste entre os moradores e/ou pescadores mais antigos. Um dos relatos interessantes que exemplifica muito bem essa solidariedade que nos foi relatada pelo pescador Soiá, de 63 anos e sua esposa Dona Francisca, de 60 anos, moradores do Abade (Ver figura 22, pág. 59). No período da pesquisa de campo, este casal havia perdido seu filho mais velho, Jorge de 45 anos. Segundo o senhor Soiá, Jorge sofria de demência, era especial, tinha crises de loucura, e algumas vezes fugia de casa e passava dias desaparecido da comunidade. Quando isso acontecia, seu Soiá e alguns amigos da pesca se reuniam e saíam seguindo por toda a PA-136, principalmente nos ramais próximos a Curuçá e Terra Alta, em busca de Jorge. Na última vez que Jorge fugiu, foi encontrado desmaiado em um dos ramais próximos a Terra Alta, município vizinho de Curuçá, distante aproximadamente 40km. Esse tipo de relação de solidariedade, raramente existe nas grandes cidades, entretanto em pequenas comunidades como o Abade, ainda podem ser presenciadas com certa frequência.

## 8 OS CONFLITOS SOCIAIS E AMBIENTAIS NO ABADE

Sobre a noção de conflito social, a literatura existente comprova que o termo é definido com sentidos diversos. O conceito por nós utilizado baseia-se na indicação metodológica proposta pelo Observatório Social de América Latina (OSAL), que entende conflitos como:

Todo fato social que a partir da ação (que em regra remete a certo grau de violência) de algum “ator/agente social”, em busca de certas reivindicações ou objetivos, implique numa ruptura ou alteração da vida social ou da reprodução das relações sociais que sustentam uma ordem social. (OSAL, 2000)

Então, os conflitos são inerentes à condição humana, seja no aspecto individual, conflitos internos, seja no aspecto externo, conflitos sociais. (GROENINGA, 2001).

Segundo Castro (2000), na Amazônia são recentes os estudos sobre padrões de usos de recursos naturais por populações humanas abordando conflitos associados aos recursos pesqueiros (CASTRO, 2000; FURTADO, 1993 e 1994; HARTMAN, 1989 e 1992; MCGRATH et al, 1993 e 1994). Em geral, as populações que vivem nestes ecossistemas, historicamente se caracterizam por ter uma economia baseada no extrativismo de recursos florestais, pesca, caça e agricultura de subsistência. (BEGOSSE et al, 2004)

Isaac e Barthem (1995), discutem os conflitos na pesca destacando a exploração dos recursos pesqueiros em função da pesca comercial e as mudanças tecnológicas como os fatores preponderantes nessa questão. Vários atores sociais são identificados nesse processo, como sendo ribeirinhos, fazendeiros, pescadores, entre outros. No Abade, estes conflitos estão presentes em várias áreas e envolvendo estes atores. Sua mediação nem sempre ocorre como deveria, com a intervenção dos órgãos ligados a pesca, como a Colônia de Pescadores. Em geral, os conflitos existentes no Abade, são mediados dentro do possível pela Delegacia de Polícia do Município, e nem sempre são solucionados.

Por outro lado, os conflitos agrários também ocorrem nessas áreas, no Abade sua existência entre os moradores das várias localidades, estão associadas a disputas áreas de terras pertencentes a moradores antigos e sendo, muitas vezes ilegalmente ocupadas por pessoas de fora que se instalam nas proximidades e começam a se espalhar e ocupar as áreas

que há décadas eram dos habitantes locais. Na pesquisa foram relatados alguns casos de disputas por grandes áreas com várias árvores de Bacuri (*Platonia Insignus Mat*) na comunidade das Pedras, que se localiza em frente ao Abade, na outra margem do rio Muriá. Segundo Dona Dora, de 79 anos, moradora antiga da comunidade das Pedras, um homem ocupou uma grande área de terra que pertencia a sua família desde seus avós. A moradora relatou que este senhor chegou com um documento se dizendo dono da propriedade, ocupou uma área de 500 metros quadrados, onde tinham várias árvores frutíferas, inclusive um grande bacurizal, derrubou quase tudo pra fazer pasto. Dona Dora estava desolada no dia em que foi entrevistada, mas segundo ela, sua filha que mora em Belém já estava providenciando um advogado para entrar na justiça para reaver suas terras.

Esse tipo de situação é bastante comum na Amazônia, e de uma forma geral, estas questões que envolvem disputa de área envolvendo degradação do ambiente podem ser classificadas como um tipo de conflito, que decorre da disputa ou desentendimentos relacionados com o uso ou exploração dos recursos naturais, tendendo a aumentarem com a escassez e competição pelo bem ambiental. Ou seja, são causados pela degradação ambiental, pela opção de desenvolvimento adotada e pela marginalização de setores da sociedade.

O novo modelo de desenvolvimento, também chamado desenvolvimento sustentável veiculado nas últimas décadas, propiciou o aparecimento de vários tipos de conflitos envolvendo o meio ambiente e os recursos naturais. Na sua implementação, muitos destes interesses são conflitantes, e por vezes excludentes.

Essas situações têm como cenário a mudança do paradigma da ciência moderna, onde o conhecimento científico era dominado e determinante nas tomadas de decisão políticas. Acreditava-se que o estado moderno pudesse oferecer a felicidade à todos, fundamentado na certeza que a ciência oferecia. Atualmente, reconhece-se que a ciência não pode oferecer a certeza que determinava as decisões anteriormente, em virtude dos problemas ambientais atuais serem mais complexos do que os que existiam há tempos atrás e que eram objeto de estudo da ciência. Há, nos dias atuais, uma necessidade de diálogo entre os diversos conhecimentos existentes na busca de soluções para os problemas que

rodeiam a relação do homem com o seu meio ambiente, para isso, é necessário uma maior participação da sociedade na elaboração e na implementação das políticas ambientais. Nesse sentido, o tratamento dos conflitos ambientais é de suma importância, pois existe a necessidade imposta pelo ordenamento jurídico de composição de interesses conflitantes e de efetiva participação dos envolvidos para a concretização dos princípios do Desenvolvimento Sustentável e da participação de todos.

Com relação as comunidades pesqueiras, as tensões, conflitos e mudanças pelas quais estas vem passando nos últimos 10 anos, e que tem sido estudadas e destacadas por pesquisadores do Projeto RENAS<sup>21</sup>, através de estudos realizados em áreas litorâneas, estuarinas e de águas interiores do Estado do Pará, como sendo ações que ocorrem articuladas aos impactos antrópicos e mesológicos na região amazônica.

As mudanças têm na reestruturação produtiva, trazida pela globalização (IANNI, 1996), um ponto de desarticulação nas comunidades pesqueiras e agrícolas, no que concerne seu modo de vida tradicional cuja relação com os recursos naturais ainda são considerados “harmoniosos” do ponto de vista da preservação do meio ambiente.

As atividades exercidas pelo pescador artesanal e demais setores tradicionais foram substituídas e caracterizadas, ao longo dos anos 70, pela “racionalidade” típica da acumulação capitalista, originando com isso tensões, conflitos e conseqüentemente, mudanças, entre diferentes níveis sócio-políticos, econômicos e ambientais da sociedade regional.

Nas áreas de pesca, as situações de tensões e conflitos além de impedir, na maioria das vezes o desenvolvimento das comunidades envolvidas, também favorecem a fragilidade da organização política da categoria, de forma mais intensa, neste caso, a categoria da pesca artesanal.

Furtado (1993, 2000, 2001, 2002 e 2003b), analisa a temática dos conflitos em diversos estudos, destacando-se o trabalho “Pescadores do rio Amazonas: um estudo

---

<sup>21</sup> Nas duas fases anteriores o Projeto preservou a logomarca RENAS, mudando a linha temática em determinada etapa. Na primeira fase (1994-1998), priorizou as relações homem-meio ambiente e a pesquisa

antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica”, no qual aborda os conflitos da pesca na região do Baixo Amazonas que se caracterizam por tensões que assumem feições variadas, estando envolvidos no contexto das tensões diversos atores sociais (os *varjeiros*, pescadores citadinos, fazendeiros e marreteiros).

O trabalho desenvolvido por Hartmann (1989), mostra os tipos e locais de conflitos de pesca e as reivindicações solicitadas pelas comunidades pesqueiras no estado do Pará e Amazonas, bem como as formas de organização e ação nestas comunidades, com o intuito de defender seus interesses sociais e econômicos.

Ao estudar o Grupo Familiar do Pescador, Brabo (1981) trabalha com a unidade de produção e consumo, e os conflitos gerados pelo problema de apropriação e controle dos meios de produção no Município de Cachoeira do Arari, no Marajó (PA). A análise é realizada articulando o que Godelier (1987) define como processo de produção, não significando somente processo de trabalho, mas sim as relações entre os próprios membros do grupo. A questão de fundo que norteia a análise da autora caracteriza-se pela situação da atividade pesqueira exercida pelo pescador, em virtude dos fazendeiros da área considerarem os lagos como propriedade privada em épocas de verão.

Segundo Mello (1989), o argumento explicativo dominante para os conflitos sociais na pesca amazônica, concentra-se ao longo da zona litorânea paraense e partem da contradição entre pesca artesanal e pesca empresarial, considerada esta última como pesca industrial, realizou estudos sobre os conflitos entre pesca artesanal e empresarial, objeto central desse seu trabalho. Nesta mesma linha, aparece Loureiro (1985), utilizando outro referencial conceitual (luta de classes), que polariza as contradições entre produção empresarial (industrial) e produção artesanal como se constituindo no “conflito básico” relativo a esse setor produtivo.

No estado do Amazonas, em áreas próximas ao rio Negro, por exemplo, muitos ribeirinhos comentam que os recursos pesqueiros vem se exaurindo, sobretudo nas imediações urbanas, tal percepção pode ser comprovada a partir da diminuição comprovada

---

básica e na segunda (1999-2002) a organização social, o desenvolvimento e a sustentabilidade, desenvolvendo além da pesquisa, a difusão dos conhecimentos à comunidade.

da oferta de peixe e quelônios, muitas vezes associadas por eles à presença de grandes parques pesqueiros que utilizam técnicas predatórias de pesca, como é o caso dos arrastões e malhadeiras, que apesar de proibidas, são comuns entre os grandes barcos geleiros. Assim os conflitos surgem e são observados na maioria das vezes ligados a três fatores principais: 1) uso diferencial do mesmo recurso (pesca comercial e esportiva); 2) competição e/ou territorialidade pelos usuários dos mesmos recursos (pesca artesanal e comercial ou pescadores urbanos e rurais); e 3) monitoramento (extratores e agências ambientais). (SILVA ; BEGOSSI, 2004, p.129)

Contudo, partindo-se da concepção de Gluckman (1974 apud ZANNONI,1999), “os conflitos fazem parte da estrutura de cada sociedade, que vive uma complexidade de relações humanas conflitivas”. A partir desta definição, este autor estuda situações típicas das comunidades Zulu, denominando tal situação de equilíbrio e conflito.

Partindo-se destas experiências, percebe-se que em Curuçá, na comunidade de São João do Abade, a situação encontrada não é diferente. Os problemas mais recorrentes que vêm acontecendo, residem em questões relacionadas a problemas que são comuns na maioria das comunidades que vivem dos recursos naturais, no caso, a pesca e coleta:

a) *Peixe falhando*, devido à exploração intensa e desordenada do pescado por barcos indústrias e alguns pescadores artesanais que vem utilizando técnicas predatórias para a captura dos recursos ictiológicos;

b) *Caranguejo*: corre risco de extinção pela utilização de técnicas predatórias e exploração desenfreada pela ganância do homem em busca lucro fácil, sem levar em consideração a preservação dos recursos naturais para o consumo dele próprio e das gerações futuras;

c) *Piratas* ou *ratos d'água*: Novos atores sociais que entram em cena que roubam, saqueiam e muitas vezes matam pescadores artesanais. Atuam nas áreas onde estão localizados os pesqueiros de fora (próximo ao Abade, Marajó, Soure, Colares e Icoaraci). Em Curuçá, estes ratos d'água atuam nos pesqueiros que ficam às proximidades da Sede do município.

d) *Roubo de instrumentos e arreios de pesca*: ocorre geralmente entre os próprios pescadores. Conseqüentemente, a pesca torna-se mais difícil, pois há um endividamento pela compra de instrumentos de pesca que foram roubados, aumentando também o número de denúncias/ocorrências deste tipo nas Delegacias. No Abade, o problema é mais grave, vários casos foram relatados durante o período da pesquisa.

e) *Roubo de embarcações*: ocasionadas muitas vezes por *ratos d'água* ou pessoas de outras localidades contratadas para tal fim. Ocasionalmente a perda do instrumento de trabalho, o que torna a subsistência mais difícil, causando o endividamento do pescador e conseqüentemente a desestruturação da hierarquia da embarcação.

f) *Migração para área de manguezal*: pescadores oriundos de outras localidades (Bragança e Viseu) migram para o Abade e constroem suas habitações em área de mangue, o que implica no corte e queimada da vegetação.

g) *Áreas de Ocupação Espontânea*: favorecidas com a melhoria da estrada PA-136 e a existência de uma fábrica de gelo da empresa de pesca CAMPASA S. A. situada na localidade, o que vem gerando muitas vezes ocupações desordenadas fruto de migrações internas na área da Reserva ocasionando a criação de novos bairros e novas casas na beira da estrada sem a mínima infra-estrutura, ou seja, com total carência de equipamentos e serviços urbanos (postes de iluminação elétrica, saneamento básico, pavimentação das ruas, etc). Conseqüentemente, gerando um processo de favelização bastante visível no entrono da comunidade do Abade.

h) *Fuzaca*, técnica predatória que mata grande quantidade de peixes, principalmente os miúdos. Consiste em um grande puçá originado com pedaços de rede de arrasto da pesca industrial colocada na beira de canais e rios. Essa modalidade de pesca é feita durante a maré de lança e segundo os pescadores entrevistados essa técnica foi trazida pra o Abade por pescadores do maranhão que se instalaram na região.

Estes e outros problemas vêm ocasionando tensões e/ou conflitos no Abade, provocando transformações, mudanças na relação do homem com a natureza pela busca da subsistência aliada a conservação/preservação dos recursos naturais de forma sustentável, no enfrentamento da finitude dos recursos naturais, neste caso o pescado, como revelou um dos pescadores entrevistados na pesquisa:

[...] o peixe está cada vez mais longe [...] tem uma tipo que ta tão difícil de pegar. Antigamente, dava tanto que estragava, a gente dava pros vizinhos quando não conseguia vender. Era muita fartura. Dava tanto peixe que a gente não dava conta, nem vendendo e comendo. (Pescador Delegado, 69 anos, morador do Abade)

É notória que a Amazônia possui condições físico-geográficas que permitem alternativas para a utilização de seus mananciais piscosos: rios, lagos, igarapés, paranás, orla marítima e foz de rios, com condições propícias à fixação do indivíduo em suas áreas de influências. No Estado do Pará, esses mananciais são os principais responsáveis pela formação de inúmeras comunidades haliêuticas<sup>22</sup>, que se utilizam desses territórios para a sua reprodução social. A pesca, neste contexto, ocupa um importante papel, por ser uma das bases da ocupação humana da região e por vir secularmente abastecendo o mercado regional, e em alguns casos nacional e internacional.

Ao longo de sua história, a pesca na Amazônia vem desempenhando papel importantíssimo na atividade econômica regional, além da caça, do extrativismo vegetal e da agricultura de subsistência. As pequenas comunidades de pescadores regionais, denominadas de pescadores artesanais e/ou tradicionais, caracterizavam-se por um modo de vida tradicional, baseado no uso racional dos recursos de que dispunham, sendo a pesca e a coleta de moluscos suas principais fontes de subsistência, complementada pela agricultura, mas especificamente o plantio de mandioca (*Manihot utilisima*) para o fabrico de farinha e seus derivados (tucupi, goma de tapioca, farinha de tapioca, etc.).

A atividade pesqueira se tornou um bom investimento, no final da década de 1960, quando grandes mudanças são direcionadas para a região amazônica, frutos das diversas políticas de desenvolvimento elaboradas pelo Estado, que viriam a consolidar-se na década posterior. A modernidade chega envolta em projetos desenvolvimentistas elaborados por

Governos Federais, com fins de atender às demandas econômicas internacionais e à busca do “desenvolvimento” e do lucro.

Várias transformações são engendradas nesse processo, trazendo inúmeras formas de utilização e sub-utilização dos recursos naturais regionais, tornando as populações humanas que já ocupavam a região há milhares de anos, praticamente invisível. Dentre as principais políticas de desenvolvimento elaboradas para a região, tem-se a implantação de estradas, isenções de impostos, indústrias de mineração, construção de hidrelétricas, expansão dos meios de comunicação e implantação de pólos industriais, e outras que direta e/ou indiretamente atingiram as comunidades pesqueiras.

Os conflitos na atividade pesqueira na Amazônia tornam-se perceptíveis a partir de 1970 “principalmente por causa de três fatores, as inovações tecnológicas na área de transporte (malha rodoviária), o armazenamento do pescado e o aumento da demanda pelo produto pesqueiro” (BUENO, 2002). Tal quadro faz com que esta relação se configure de outra forma, pois antes produziam para a sua própria subsistência e hoje produzem para atender um mercado. Em tal processo estão envolvidos fatores como a valorização da terra, a mercantilização de produtos nativos, no caso o pescado, o aumento da demanda do pescado - não apenas regional e internamente, mas também no mercado externo - juntamente com a política governamental de incentivos a instalação de parques industriais pesqueiros para a exportação. Mas, como ressalta Furtado (1993, p. 389), “Esses conflitos não são tipicamente amazônicos, mas sim resultantes de um processo de transformação mais geral que atinge toda a sociedade brasileira [...]”. Da mesma concepção partem Anderson et al (1996), Ayling e Kelly (1997); Ortiz (1999 apud BUCKLES ; RUSNAK, 2000, p. 2), ao colocarem que “Los conflictos por recursos naturales tales como la tierra, el agua y los bosques están presentes em todas partes. [...] las personas han competido por los recursos naturales que necesitan o quieren para asegurar o mejorar su subsistencia [...]”. As questões relacionadas às tensões/conflitos e mudanças nas técnicas de manejo, dos usos dos recursos naturais, da territorialidade e da dinâmica social pesqueira, emerge dos estudos realizados por outros autores e das observações em campo, colocando a estas populações tradicionais enfrentamentos provenientes de impactos antrópicos e ambientais, o que

---

<sup>22</sup> Populações humanas que têm nos recursos aquáticos a principal fonte de reprodução social.

permitirá a elas além do manejo e uso dos recursos, a busca pela solução ou minimização de seus conflitos quando eles são percebidos como tal. Entretanto, nem sempre estes se encontram organizados politicamente para enfrentá-los, esperando que a esfera governamental responda a seus anseios, o que geralmente não ocorre devido a falta de conhecimentos sobre a especificidade da vida e da realidade social e ambiental destas comunidades.

Algumas das comunidades pesqueiras da Amazônia estão mais organizadas politicamente que outras, e em prol de minimizar as tensões/conflitos e as mudanças no setor pesqueiro, muito antes de esperar uma ação do governo, reivindicam condições e dispositivos que permitam atuarem no sentido de conservar e aproveitar racionalmente os recursos pesqueiros. Como exemplo desta busca de amparo legal estão a Carta de Óbidos (1984) e o “3º Encontro Intermunicipal” realizado em Tefé/AM (1989)<sup>23</sup>.

Diante deste quadro, estudos foram realizados no litoral do Nordeste Paraense, de Belém até Viseu e na várzea do rio Amazonas, no sentido Óbidos - Belém, são eles: SILVEIRA (1979), FURTADO (1993); LOUREIRO (1985), TEIXEIRA (2000); SOUSA (2000), PROST ; MENDES (2001), AVIZ (2005), FURTADO et al (2002), dentre outros, apontam a manifestação de conflitos em diferentes níveis sociais, políticos e econômicos da sociedade: pescadores artesanais versus pescadores industriais, pescadores versus geleiros, pescadores versus turistas, pescadores ribeirinhos versus pescadores ribeirinhos da mesma região ou de outros lugares; ribeirinhos versus fazendeiros, comunidade versus governo; e conflitos internos que emergem das relações comunidade versus instituições acadêmicas e organizações locais versus organizações locais (pela disputa do poder dentro das entidades).

Assim, percebe-se, que as questões sobre conflitos são recorrentes em outros locais, como é o caso de alguns países da América Central e Caribe que utilizam o Manejo Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN), como subsídios para identificar e caracterizar os conflitos sócio-ambientais, convertendo-os em colaboração antes de iniciar uma intervenção. Nesta perspectiva o MCRN, em sua vertente no Brasil através do Projeto

---

<sup>23</sup> Neste Evento, entidades ligadas à atividade pesqueira elaboraram uma proposta visando a criação de Comissões Municipais de Pesca, bem como Comissões Regionais, nos municípios de Médio Solimões com

Manejo Alternativo dos Conflitos (MAC)<sup>24</sup>, mostra que o manejo dos conflitos é considerado uma forma crítica, porém construtiva de considerar os problemas dos recursos naturais, que incluem dois passos básicos: a análise dos conflitos e a intervenção planejada por múltiplas partes. A análise do conflito implica em estudo, a ser realizado por quem está diretamente envolvido ou quem trata de ajudar a comunidade (ou os atores envolvidos), nas diversas dimensões, níveis e conseqüências do conflito, com vistas a conhecer as causas. As intervenções de múltiplas partes, quando se baseia no estudo do conflito, incluem o emprego de várias técnicas, como a mediação, negociação, organização e capacitação que levam a um melhor manejo dos recursos naturais sustentáveis<sup>25</sup>.

Estas situações de tensões/conflitos, na maioria das vezes obstaculizam o desenvolvimento destas comunidades, assim como fragilizam cada vez mais a organização política da categoria. Nesta perspectiva, pretendemos identificar as tensões ou conflitos gerados na pesca artesanal a partir da desarticulação da relação homem - natureza provocada pelo avanço do capitalismo nas técnicas e nas relações sociais dentro da atividade pesqueira.

As pesquisas desenvolvidas nas fases anteriores do Projeto RENAS atestam que a reestruturação produtiva ocorrida nas décadas de 1980 e 1990 conhecidas como globalização (IANNI, 1996), afetou rapidamente as populações que vivem da atividade pesqueira e da agricultura de subsistência.

---

competências para elaborar normas legais para a pesca, fiscalizar o cumprimento das leis e disposições e promover a conscientização da população na preservação ictiológica e à pesca (HARTMANN, 1989).

<sup>24</sup> Está inserido em uma das linhas de pesquisa da Fase III do Projeto RENAS com intuito de trabalhar com a temática tensões e conflitos em comunidades pesqueiras a nível local e regional, tendo como responsável a pesquisadora Lourdes Gonçalves Furtado (MCT-Museu Goeldi), que vem direcionando seus estudos nessa temática.

<sup>25</sup> Não é mais possível pensar em desenvolvimento de acumulação linear e contínua como se tais recursos fossem inesgotáveis. O alerta sobre a “finitude” dos recursos dos recursos naturais vem se dando há bastante tempo. O alarme soou mais forte no final dos anos 60 quando o Clube de Roma constatou a crescente escassez de recursos naturais o que impossibilitaria o crescimento econômico ilimitado. A “finitude” dos recursos do planeta, a contaminação das águas, a poluição atmosférica, entre outros fatores, levariam a um colapso do sistema e ao comprometimento da vida na terra. Posteriormente, ocorre a Conferência do Ambiente Humano, em Estocolmo (1972). Mais tarde, O Relatório Brundtland, encomendado pela ONU, em 1987, lança uma das primeiras sínteses após os dilemas propostos pelo Clube de Roma, surgindo daí o conhecido e muitas vezes mal-compreendido conceito de desenvolvimento sustentável. Atualmente, diversas abordagens sobre a “finitude” dos recursos naturais e a sua sustentabilidade que estão em pauta na academia através da Educação Ambiental, Economia ambiental, Turismo, Geografia, Antropologia dentre outras disciplinas.

A modernidade chega trazendo consigo várias formas: implantação de estradas, indústrias de mineração, hidrelétricas, expansão dos meios de comunicação em massa atingindo as comunidades pesqueiras e outros setores tradicionais da região que foram incorporados à economia capitalista, num processo desencadeado pela política de incentivos fiscais, que o Estado através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), buscava tirar a Amazônia do “atraso” e da “estagnação” econômica e promover o seu desenvolvimento. Esta ideologia progressista implicou na abertura da região aos mercados nacional e internacional, que foram atraídos pelas vantagens que esta política apresentava à acumulação capitalista. Este “progresso” implicou na superação de formas “arcaicas” e “tradicionais” de produção, exigindo a sua substituição por formas ditas “modernas”, caracterizadas pela “racionalidade” e “alta produtividade”.

No que diz respeito ao setor pesqueiro, em algumas localidades houve a substituição da pesca artesanal pela empresa, como por exemplo, a criação do parque industrial pesqueiro. Os custos sociais desta industrialização não foram considerados, sendo a exportação o objetivo desta política, onde a população regional sempre esteve à margem do processo. A instalação do Parque Industrial Pesqueiro no Estado do Pará, no ano de 1968, se coloca dentre uma das mudanças que mais impactou a pesca artesanal, sendo a questão responsável por inúmeras tensões e conflitos sociais.

As tensões e/ou conflitos que ocorrem na sociedade moderna são inerentes a própria sociedade. Discutir conflitos sócio-ambientais nos leva a um entendimento sobre a relação do homem com a natureza ao longo do tempo, onde através dessa relação surgem situações tensas ou conflituosas pelo uso ou apropriação de áreas ou dos recursos naturais. Neste processo, os atores sociais na disputa, movimentam-se em busca de melhor qualidade de vida e/ou soluções de seus problemas sociais, econômicos e ambientais.

A mobilização desses grupos em comunidades da Amazônia vem se dando através da organização social da classe de pescadores, de sua inserção nos programas de capacitação e através das políticas públicas direcionadas para o setor. Esta nova postura traz um marco bastante significativo em algumas dessas comunidades, principalmente no que

diz respeito a sua relação com a sociedade mais ampla (representada através da pesca, do turismo e de outros serviços, oriundos das comunidades pesqueiras).

Fruto dessa mobilização foi a implantação da Reserva Extrativista Marinha "Mãe Grande" de Curuçá, através de instrumentos revelam a influência de idéias e valores na formulação de políticas ambientais no país, onde as noções de co-manejo e gestão participativa dos recursos naturais, tendo por base estratégias conservacionistas de proteção da natureza direcionadas para mecanismos reguladores do uso destes recursos.

A pesquisa revelou, por exemplo, que a escassez do peixe no Abade, leva os pescadores a estabelecer novas formas de *parceria* em busca da geração de renda em outras frentes de trabalho, onde eles exercem atividades como, consertadores de redes, vigias de embarcações, operários em fábricas de gelo e beneficiamento de camarão, na construção civil, entre outros empreendimentos fora de sua base de trabalho, obrigando-os migrarem sazonalmente para exercerem estas atividades. Em um primeiro momento, tal situação não apresentava tanta relevância para o nosso estudo, entretanto após o seu desenvolvimento, percebemos que ele se configura como um dos vetores da saída de jovens (crianças e adolescentes) que acompanham seus pais nestas atividades, fazendo com que haja, muitas vezes, desistência do período escolar desses jovens.

Outra questão observada foi a introdução de novos atores sociais no contexto pesqueiro conhecidos como *piratas* ou *ratos d'água*, já citados anteriormente. Esta "nova" figura das águas da Amazônia vem atuando sem punição pelas autoridades competentes, gerando descrédito no âmbito da comunidade, onde as tensões e os conflitos, o medo e a insegurança se instalam entre os pescadores. O mesmo ocorre com os barcos industriais que invadem áreas não permitidas por lei para a pesca industrial, ou que vem de outras localidades explorarem os recursos no mar paraense, levando os pescadores a um descrédito nos aparelhos do Estado (judiciário e de gestão) que não cumprem com o seu papel de gestor e fiscalizador dos recursos ambientais.

Sabe-se que a exploração intensiva dos recursos naturais aquáticos por parte dos que tem melhor e maior domínio da tecnologia pesqueira, leva ao empobrecimento os pescadores tradicionais, que muitas vezes sem esclarecimentos e opções se vêem sem saída,

e acabam utilizando-se de técnicas predatórias para ter lucro mínimo em relação aos outros companheiros que empreendem maior esforço de pesca com uma tecnologia mais simples e ecologicamente correta.

## **9 CONCLUSÕES/CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nas últimas décadas, principalmente a partir da implementação legal de áreas protegidas, várias mudanças vêm sendo percebidas em toda a região Amazônica.

Em Curuçá, com os resultados das pesquisas realizadas na área da RESEX Marinha Mãe Grande, precisamente na comunidade de São João do Abade, pela equipe interdisciplinar do Projeto RENAS em 2005, várias mudanças nos aspectos mais diferenciados podem ser facilmente notadas naquela região nas últimas décadas. Tais mudanças revelam alterações na vegetação, nas formas de utilização do solo pelas comunidades locais, empobrecimento da população da área, principalmente as que vivem nas comunidades dentro da reserva, mudanças na cultura local, diminuição dos recursos pesqueiros, além de outras percebidas a partir das pesquisas realizadas para elaboração deste trabalho, citadas nos capítulos anteriores.

Se até algum tempo atrás era possível ignorar os impactos sócio-ambientais que as estradas provocam em qualquer região, estudiosos alertam para a necessidade de mudança nesse comportamento.

Atualmente, as questões e discussões relacionadas ao uso da terra e as mudanças ambientais são vistas com ênfase principalmente nos temas ligados a sustentabilidade, sua importância já está incorporada nas decisões políticas como estratégias e caminhos para alcançar metas públicas. Nesse contexto, o papel da ciência é fundamental, resultados de pesquisas que buscam identificar e analisar as alterações nas relações homem-natureza contribuem enormemente para o avanço no processo de conquista da sustentabilidade ambiental.

Nesse processo é preciso valorizar as populações detentoras de conhecimentos milenares sobre a floresta. Populações tradicionais têm formas bem definidas de se relacionar com a natureza, as quais garantem a sua conservação de forma eficaz. Esse fato revela rumos para conservação da biodiversidade, delimitados por mudanças de postura diante das práticas e dos conhecimentos das comunidades locais. Valorizar os saberes tradicionais indica que os caminhos da conservação não está apenas nas mãos da comunidade científica enquanto detentora de conhecimentos, mas na relação saber científico e saber tradicional.

Neste sentido, a identificação dos problemas sociais e ambientais na comunidade de São João do Abade, revela as condições em que a maioria das pequenas comunidades Amazônicas vivem. São populações colocadas a margem de políticas, em geral impostas a partir de modelos que não levam em conta a realidade local, as especificidades do ambiente e as formas tradicionais de viver e de se relacionar com ambientes que têm nas suas peculiaridades o diferencial da vida do homem da floresta.

Os problemas identificados durante a pesquisa no Abade, são comuns em uma grande parcela dessas comunidades. A devastação de ecossistemas importantíssimos para a continuidade da vida como os manguezais, que são considerados berçários de espécies de grande importância para a subsistência da população local; conflitos impulsionados muitas vezes, pelo uso indiscriminado de álcool e drogas entre categorias de trabalho como os pescadores, e entre os jovens; a prostituição que muitas vezes é autorizada pelos pais; modalidades de pesca como a *fuzaca* que prejudicam o ambiente e provocam a mortandade de peixes pequenos que são jogados fora por não terem consumo para o seu tamanho, o que provavelmente irá provocar uma diminuição nos cardumes futuros; ocupação de áreas dentro do manguezal por migrantes vindos em busca de trabalho na pesca; comercialização do pescado direto para os atravessadores vindos de fora buscar a produção direto nos portos do Abade, o que provoca o desaparecimento e encarecimento do peixe para a população local. Todos estes problemas e muitos outros citados no corpo deste trabalho revelam o abandono destas comunidades por parte dos tomadores de decisão e a falta de assistência em que estas populações vivem.

Com a pesquisa, pode-se perceber que a legislação existente relacionada a preservação de ambientes que sofrem influencia marinha como o manguezal, que é o caso da maioria dos ecossistemas da região estudada, em geral são muito rígidas e constantemente lembradas, contudo, pouco são colocadas em prática no que tange a fiscalização e a proteção desses ambiente costeiros. É também neste sentido que o estudo em questão pretende contribuir. Ao identificar e analisar as mudanças sócio-ambientais percebidas na comunidade do Abade, município de Curuçá-PA, a partir dos impactos da estrada PA-136 que liga Castanhal a Curuçá, na zona do Salgado paraense, o trabalho revela problemas comuns às comunidades pesqueiras da Amazônia.

Com as informações geradas nesta pesquisa, pretende-se contribuir com a elaboração de Políticas Públicas para a Amazônia e para as populações que vivem dos recursos ambientais locais. Tais informações apontam os problemas vividos localmente, mas indicam que seus efeitos além de locais, podem ser sentidos em nível estadual, nacional e global.

Muitas das situações relatadas neste trabalho revelam e reafirmam a urgência em estabelecer-se uma estratégia para a conservação da floresta e seus vários ecossistemas, cujas ações sejam integradas as demandas da população local e as demais políticas de gestão ambiental articuladas com as diversas políticas ambientais que tem rebatimento na conservação de ambientes naturais, tais como: a política de transporte, de infra-estrutura, de pesca, agrária e agrícola, tributária, etc. visando a conservação e desenvolvimento sustentável da floresta.

Isto é a essência do desenvolvimento sustentável, que com o aprofundamento do conhecimento científico, nas últimas décadas, tem proporcionado uma reflexão sobre a dimensão complexa de muitos fenômenos. A maneira como olhamos e percebemos o mundo, atualmente, está vinculada a uma ampla visão que tem permitido análises e o entendimento de como muitas decisões têm afetado o cotidiano das populações.

No Abade, como em muitas comunidades pesqueiras, as mudanças no ambiente e na vida da população local, se refletem no aumento da demanda pelos recursos aquáticos através do aumento do mercado consumidor e da ocupação dos territórios de produção,

culminando com a desorganização de formas tradicionais de organização da produção e empobrecimento das populações pesqueiras; com o surgimento de conflitos sociais e políticos em torno da disputa por territórios produtivos; com a destruição do ambiente e alteração nas formas tradicionais de organização social, provocados pela expansão urbana desordenada; pelas dificuldades de encontrar formas de produção para geração de renda alternativa e pela falta de condições básicas de fixação da mão-de-obra nas atividades agro-pesqueiras; além dos problemas relacionados a degradação dos manguezais, em virtude da ocupação irregular e desordenada das áreas no entrono e muitas vezes dentro desses ecossistemas no Abade.

Para minimizar esse cenário, é necessário a atuação conjunta do Poder Público, da sociedade civil e da comunidade científica, atuando de forma harmonizada com um objetivo único: aliar o desenvolvimento social e econômico à preservação do meio ambiente e da própria espécie humana. Para isso, faz-se necessário o princípio da participação. Todo cidadão deve ter acesso a informações ambientais e participar do processo de tomada de decisões por parte do Estado.

É neste sentido, que este trabalho apresenta uma problemática atual nas pequenas comunidades da Amazônia, principalmente aquelas existentes em áreas de UC, que sem exclusão, hoje é motivo de preocupação também o município de Curuçá, - a questão da urbanização e a degradação dos manguezais, tendo como estudo de caso a vila de São João do Abade, que vem apresentando nas últimas décadas, constante ocupação e urbanização de sua área, a qual integra a RESEX Mãe Grande de Curuçá.

Como parte deste trabalho, através do levantamento dos impactos sócio ambientais realizado no ambiente e entre os habitantes da vila em questão, constatou-se a existência de problemas de vários aspectos ligados principalmente ao crescimento desordenado da comunidade, associada a degradação de ecossistemas importantíssimos para o ambiente a subsistência de uma vasta camada populacional local aliada às ineficientes políticas públicas de gestão do território principalmente no que tange a habitação, preservação ambiental e utilização de recursos naturais em áreas legalmente protegidas, evidenciando e agravando a situação desses ambientes na região costeira do norte do Brasil.

Ao ocupar essas áreas a massa populacional ocasiona um dano duplo. Primeiro há um dano ambiental quando direciona toda carga de esgoto doméstico e grande parte do lixo produzido para o leito do rio que banha o manguezal e conseqüentemente a área ocupada, e segundo, quando o resultado da primeira prática atua sobre a saúde da própria população que faz uso daquele manancial diariamente tanto utilizando a água como retirando desse rio e mangue o seu alimento diário, ocasionando, assim, um dano social.

Devemos estar cientes de que a solução para a problemática apresentada, nesse momento, é de caráter preventivo para que a situação do Abade não venha a se agravar, e buscando a sustentabilidade do recurso aquáticos locais com qualidade e quantidade suficientes para uso futuro.

As ações neste sentido devem ser locais e regionais e a proposta de uma gestão dos recursos ambientais de forma integrada, descentralizada e adaptativa às condições locais, emanam efeitos positivos e deve ser encarada com seriedade pelos governos, sociedade civil organizada e habitantes/usuários locais, conforme longamente discutido no corpo deste trabalho.

Quando a compreensão do problema for mais profunda e estiver disseminada por toda a sociedade, e não somente em parte, a segurança coletiva e a segurança individual relacionada à preservação e ecossistemas fundamentais para a continuidade da vida na costa do Brasil, estarão garantidas, proporcionando alternativas de melhor qualidade de vida para a população.

O trabalho que ora apresentamos traz o pensamento conservacionista como sendo a saída ou a solução para minimizar os problemas ambientais relacionados às impactos da PA-136 no município de Curuçá, especialmente na comunidade de São João do Abade, trazendo como estudo de caso a área da RESEX Marinha Mãe Grande, analisando-se os efeitos da estrada na urbanização das margens do rio Muriá, e de áreas próximas e até dentro do manguezal local, e a relação com a degradação ambiental e grande utilização dos recursos naturais locais.

Nos resultados da pesquisa para o diagnóstico sócio ambiental realizado com a pesquisa, revelaram-se problemas que podem ser apresentados na elaboração de indicadores e diretrizes para a construção e implementação de um Plano de Manejo e Gestão dos Ambientes e dos Recursos Naturais da RESEX Marinha Mãe Grande. A partir dessas informações, propõem-se nas próximas etapas e ações desenvolvidas na RESEX, uma ampla campanha de educação ambiental, voltada para a população do município no sentido de formar massa crítica e fiscalizadora em relação à sustentabilidade do Patrimônio Ambiental local.

Tais medidas só terão sucesso se a proteção dos manguezais for feita através do controle e fiscalização dos recursos pelos próprios moradores, além do Poder Público que já tem essa incumbência legal.

## 10 ALGUMAS SUGESTÕES

- Orientar a população local no sentido de revelar a importância da sua participação nas tomadas de decisões e na elaboração de programas e políticas voltadas para o ordenamento e gestão do território e dos recursos ambientais locais no sentido de preservar e buscar a sustentabilidade que favoreça a qualidade de vida da população local, bem como um ambiente ecologicamente equilibrado.
- Elaborar e implementar de forma participativa na área um Programa de Educação Ambiental, a partir de parcerias entre: poder público, escolas, associações, grupos de mulheres e de jovens, instituições de pesquisa que tenham interesses em desenvolver estudos na área, além da comunidade em geral, onde estes segmentos estejam integrados no sentido de promover a educação voltada para proteção do meio ambiente, através do monitoramento e fiscalização ambiental.
- Que sejam criadas formas de capacitação dos moradores para desenvolver um Monitoramento Ambiental. As pessoas que moram nessas comunidades são as mais indicadas para acompanhar o que está acontecendo com o ambiente onde vivem. Cabe depois aos especialistas sistematizar e interpretar tais dados. Experiências exitosas nesse sentido têm sido feitas, a exemplo, as ações colocadas em prática pela USP/UNICAMP, através de convênio com o IBAMA, na reserva extrativista do Alto Juruá/AC, onde os próprios moradores e usuários da reserva é que fazem o monitoramento dos seus ecossistemas.
- As populações tradicionais também devem ser esclarecidas no sentido tomar consciência de que o meio onde moram deve ser fiscalizado também por eles próprios, uma vez que eles vivem de tais recursos naturais da área. Experiências muito positivas já estão sendo feitas nas Reservas Ambientais na Amazônia como é o caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no Amazonas.
- Atualmente já está estabelecido que ecologia e economia, constituem aspectos de uma mesma realidade, sobretudo em regiões tropicais úmidas como é o caso da região em questão, a utilização não predatória dos recursos naturais depende da inclusão de conhecimentos ecológicos no planejamento do seu desenvolvimento. Desenvolver de

forma ecologicamente correta precisa deixar de ser uma utopia. A premissa fundamental para o correto encaminhamento desta problemática é dar prioridade ao bem estar social, econômico e cultural das populações inseridas nessas realidades. Nesse sentido, o homem da região deve ser um participante da política ambiental da elaborada para a sua região.

- Viabilizar estudos em etnobiologia, visando resgatar e preservar técnicas altamente adaptadas de manejo de recursos biológicos desenvolvidos milenarmente pelas populações tradicionais.
- Propomos a elaboração de um Plano de Gestão Específico para os Recursos Ambientais da área da RESEX Mãe Grande, através da implantação e da dinamização de um Comitê para os Manguezais, atentando para as diretrizes apresentadas neste trabalho no Item 7, com o diagnóstico dos impactos sociais e ambientais negativos identificados na área estudada. Uma vez composto o Comitê, este servirá de referência para aplicação dos métodos ali utilizados nos demais municípios da região costeira do Norte do Brasil, principalmente naqueles que fazem parte do corredor de RESEX já constituída ou ainda em processo de criação, constituindo-se em uma área piloto para as atividades que visem a conservação dos recursos ambientais marinhos de Mãe Grande de Curuçá.

Tal Comitê, deverá ser participativo e composto por membros de Instituições de Pesquisa Regionais (Biólogos, Antropólogos, Sociólogos, Engenheiros Florestais e de Pesca, entre outros) além de membros de Associações e ONGs locais, Colônia de Pescadores, e a comunidade em geral. Este comitê deverá surgir a partir dos órgãos gerenciadores da RESEX, com a participação do seu Conselho Gestor e em comum acordo com o Poder Público local, bem como com a participação da população residente na área da reserva e que utiliza os recursos do manguezal local.

- Iniciar um processo de restauração das áreas degradadas da região, a partir de ações de reflorestamento com espécies nativas, a partir de levantamentos florísticos e fitossociológicos que reproduzam a floresta nativa com sua elevada diversidade de espécies regionais. O primeiro passo para esta ação é parar de degradar, e em seguida iniciar atividades de restauro de processos que levam a constituição de uma floresta igual a que havia no local anteriormente, e não apenas fazer uma cópia do que havia a partir de cenários anteriores e futuros. Neste trabalho deverão ser envolvidos moradores

atuando como coletores de sementes e produtores de mudas a partir de ações de capacitação de agentes nativos.

Todas as sugestões que constam neste documento são direcionadas a preservação do ambiente e dos recursos naturais locais, e visam o equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade de vida da população das comunidades que se localizam na área da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá. Tais ações devem partir dos órgãos gerenciadores dos recursos da reserva em questão, em concomitância com as associações locais, o Poder Público, e a população local.

Assim, espera-se alcançar resultados em curto, médio e longo prazos, distribuídas da seguinte forma:

#### **Curto Prazo:**

- ◆ Desobstrução de pontos que se encontram com entulhos (lixo), bem como a retirada de cercas e unidades sanitárias (latrinas), presentes nas margens do rio, próximas e em vários casos dentro da área dos manguezais da RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá;
- ◆ Proceder, de início, uma ampla campanha educacional sobre a importância dos manguezais e dos recursos hídricos para os habitantes da cidade;
- ◆ Implantação de um programa de Educação Ambiental onde sejam envolvidos todos os segmentos da sociedade local, tais como: Escolas, Associações, ONGs, Secretarias de Educação, Saúde, Cultura e Meio Ambiente do município, Pescadores, Grupos de jovens e mulheres, entre outros.

#### **Médio Prazo:**

- ◆ Reorientar a expansão urbana para fora da área dos manguezais, visando a sua proteção e conservação;
- ◆ Elaboração de um Plano de Gestão para os manguezais de Mãe Grande, com a implantação do “Comitê para o Manguezal – de acordo com os indicadores e diretrizes dos problemas identificados na pesquisa e expostos ao longo deste trabalho;

- ◆ Proceder o cumprimento da Lei de Uso e Parcelamento do Solo Urbano (Lei n. 6.766 de 19 de dezembro de 1979) de modo a conter a invasão de áreas que fazem parte da RESEX Mãe grande de Curuçá;
- ◆ Iniciar o processo de reflorestamento das áreas degradadas do manguezal local.

### **Longo Prazo:**

- ◆ Proceder com a possível desocupação da área que faz parte do manguezal de Mãe Grande, fundamentados nos procedimentos legais constitucionais;
- ◆ Difundir de fato, uma Política de Usos Sustentáveis de Recursos Naturais em áreas prioritárias como RESEX Extrativistas Marinhas, como é o caso de Mãe Grande em Curuçá;
- ◆ Reconstituição da área do manguezal a partir do processo de reflorestamento iniciado em etapas anteriores das ações.

Acredita-se, que expostos os problemas e sugeridas algumas soluções para a área de Mãe Grande, estamos dando um passo importante ao alcance da sustentabilidade dos recursos ambientais da região pesquisada, onde a ação humana será amenizada sobre os corpos hídricos e sobre o manguezal que circunda toda a área, com certeza, os impactos sobre a qualidade ambiental e a quantidade de recursos naturais decorrentes dos usos múltiplos, bem como a necessidade de uma gestão integrada e adaptativa da RESEX em sua totalidade será satisfeita, servindo esta como modelo para os demais municípios onde existam RESEX Marinhas.

## REFERENCIAS

ACSERALD, H. Sustentabilidade, espaço e tempo. In: HERCULANO, Selene C. *Meio ambiente: questões conceituais*. Niterói: Ricor, 2000.

ALENCAR, E. F. Identidade, territorialidade e conflitos sócio-ambientais: alguns cenários do Alto Solimões. *Boletim Rede Amazônia*, v.3, n.1. Rio de Janeiro: IRD, PPGSA/UFRJ; Belém: NAEA/UFPA, 2004. P.67-75.

ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL. Disponível em: <http://www.meioambiente.gov.br>. Acesso: 19/05/2007.

ARRUDA, R. S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, Antonio C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2002. p.273-290.

AVIZ, A. *A pesca no nordeste paraense: tensões, conflitos e mudanças no município de Curuçá-Pará*. Relatório Final de Pesquisa. Belém: CNPq/MPEG, 2005. (Inédito)

BARTHEM, R.; GOULDING, M. *Um ecossistema inesperado: a Amazônia revelada pela pesca*. [S.l.]: Biblos, 2007.

BASTOS, M. N. C. et al. Alterações ambientais na vegetação litorânea do Nordeste do Pará. In: *Ecossistemas costeiros: impactos e gestão ambiental*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2001. p.29-38.

BASTOS, M. N. C. *Relatório sobre a visita técnica à Reserva Extrativista Marinha "Mãe Grande" de Curuçá*. Belém, Museu Paraense Emilio Goeldi/Programa de Estudos Costeiros, 2003. (Inédito)

BATISTELLA, M.; MORAN, E. A heterogeneidade das mudanças de uso e cobertura das terras na Amazônia: em busca de um mapa da estrada. In: BECKER, B.; ALVES, D.; COSTA, W. (orgs.) *Dimensões humanas da biosfera-atmosfera na Amazônia*. São Paulo: EDUSP, 2007. p.65-80.

BEGOSSI, A. et al. *Ecologia de Pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BELLIA, V.; BIDONE, E. *Rodovias, recursos naturais e meio ambiente*. [S.l.]: EDUFF/DNER, 1993.

BERNARDI, B. *Introdução aos Estudos Etno-Atropológicos*. 2. ed. Lisboa: ed. 70, 1978.

BITTENCOURT, E. R. *Caminhos e estradas na geografia dos transportes*. Rio de Janeiro: Rodovia, 1958.

BRABO, M. J. C. Pescadores, geleiros e fazendeiros: os conflitos de pesca em Cachoeira do Arari. *Bol. Mus. Par. Emilio Goeldi*, Nova Série, Antropologia, 77. Belém, 1981. p.1-22.

BRANCO, S. M. *O fenômeno Cubatão na visão do ecólogo*. São Paulo: CETESB / ASCETESB, 1984.

BRASIL. Decreto de 13 de dezembro de 2002. *Decreto que cria a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, no município de Curuçá, no Estado do Pará, e dá outras providências*. Publicado no Diário Oficial da União de 16/12/2002.

BRASIL. Lei n. 6.766 de 19 de dezembro de 1979. *Lei de Uso e Parcelamento do Solo Urbano*. Publicado no Diário Oficial de 20/12/1979.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Biodiversidade Brasileira: avaliação e identificação de Áreas e Ações Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira*, 2002.

BRASIL. Resolução CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para uso e implementação de avaliação de impacto ambiental (EIA/RIMA). Publicado no D.O.U. de 17/2/1986.

BUCKLES, D.; RUSNAK, G. Introducción. Conflicto y Colaboración en el Manejo de los Recursos Naturales. In: Buckles (ed.). *Cultivar la pPaz: conflicto y colaboración en el manejo de los recursos naturales*. Ottawa: IDRC, 2000. p.1-11.

BUENO, M. F. *A integração da Amazônia e os conflitos por água*. XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002. CD-ROM.

CASTRO, E. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. In: MENDES, A. *Amazônia: terra e civilização*. Belém: Banco da Amazônia, 2004. p.45-78.

\_\_\_\_\_. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, Antonio C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2002. p.165-182.

\_\_\_\_\_; MARIN, R. A. *Amazônia em tempo de transição*. Belém: UFPA/NAEA, 1989.

CAMPOS, N. *Animais exóticos*: iniciativa busca conscientizar para o risco das espécies exóticas invasoras. Fauna Brasil, 2007. Disponível: [www.faunabrasil.com.br](http://www.faunabrasil.com.br).

CAVALCANTE, C. (Org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2002.

CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade. In: *Grupo de Trabalho 7: Conhecimento local e meio ambiente* Coordenado pela Professora Edna Castro. Belém: NAEA, [S.d.].

CHEVALIER, J. M.; BUCKLES, D. El Manejo de los Conflictos: una perspectiva heterocultural. In: *Cultivar la paz: conflicto y colaboración en el manejo de los recursos naturales*. Canada: CIID, 2000. p.15-48.

CNPT. *Conservação do homem ou dos recursos naturais?* Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/cnpt.htm>. Acesso em: 11/12/2006.

CNPT. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/resex/cnpt.htm>. Acesso em 15/10/2004.

COLCHESTER, M. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, A. C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2002. p.225-256.

COSTA, R. H. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004;

COUTINHO, L. As 7 pragas da Amazônia. *Veja On line*. Disponível em: [http://veja.abril.uol.com.br/121005/p\\_102.html](http://veja.abril.uol.com.br/121005/p_102.html). Acesso em 17/6/2007.

CUNHA, L. H; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T (Orgs.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CUNHA, S. B. (Org.) *A Questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 248p.

DIEGUES, A C. S. *Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1996.

\_\_\_\_\_. *O mito da natureza intocada*. 4. ed. São Paulo: Annablurne/ hucitec/ USP, 2002.

FEARNSIDE, P. M.; LAURENCE, W. F. O futuro da Amazônia: os impactos do Programa Avanço Brasil. *Ciência Hoje*, n.6, mai./2002. p.60-66.

FERREIRA, L. V. O uso e análise de lacunas e paisagens para a identificação de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no bioma amazônico. In. Congresso

Nacional de Botânica, 54. Reunião Amazônica de Botânica, 3. *Desafios da botânica brasileira no novo milênio: inventário, sistematização e conservação da diversidade vegetal*. Belém: MPEG/UFRA/EMBRAPA, 2003. p.143-144.

FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2001.

FURTADO, L. G. et al. *Projeto Oficinas de Extensão e Capacitação na Reserva Extrativista Mãe Grande, por uma Gestão Solidária/RENAS-Fase III*. Belém: Museu Goeldi/Projeto RENAS, 2005. (Inédito)

\_\_\_\_\_. Diagnóstico etno-ecológico da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande - Curuçá, Zona do Salgado-Pará. *Relatório de Pesquisa*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2003a. (Inédito)

\_\_\_\_\_. *Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003b.

\_\_\_\_\_. *Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993.

\_\_\_\_\_. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'Incao, M. A.; SILVEIRA, I. M. *Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Goeldi, 1994. p.67-74.

\_\_\_\_\_. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida na Amazônia. In: FURTADO, L. G. (org.). *Amazônia, desenvolvimento, sócio-diversidade e qualidade de vida*. Belém: NUMA/UFPa, 1997. P. 146-165.

\_\_\_\_\_. Populações tradicionais litorâneas: conceito, apropriação e uso dos territórios & conflitos sociais. In: *Anais do VI Workshop ECOLAB*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2002. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Ocupação humana no litoral amazônico. In: PROST, M. T.; MESDES, A. C. *Ecossistemas costeiros: impactos e gestão ambiental*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2001. p.169-176.

GEERTZ, C. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIL, I. C. Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. *Revista NERA*, Presidente Prudente, Ano 7, n. 4. [S. d.]

GODELIER, M. Análisis de los procesos de transición. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, vol. 49, n. 4. UNESCO, 1987.

GOMES, R. C. C. *O conceito de território na trajetória do pensamento geográfico*. Revista Sociedade e Território – vol. 1, n° 1 (Jan/Jun. 1984). Natal: UFRN/CCHLA/DGE, 1984.

GOODLAND, R.J.A.; IRWIN, H.S. *A selva amazônica: do inferno verde ao deserto vermelho?* São Paulo: Itatiaia, 1975. (Reconquista do Brasil, 30)

GROENINGA, G. A mediação no confronto entre direitos e deveres. *Revista do Advogado*. São Paulo, n. 62, p. 59-63, mar. 2001.

GUNN, P. *Trabalho social*. São Paulo: EDUSP, 1996.

HARTMANN, W. D. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas para sua solução” in Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. NUPAUB - USP. São Paulo: 2001, pp.125-138.

\_\_\_\_\_. Conflitos de pesca em águas interiores da Amazônia e tentativas para sua solução. In: *Pesca artesanal: tradição e modernidade*. Programa de Pesquisa e Conservação de Áreas Úmidas no Brasil. Encontro de Ciências Sociais e Mar. Coletânea de Trabalhos apresentados III. São Paulo, 1989. p.103-118.

HOPKINS, M. As florestas da Amazônia: nosso conhecimento e sua biodiversidade. In. Congresso Nacional de Botânica, 54. Reunião Amazônica de Botânica, 3. *Desafios da botânica brasileira no novo milênio: inventário, sistematização e conservação da diversidade vegetal*. Belém: MPEG/UFRA/EMBRAPA, 2003. p.144-145.

HURLEY, J. *A cabanagem*. Belém: Clássica, 1936.

IANNI, O. Nacionalismo, regionalismo e globalismo. *Pesquisa e Debate*, São Paulo, v. 6, n.1.p.77-98, 1996.

IBGE. *Recursos naturais e meio ambiente: uma visão do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, v. 14. Rio de Janeiro, 1957.

IBGE Cidades@. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 19/09/2007.

IBGE. *Censo estatístico*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

ISAAC, V. J.; BARTHEM, R. B. Os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, Ser. Antropol.* Belém, v. 11, n. 2, p. 295-339, 1995.

JESUS, E. L. *Parque Nacional do Jaú: a ética do com-viver*. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande, 1998.

LEMOS, R. M. *Manguezais, conheça, preserve: impactos ambientais sobre os manguezais*. Disponível em: [www.manguezais.vilabol.uol.com.br](http://www.manguezais.vilabol.uol.com.br). Acesso em 05/07/2007.

LOUREIRO, V. R. *Os parceiros do mar: natureza e conflito social na pesca da Amazônia*. Belém: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq – Museu Paraense Emílio Goeldi, 1985.

MALDONADO, Simone C. *Mestres e Mares – espaço e indivisão na pesca marítima*. São Paulo: Annablume, 1993.

MANESCHY, M. C. *Ajuruteua: uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém: UFPA/NAEA, 1988.

MCGRATH, D. ; CASTRO, F. ; FUTEMMA, C. Reservas de lago e o manejo comunitário da pesca no baixo Amazonas: avaliação preliminar. *Paper do NAEA*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi., PA. 1993.

MCGRATH, D.; CASTRO, F. ; FUTEMMA, C. Reservas de lago e o manejo comunitário da pesca no Baixo Amazonas: uma avaliação preliminar. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Orgs.) *Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém: MPEG, 1994. p. 389-402.

MCT. Secretaria Executiva. Fundo Nacional de Meio Ambiente. *Gestão participativa do uso dos recursos nas Zonas Costeiras e Marinhas*. Brasília, 2002.

MELLO, A. B. F. Contribuições para uma teoria dos conflitos pesqueiros no Brasil: partindo do "caso amazônico". In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR, 3, São Paulo, 1989. Coletânea de trabalhos apresentados. *Pesca artesanal, tradição e modernidade*. São Paulo, 1989, p.63-76.

MELLO, A. F. *A Pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1984.

MENEZES, K. F. *Super Porto da Tijoca: breves considerações*. Ensaio Técnico, 2003.

NASCIMENTO, I. Dinâmica costeira, ocupação humana e migração: o caso de Tamaruteua. In: PROST, M. T.; MESDES, A. C. *Ecossistemas costeiros: impactos e gestão ambiental*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p.183-190.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE AMÉRICA LATINA (OSAL). n.1. Buenos Aires: CLACSO, Mai./2000.

OLIVEIRA, M. J. S. *Parceria e pirataria: uma abordagem etnográfica para novos estudos sobre a dinâmica da pesca na Amazônia*. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Belém, 2005. (Inédita)

MUNIZ, P. *Colonização e imigração no estado do Pará (1616-1916)*. Belém, 1917.

- PARÁ. Tribunal Eleitoral do Estado do Pará. *Eleitores do Estado do Pará*. Belém, 2005.
- PERZ, Stephen G.; SOUZA JR., Carlos. O dilema das estradas não-oficiais na Amazônia. *Ciência Hoje*. V.37, n.222, dez. 2005. p.56-58.
- PROST, M. T.; MENDES, A. C. (Org.). *Ecossistemas costeiros: impactos e gestão ambiental*. Belém: Museu Goeldi, 2001.
- QUARESMA, H. D. A. B. *O desencanto da princesa*. Belém: NAEA, 2003.
- RELATÓRIO estudo sócio-econômico & laudo biológico, RESEX Curuçá/PA*. MMA/IBAMA, CNPT, Setembro 2000.
- REIGOTA, M. *Meio ambiente e representação social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- RIBEIRO, B. *Amazônia urgente: 5 séculos de história e ecologia*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990.
- ROCQUE, C. História dos municípios do Estado do Pará. *A Província do Pará*. Caderno Especial. Belém, 27-28. Mar. 1994.
- SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Nobel, 1993.
- SALES, L. G. L.; SILVA, R. M. M.; PESSOA, Z. S. *O território como um dos conceitos-chave para o entendimento da relação sociedade/natureza*. In: III Encontro da ANPPAS. Brasília, 2006.
- SANT' ANNA, R. Populações humanas em unidades de conservação. In: *Boletim Rede Amazônia*. Belém; Rio de Janeiro, v. 2, n.1, 2003.
- SANTANA, G. Formas organizativas e estratégia de vida do litoral paraense. In: PROST, M. T.; MENDES, A. C. *Ecossistemas costeiros: impactos e gestão ambiental*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2001. p.177-182.
- SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica a diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Petrópolis, 2005.
- SANTOS, H. G. et al. Cultivo do Arroz de Terras Altas no Estado de Mato Grosso. *Embrapa Arroz e Feijão, Sistemas de Produção*, No. 7, Versão eletrônica. Setembro/2006.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. In: SANTOS, M. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 9-27.

SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. Uso de recursos por ribeirinhos no médio rio Negro. In: BEGOSSI, A. *Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia*. São Paulo: Hucitec, 2004. P.89-148.

SILVEIRA, I. M. *Quatipuru: pescadores, coletores e agricultores em uma vila amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1979.

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>. Acesso em: 15/06/2005.

SOFFIATI, A. *Da mão que captura o caranguejo à Globalização que captura o manguezal*. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/Gto8>. Acesso em: 15 out.2005.

SOUSA, I. S. *Aviamento e reciprocidade: estudo da vila de pescadores Apeú Salvador – Viseu*. Dissertação (Mestrado). Belém: UFPA, 2000. (Inédito).

SOUZA FILHO, P. W. M. Impactos naturais e antrópicos na planície costeira de Bragança (NE do Pará). In: PROST, M. T.; MENDES, A. C. (Org.). *Ecossistemas costeiros: impactos e gestão ambiental*. Belém: MPEG, 2001. p.133-144.

TEIXEIRA, G. *Na rota do camarão: um estudo sobre pesca e comércio do camarão em zona costeira*. Dissertação (Mestrado). Belém: UFPA, 2000. (Inédito).

TOCANTINS, L. *O rio comanda a vida*. 9. ed. Manaus: Valer, 1998.

TORRES, V. L. S. *Envelhecimento e pesca: redes sociais no estuário amazônico*. Belém: Cejup, 2004.

UNIDADES de Conservação. Disponível em: <http://www.mct.gov.br>. Acesso: 12/08/2006.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. *A rodovia Belém-Brasília: estudos de geografia regional*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967. (Biblioteca Geográfica Brasileira, 22)

VIANA, V. M. Desenvolvimento sustentável e áreas protegidas na Amazônia. *Revista Eco 21*, vol. 14, n. 86, Jan. 2004. Disponível em: [www.eco21.com.br](http://www.eco21.com.br).

VIEIRA, I. C. G. et al. A importância de áreas degradadas no contexto agrícola e ecológico. In: FERREIRA, E. J. G. (ed.) et al. *Bases científicas para estratégias de preservação e desenvolvimento da Amazônia*. Vol. 2. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1993. p.43-53.

\_\_\_\_\_. Estratégias para evitar a perda de biodiversidade na Amazônia. *Estudos Avançados*, 19 (54), p. 153-64, 2005.

ZANNONI, C. *Conflito e coesão: o dinamismo Tenetehara*. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 1999. (Coleção Antropologia, 2).

## **APÊNDICE**

## **APÊNDICE A**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A PESQUISA**

#### **“UMA ESTRADA NA RESERVA: IMPACTOS SÓCIOAMBIENTAIS DA PA-136 EM MÃE GRANDE, CURUÇÁ (PA)”**

Período da Pesquisa: 05-20 de outubro de 2006

Responsável: Elida Moura Figueiredo

Nome:

Idade:

Onde mora:

Mora há quantos anos no Abade?

Veio de Onde?

Profissão?

Estado Civil?

Tem filhos? Quantos?

Quantas pessoas moram na casa?

Trabalha na pesca ou coleta de caranguejo?

Quantas pessoas na sua casa trabalham na atividade pesqueira?

Você tira seu sustento de que atividades?

Você tem roçado?

Como era o Abade há alguns anos atrás?

Como era a PA-136 há uns anos atrás?

Ela trás ou trouxe mudanças pro Abade?

Que mudanças são percebidas? E desde quando?

Que mudanças mais têm influenciado na sua vida?

Você sabe o que é a RESEX Mãe Grande?

Qual a importância dela pra você?

Você se cadastrou no Projeto da Reserva?

Como você ficou sabendo do Cadastro?

Se você se cadastrou, o que você pediu e o que você já recebeu?

Porque você acha que está recebendo esses benefícios?

Esses benefícios mudaram de alguma maneira a sua vida?

Você sabe de algum conflito envolvendo pessoas aqui na região? Onde?

Que tipo de conflito? Brigas porque motivos?

Como está a pesca nos últimos anos nessa região?

Que tipo de mudança você percebeu na pesca?

Se você trabalha com pesca, como você comercializa a sua produção?

Você tem notado muitas mudanças no Abade em relação ao ambiente?

Que mudanças no ambiente você percebeu?

Você acha que essas mudanças no ambiente podem prejudicar você de alguma maneira?

## **ANEXO**

**ANEXO A****DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002**

***Cria a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, no Município de Curuçá, no Estado do Pará, e dá outras providências.***

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, no Município de Curuçá, no Estado do Pará, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

Art. 2º A Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá abrange uma área de aproximadamente trinta e sete mil e sessenta e dois hectares e nove centiares, com base na Carta Topográfica MI-337, em escala de 1:100.000, publicada pela Diretoria do Serviço Geográfico-DSG do Exército Brasileiro, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 47°55'39.72" WGr e 0°53'33.74" S, localizado na margem direita do Rio Mocajuba, sobre o limite da zona terrestre do mangue, segue no sentido jusante pela margem direita do Rio Mocajuba, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, passando pela confluência com o Rio Tijuoca, seguindo pela margem esquerda do Rio Tijuoca, no sentido montante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, sobre a linha de preamar máxima, passa pela confluência deste último com o Igarapé São Macário; daí, segue pela margem esquerda deste igarapé, no sentido montante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância de 11.723,12 metros, até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 47°52'43.72" WGr e 0°52'19.23" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, nas cabeceiras do Rio Macário; daí, segue pela margem direita do Rio Macário, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, no sentido jusante, passando pela confluência deste com o Igarapé Iririteua e seguindo pela margem esquerda do citado Igarapé, no sentido montante, por uma distância aproximada de 3.754,16 metros, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 47°52'51.04" WGr e 0°51'07.24" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue nas cabeceiras do Igarapé Iririteua; daí, segue pela margem direita do citado Igarapé, no sentido jusante, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, passando pela confluência deste último igarapé, com o Rio Tijuoca, seguindo pela margem esquerda deste, no sentido montante, percorrendo uma distância de 3.923,02 metros, até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 47°52'10.62" WGr e 0°49'47.50" S, localizado nas cabeceiras do Rio Tijuoca; daí, segue, pela margem direita do Rio Tijuoca, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, passando pela confluência com o Rio

Mocajuba, encontrando a foz do Igarapé Igaçaba, seguindo pela margem esquerda deste igarapé, no sentido montante, percorrendo assim uma distância de 9.061,86 metros, até o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}54'24.22\zeta$  WGr e  $0^{\circ}50'02.86\zeta$  S, localizado nas nascentes do Igarapé Igaçaba; daí, segue acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, na margem direita e sentido jusante do Igarapé Igaçaba, alcançando a margem direita do Rio Mocajuba, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, seguindo pela margem direita do Rio Mocajuba, no sentido jusante, penetrando pela margem esquerda do Rio Candeuca, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância de 7.184,11 metros, até o Ponto 06, de coordenadas aproximadas  $47^{\circ}55'04.29\zeta$  WGr e  $0^{\circ}48'11.81\zeta$  S, localizado no limite máximo da zona terrestre do mangue, nas cabeceiras do Rio Candeuca; deste, segue pela margem direita do Rio Candeuca, no sentido jusante, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, penetrando pela margem direita do Rio Mocajuba, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, no sentido jusante do Rio Mocajuba, até alcançar o Furo Maripanema, por onde continua sua trajetória na margem direita deste Furo, no sentido jusante, alcançando o limite da zona terrestre do mangue de todos os pequenos tributários desta margem, penetrando na margem esquerda, no sentido montante, do Igarapé Patrícia, percorrendo assim uma distância de 43.809,53 metros, até o Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}53'12.98\zeta$  WGr e  $0^{\circ}43'57.61\zeta$  S, localizado nas cabeceiras do Igarapé Patrícia; deste, segue pela margem direita do Igarapé Patrícia, no sentido jusante, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, alcançando novamente a margem direita do Furo Maripanema, por onde segue no sentido jusante, passando pela linha de preamar máxima, na linha de costa que margeia a área urbana de São João do Abade, Distrito de Curuçá, onde penetra na margem esquerda do Rio Grande, no sentido montante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, corta a Rodovia Estadual PA-136, percorrendo assim uma distância de 11.779,29 metros, até o Ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}52'13.30\zeta$  WGr e  $0^{\circ}43'31.79\zeta$  S, localizado no limite da zona terrestre do mangue nas cabeceiras do citado Rio Grande; deste, segue pela margem direita do Rio Grande, no sentido jusante, corta novamente a Rodovia Estadual PA-136, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, volta à margem direita do Furo Maripanema, onde segue sua margem direita no sentido montante, alcança a Baía do Curuçá, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, penetra na margem esquerda do Rio Curuçá, e segue nesta margem no sentido montante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue de todos os pequenos tributários desta margem, percorrendo uma distância de 41.637,94 metros, até o Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}50'48.13\zeta$  WGr e  $0^{\circ}47'02.15\zeta$  S, localizado nos limites da zona terrestre do mangue, de um pequeno tributário formador do Rio Curuçá, denominado Riozinho, próximo à área urbana de Boa Vista do Iriteua, Distrito de Curuçá; deste ponto, segue pela margem direita do Rio Riozinho, no sentido jusante, alcançando a margem esquerda do Rio Curuçá, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, segue pela margem esquerda do Rio Curuçá, no sentido montante, percorrendo assim uma distância de 2.214,86 metros, até sua confluência com o Igarapé Itororom, onde se localiza o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}49'48.82\zeta$  WGr e  $0^{\circ}46'44.04\zeta$  S, nas proximidades do Distrito de Boa Vista do Iriteua; deste, segue pela margem direita do Rio Curuçá, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, alcançando a desembocadura do Igarapé Itajuba, onde segue pela margem esquerda deste

Igarapé, no sentido montante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância de 5.466,52 metros, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}49'04.86''$  WGr e  $0^{\circ}46'37.82''$  S, localizado nas cabeceiras do Igarapé Itajuba, no limite da zona terrestre do mangue, próximo à Rodovia Estadual PA-316; deste, segue pela margem direita do Igarapé Itajubá, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, atingindo novamente a margem direita do Rio Curuçá, segue nesta citada margem, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, no sentido jusante, até atingir a foz do Igarapé Itarumã, onde pela margem esquerda deste, segue no sentido montante, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância de 6.323,20 metros, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}47'40.54''$  WGr e  $0^{\circ}45'51.75''$  S, localizado nas cabeceiras do Igarapé Itarumã, nas proximidades da Rodovia Estadual PA-316, na localidade chamada Laranjal; deste, segue pela margem direita do Igarapé Itarumã, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, até atingir a margem direita do Rio Curuçá, por onde segue, nesta margem, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, penetrando na margem esquerda do Igarapé Praujó, segue, no sentido montante pelo citado Igarapé, percorrendo uma distância de 22.624,85 metros, até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}48'15.12''$  WGr e  $0^{\circ}42'01.31''$  S, localizado no limite da zona terrestre do mangue nas cabeceiras do Igarapé Praujó; deste, segue acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem esquerda do Igarapé Araquaim, no sentido montante, e passando pela margem esquerda do Igarapé Cacheira, no sentido montante, percorre uma distância de 4.787,70 metros, até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}47'38.20''$  WGr e  $0^{\circ}42'39.85''$  S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, nas cabeceiras do Igarapé Cacheira; deste, segue pela margem direita do Igarapé Cacheira, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, até alcançar a margem esquerda do Igarapé Araquaim, por onde segue, no sentido montante, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância de 6.892,42 metros, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}46'27.67''$  WGr e  $0^{\circ}42'58.83''$  S, localizado nas cabeceiras do Igarapé Araquaim, nas proximidades da Vila de Araquaim; deste, segue pela margem direita do Igarapé Araquaim, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, alcançando a Ilha Redenção e todos os seus terrenos de marinha, até o limite da preamar máxima; segue pela margem direita do Furo do Pacamurema, no sentido jusante, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue e todos os terrenos de marinha, até o limite da preamar máxima, alcançando a margem esquerda do Igarapé Simoa, segue por esta margem, no sentido montante, passando pela linha de preamar máxima na área urbana do Distrito de Caratateua e da Vila Simoa, percorrendo assim uma distância de 24.7651,37 metros, até o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}45'14.46''$  WGr e  $0^{\circ}40'35.82''$  S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, nas cabeceiras do Igarapé Simoa; deste, segue, acompanhando a linha divisória dos Municípios de Curuçá e Marapanim, acompanhando o leito do Igarapé Simoa, no sentido jusante deste, alcançando a Baía de Cajuteua, segue pelo citado limite municipal, que divide a Baía de Cajuteua, percorrendo uma distância de 15.445,42 metros, até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}46'31.87''$  WGr e  $0^{\circ}33'26.95''$  S, localizado na Baía de Cajuteua, a uma distância de uma milha náutica da Ilha de Cipoteua; daí, segue por uma linha equidistante de um milha náutica da linha de costa da Ilha de Cipoteua, percorrendo uma distância de 5.389,36 metros, até o

Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}48'44.77\text{; WGr}$  e  $0^{\circ}32'10.92\text{; S}$ , localizado em águas territoriais brasileiras, equidistante em uma milha náutica da linha de costa da Ilha de Cipoteua; deste, segue por uma reta de azimute  $270^{\circ}13'47\text{;}$  e uma distância de 7.481,44 metros, até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}52'46.52\text{; WGr}$  e  $0^{\circ}32'09.84\text{; S}$ , localizado em águas territoriais brasileiras, equidistante em uma milha náutica da linha de costa da Ilha Mariteua; deste, segue por uma linha equidistante em uma milha náutica do perfil da costa das Ilhas de Mariteua, Ipomonga e Mutucal, e por uma distância de 18.186,24 metros, até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}58'48.88\text{; WGr}$  e  $0^{\circ}38'31.61\text{; S}$ , localizado sobre a linha divisória dos Municípios de São Caetano de Odivelas e Curuçá, na foz do Rio Mocajuba, quando este deságua no Oceano Atlântico; deste, segue acompanhando a citada linha divisória municipal no leito do Rio Mocajuba, no sentido montante, por uma distância de 16.265,44 metros, até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}57'17.66\text{; WGr}$  e  $0^{\circ}46'34.91\text{; S}$ , localizado sobre o ponto de intersecção entre as linhas divisórias dos Municípios de São João da Ponta, Curuçá e São Caetano de Odivelas, sobre o leito do Rio Mocajuba; deste, segue acompanhando a linha divisória dos Municípios de São João da Ponta e Curuçá, sobre o leito do Rio Mocajuba, por uma distância de 22.002,66 metros, até o Ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas  $47^{\circ}55'41.79\text{; WGr}$  e  $0^{\circ}53'31.85\text{; S}$ , localizado sobre a linha divisória dos Municípios de São João da Ponta e Curuçá, no leito do alto Rio Mocajuba; deste, segue por uma reta de azimute  $132^{\circ}11'04\text{;}$  e uma distância de 86,37 metros, atravessando o Rio Mocajuba, até o Ponto 01, início desta descritiva, perfazendo assim um perímetro aproximado de quatrocentos e trinta e oito mil, seiscentos e doze metros e quarenta e um centímetros.

Parágrafo único. Ficam excluídos dos limites descritos no caput deste artigo todos os terrenos localizados fora da influência da preamar máxima nas Ilhas de Cipoteua, Pacamurema, Mariteua, Ipomonga e Mutucal.

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA administrar a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá, adotando as medidas necessárias à sua efetiva implantação, formalizando o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração com a Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de dezembro de 2002;  
181º da Independência e 114º da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**